

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM ONZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E QUATRO** -----

----- Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia

Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, José Roque Alexandre, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Pedro Miguel Tadeu Costa, José Manuel Marques Casimiro, Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira, Nuno Santos Silva, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Mário Nelson Morais Freitas, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo e Rodolfo Knapic. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Aline Gallash Hall de Beuvink e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Alexandre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Humberto Silveira. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Paula Marques e Manuel Grilo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa, Orísia Roque e Nuno Rocha Correia. --

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente da Assembleia**, declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu pedia à Senhora Segunda Secretária, para vir para a Mesa, porque nós não podemos dar início aos trabalhos, sem saber quem está inscrito para as Declarações Políticas.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de começar a nossa sessão.-----

----- Boa tarde a todas e a todos, peço que ocupem os vossos lugares, ao público que ocupe, também, os seus lugares, aos Senhores Assessores e Técnicos que ocupem os vossos lugares, para podermos começar os nossos trabalhos.-----

----- E dizer-vos o seguinte Senhores Deputados, antes de iniciar os nossos trabalhos, nós temos aqui uma alteração da composição da Assembleia Municipal que, eu queria chamar a vossa atenção.-----

----- Em primeiro lugar, o Senhor Deputado Ricardo Sant`Ana Godinho Moreira, membro da Assembleia Municipal eleito diretamente, está com o mandato suspenso desde do dia dezoito de Abril e até dezassete de Abril de 2019. Estava a ser substituído pela cidadã Beatriz Gomes Dias, como entretanto regressou a Deputada Municipal Rita Maria Oliveira Calvário, a substituição do Senhor Deputado Ricardo Sant`Ana Godinho Moreira, deve ser assegurada a partir de agora pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do Bloco que é, o cidadão Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz que, também, já tem tomado parte dos nossos trabalhos e esta informação tem que ser dada a todos.-----

----- Já verifiquei a identidade, está tudo correto, portanto, vamos proceder à assinatura do termo de identidade, do termo de posse, peço desculpa.-----

----- Dizer-vos, também, que será do vosso conhecimento que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa que, integrava o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, comunicou-me na passada sexta-feira que, passaria a exercer o seu mandato como Deputado Independente e, portanto, a partir de hoje, senta-se próximo de onde estão os outros restantes Deputados Independentes e teremos que, depois ajustar em sede de Conferência de Representantes a grelha de tempos.-----

----- Há uma pequenina variação na grelha de tempos mas, eu tinha feito até uma proposta para ajustarmos isso aqui mas, pede-me o PCP que leve isso à Conferência de Representantes e pede-me muito bem, porque é isso que está no regimento e, portanto, não vamos tratar disso hoje, esse assunto ficará suspenso e na próxima Conferência Representantes será devidamente tratado.-----

----- Tenho ainda outra coisa a pedir-vos que é a seguinte, mandámos aqui há tempos um *email*, a todos os seus representantes com a informação que, no próximo dia dezoito, de hoje a uma semana, estará em Lisboa e vai visitar a Câmara Municipal e

vai ser recebido pelo Governo, o Secretário-geral do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, manifestou interesse em visitar esta Assembleia. Uma vez que temos sessão, penso que seria de bom-tom, permitimos que ele dirigisse uma saudação à Assembleia Municipal, no início dos nossos trabalhos. -----

----- É a sessão ordinária, portanto, o início dos nossos trabalhos em termos regimentais, tem que começar pelo PAOD e pela informação escrita mas, penso que, no âmbito do PAOD, antes do PAOD, poderíamos perfeitamente, assumir uma saudação do Senhor Secretário-geral do Congresso dos Poderes e Regionais do Conselho da Europa. -----

----- É uma conferência, é um congresso, peço desculpa que, substitui uma antiga conferência que tinha a mesma composição. Reúne, eleitos de todas as forças políticas dos países todos do conselho da Europa, portanto, é bastante mais amplo do que as instâncias regionais da União Europeia e, penso que é do interesse. Como sabem o Conselho da Europa, é um organismo que defende os direitos humanos que, é do interesse de todos nós ouvir essa salvação. -----

----- Pergunto se há alguma objeção que, nós possamos organizar a Ordem de Trabalhos nesse sentido? Temos que avisar os serviços do Senhor Secretário-geral, não havendo objeção, assim se fará e, assim constará da Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- “Última questão prévia que eu tenho a colocar-vos é a seguinte. -----

----- Nós temos cinco pessoas inscritas, parece-me que há uma pessoa que ainda não chegou. Temos mais cinco pessoas que se inscreveram já como suplentes, uma vez que o formulário, como sabem, quantos chega ao número cinco fecha mas, que estão inscritos como suplentes. -----

----- Atendendo que a nossa Ordem de Trabalhos, não é propriamente muito sobrecarregada e que, estivemos este tempo, estas várias semanas sem atividade, eu penso que poderia, a Mesa aqui propor-vos que ouvíssemos todas as pessoas que estão aqui escritas, naturalmente, pedindo a todos que cumprirem os seus tempos para não prejudicar os nossos trabalhos mas, as pessoas deslocaram-se cá. Pergunto se alguém objeta que se faça este esforço de ouvir todos os que estão inscritos? Não há objeções, assim se fará. -----

----- Vamos pela ordem, há dois dos inscritos que tem apresentações para fazer, penso que isso já está articulado com os serviços e, portanto, o primeiro cidadão escrito é o Senhor Leonardo Pinto Ribeiro Rivera Chaves que, nos vem falar de vandalismo e degradação património e, tem a palavra. -----

----- São três minutos, incluindo a sua apresentação, portanto, já tem a sua apresentação aí certa? Muito bem. Tem que carregar no botão para ter som.” -----

----- **O Município, Senhor Leonardo Pinto Ribeiro Rivera Chaves**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde, eu venho falar sobre vandalismo e degradação do património público e privado, refiro-me a tags, graffitis, vandalismo, rabiscos, este tipo de coisa que podemos ver aqui.* -----

----- Este fenómeno que habitualmente se vê em todo o lado, mas com especial intensidade em alguns bairros históricos, parece vir a ser encarado com alguma leviandade por muita gente, nomeadamente por este jornal aqui, O Corvo que publicou uma reportagem com os vândalos que fazem estas coisas. -----

----- Ora este artigo, entre outras coisas faz entrevistas com eles, eles dizem como é que fazem, a que horas é que fazem, porque é que fazem, como é que fazem, está aqui tudo escrito, portanto, é quase como que se um ladrão andasse a roubar casas e depois desse uma entrevista ao jornal para que as autoridades soubessem como é que se faz, está aqui. -----

----- Ora esta questão das graffitis é uma questão particularmente grave, é muito grave porque custa dinheiro aos privados e ao Município e é grave se pensarmos que no nosso País os IMI são altos, há o adicional ao IMI, há muita gente que tem prejuízo porque tem as rendas congeladas e depois ainda tem que limpar estas coisas, ora é absolutamente inaceitável e não pode ser! E isto, para além de tudo ameaça o património municipal, património municipal que é de todos! -----

----- Eu tenho aqui umas fotografias, esta fotografia que podemos ver aqui é o mobiliário urbano da Avenida Ribeira das Naus, portanto, património municipal e estava assim neste estado em 30 de julho de 2018, ainda não foi limpo. -----

----- Esta fotografia seguinte que temos aqui foi tirada ontem, portanto, passou mais de um mês e para além dos graffitis terem sido feitos depois não foram limpos e a ocorrência já foi notificada no Portal Na Minha Rua, é péssimo! -----

----- Depois temos aqui a questão da degradação do património histórico e cultural, isto que aqui temos é o Convento de São Pedro de Alcântara, é um monumento do século XVIII, perto do Bairro Alto, que ainda nem acabou de ser pintado, está agora a ser pintado de branco e já está neste estado absolutamente vergonhoso! E o pior disto é que, apesar de haver muitos graffiti, parece que não há uma fiscalização correta nem da limpeza nem do policiamento. -----

----- A entrevista a este jornal que nós falamos agora, O Corvo, há um outro vândalo que noutra reportagem dá uma entrevista dizendo entre outras coisas, que as autoridades em Lisboa em relação ao graffiti são especialmente permissivas, no que toca ao graffiti, portanto, que é mais fácil fazer graffiti em Lisboa do que noutras Cidades! Ora isto não pode acontecer, porque quem paga, somos todos nós!... -----

----- Muito obrigado.” -----

----- (A documentação entregue fica anexada nesta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Tomámos naturalmente devida nota daquilo que aqui apresentou e nós sabemos que há dificuldades com a limpeza dos graffitis, mas, naturalmente se prevenirmos a sua proliferação, as coisas serão menos difíceis. -----

----- Vamos prosseguir e vou dar a palavra à cidadã inscrita a seguir, que quer falar sobre a Rua Damasceno Monteiro e é a cidadã Maria José Camecelha.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria José Camecelha**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde. Cumprimento todos os presentes na figura da Senhora Presidente. -----

----- Portanto, o material que eu trago é um pequeno dossier e sobre aquilo que vou falar. Do material constante no dossier, relativamente, à Rua Damasceno Monteiro é descrito o aluimento de terras e o colapso de parte do muro, sito a tardoz dos edifícios da Damasceno Monteiro, números 102 a 112. -----

----- Como consequência a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à tomada de posse administrativa, bem como o despejo temporários dos habitantes em risco. -----

----- O segundo documento diz respeito ao auto de restituição da posse administrativa dos imóveis, a 8 de setembro de 2017, referindo que com a restituição da posse administrativa dos imóveis cessa o compromisso da Câmara Municipal de Lisboa, no que concerne ao realojamento provisório de moradores. -----

----- A estas duas fases deviam seguir-se uma fase 3, da qual darei seguidamente informação da inexistência. O que apresento esta Assembleia é a seguinte, a terceira fase, que seria de clarificação das várias situações em falta, nomeadamente a parte jurídica nunca se concretizou, continuam, portanto, a verificar-se as situações identificadas nos e-mails enviados, constantes do dossier e que transcrevo. -----

----- Desde a finalização da obra do muro na Damasceno Monteiro que se aguarda resolução de pontes em abertos relativos a uma suposta terceira fase. Neste âmbito assiná-lo como urgente, isto vem desde 2017, o pagamento de faturas em falta, a reposição de materiais retirados durante a obra e indispensáveis, como sejam os estendais e as cercas divisórias entre os terraços, clarificação da situação relativa ao espaço expropriado nos terraços e as compensações devidas. -----

----- Esta situação que se arrasta desde agosto de 2017, com sucessivos adiamentos, respeitantes à identificação de interlocutores ultrapassa qualquer limite razoável. O que é que acontece? Houve durante estes acontecimentos várias reuniões, nomeadamente com a presença do Senhor Presidente da Câmara e a partir do momento em que os moradores entraram dentro de suas casas tudo quando deveria ter sido resolvido, não foi, portanto, não há interlocutor para estas questões da Damasceno Monteiro. -----

----- Para além disso, no muro que foi, digamos remodelado e reestruturado deveria já ter sido feita uma primeira vistoria, não foram, e algumas reuniões.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, mas se tem a sua intervenção escrita, nós depois podemos integrá-la na Ata, mas neste momento já terminou o seu tempo.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria José Camecelha**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada a todos e uma boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Maria José dizer que iremos naturalmente perguntar à Câmara explicações sobre este caso, há responsabilidades aqui e, portanto, temos que ver o que se passa. -----

---- A Senhora Dona Maria José deixa aqui os documentos e a Mesa fará chegar à Câmara o que é necessário. Muito obrigada.” -----

----- (A documentação entregue fica anexada nesta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- “Agora tem a palavra ser António Mourato Quaresma, sobre uma questão relacionada com acesso automóvel ao Bairro de Alfama. -----

----- Pode usar da palavra, tem os seus 3 minutos, se faz favor.” -----

----- **O Município, Senhor António Mourato Quaresma**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa tarde a todos. Estou a falar, mas para falar para mim vou-me embora!*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Nós naturalmente temos que pedir respeito pelo que as pessoas têm aqui para dizer, mas não podemos impedir que as pessoas comentem alguma coisa, portanto, eu peço é aos Assessores para não estarem presentes no espaço dos Deputados, isso é que não podem estar. Faz favor.” -----

----- **O Município, Senhor António Mourato Quaresma**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito obrigado, eu sou morador em Lisboa e a minha mãe também é moradora em Lisboa, eu moro na Graça e a minha mãe mora no Bairro de Alfama há mais de 60 anos.*-----

----- *Quando foi tomada a decisão política de se condicionar o acesso automóvel ao Bairro de Alfama, eu concordei plenamente, embora tivesse algumas dúvidas e percebesse que, provavelmente, alguns problemas iriam chegar. Os meus pais chegaram aos 90 anos e deixaram de conduzir, serviram-se do filho como cuidador pessoal e como pessoa que transporta um automóvel privado para os poder...* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-

----- “Eu peço desculpa aos Senhores Deputados, respeitam o orador, o orador pode continuar a usar da palavra ou não, mas nós não podemos impedir os Deputados de fazerem comentários, portanto, o orador faz favor de prosseguir.” -----

----- **O Município, Senhor António Mourato Quaresma**, no uso da palavra continuou:-----

----- “*Necessitam do apoio da família para poder sair e entrar no bairro, transporte mobiliário e transporte de mercadorias mais pesadas. Até agora o que acontecia normalmente, entregávamos na Junta de Freguesia, um atestado médico, esse atestado médico era autorizado pela Junta de Freguesia, era entregue na EMEL e pagávamos uma vinheta de acesso e utilização ao Bairro, poderíamos estar entre 30 a 60 minutos no interior do Bairro, estacionado legalmente.*-----

----- *Este ano, este acesso foi-nos negado! Eu tenho neste momento uma mãe com 91 anos, que para sair do Bairro tem que subir e descer as Calçadas do Bairro, quando entra à noite sozinha no Bairro, eu tenho que a deixar na entrada do Bairro e ela tem que ir sozinha, ou então estaciono o automóvel na Calçada de São Vicente, impedindo qualquer trânsito, uma vez que só há uma via de acesso.*-----

----- *Apresentei reclamação na Câmara Municipal, revelou-se completamente refém da EMEL, enviou a reclamação para a EMEL, a EMEL não responde, enviou a reclamação para o Vereador da Mobilidade, o Vereador da Mobilidade por insistência minha confirmou-me que também tinha enviado a questão para a EMEL e a EMEL continua sem responder.*-----

----- *Solicitei uma nova intervenção do Presidente da Câmara no sentido de me dizer qual era a decisão política, se houve uma decisão política de encerrar o Bairro de Alfama também tem que haver uma decisão política para estes danos colaterais. A câmara tem que tomar uma posição e dizer se é viável ou não é viável a existência de idosos sem mobilidade no Bairro ou se esta é mais uma estratégia para eles se irem embora, uma vez que a família e os cuidadores não podem dar a assistência necessária.*-----

----- *É isso que eu venho aqui pedir que a Assembleia Municipal faça, pelo menos chegar à Câmara esse pedido explicação. Muito obrigado, boa tarde.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:-----

----- *“Muito obrigada e tem muita razão na questão que coloca, portanto, naturalmente, a Mesa irá enviá-la à Câmara e, em particular, ao Vereador da Mobilidade para saber porque é que foi esta alteração e o que é que se poderá fazer para repor ou pelo menos melhorar a situação que existe hoje.*-----

----- *Vamos passar agora à intervenção do Senhor João Muno Regueira Valadas Coriel, que nos vai falar sobre as obras do Jardim do Adamastor em Santa Catarina, para a defesa do Palacete Verride, cujo negócio tem sido afetado por um grupo fechado de Facebook, vamos ouvir o que tem a dizer-nos sobre isso. Faça favor.*-----

----- **O Município, Senhor João Nuno Regueira Valadas Coriel**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde a todos.* -----

----- *Eu sei que tenho 3 minutos e...”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- *“Muito obrigada, desculpe, pedia novamente aos Senhores Deputados para não fazerem comentários e estarem em algum silêncio porque é difícil para quem está a dirigir a palavra perceber que não está a ser ouvido com atenção.”*-----

----- **O Município, Senhor João Nuno Regueira Valadas Coriel**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Bom, eu tenho boa voz!* -----

----- *Quero fazer uma declaração de interesses pessoal. Eu tenho um por cento, um por cento da sociedade que explora um hotel que está no Largo de Santa Catarina, o tal Adamastor. São 34 sócios e o hotel tem 18 quartos. Eu faço esta declaração de*



*interesses só para se perceber pela relação entre o número de sócios e o número de quartos, que não foi intenção e é impossível ficarmos ricos a explorar o dito hotel! Poeticamente até se podia dizer que aquele hotel é uma espécie de manifesto amor à cidade de Lisboa, 65 sócios portugueses e 29 sócios estrangeiros, todos ligados ao mundo das Artes.*-----

----- *Por outro lado, já fora da minha declaração de interesses, eu sou o 1º subscritor de uma Petição pública feita nos termos do Regulamento, que é a Petição nº 323/2017. Recolhi 250 ou 300 assinaturas de habitantes e comerciantes do Bairro de Santa Catarina, alertando a Câmara para o que se estava ali a passar.* -----

----- *Ouçam, eu lembro-me de ver o Pedro Abrunhosa a dar um concerto no Adamastor há muitos, muitos anos, que eu já tenho alguma idade!* -----

----- *Fumei as minhas ganzas no Adamastor, bebi os meus copos no Adamastor, mas nessa época do que me recordo, havia uma certa convivência entre quem lá vivia, entre quem lá trabalhava e quem lá frequentava.*-----

----- *E quando fiz esta petição pública aquilo tinha chegado um paradoxo de vandalismo, uma coisa de loucura!* -----

----- *Pela manhã e a toda a hora havia pessoas a urinar à porta de velhas de 80 anos na Rua de Santa Catarina, coisa que eu constatei, tráfico de droga à luz do dia. E o que nós dissemos na Petição foi que realmente tinha havido uma apropriação do espaço público, de forma que eu não posso levar também a minha mãe, também mora em Lisboa e tem 85 anos, nem posso levar os meus filhos com 9 e 10 anos ao Adamastor.*-----

----- *A Câmara fez agora qualquer coisa que foi, que vai fazer umas obras quaisquer que eu desconheço e aproveito para dizer que nada foi combinado com o Hotel de Verride, nada foi prometido, nada, não fazemos a mínima ideia, mas estamos contentes que alguma coisa tenha sido feita, porque está melhor do que estava antes!* -

----- *Neste momento, corre em paralelo uma campanha nas redes sociais anónimas em que eu sou vituperado e chamado desde “porco fascista”, sou muitas coisas, mas “porco fascista” acho que não, por achar bem que haja algum controle face àquilo que existia. E queria chamar a atenção dos Senhores Deputados que vão ouvir muita coisa, sabe que o Facebook tem aquela ampliação que parece que são muitos porque todos são amigos, mas quando houver que tomar alguma decisão sobre este assunto, ouçam quem lá vive, quem tem lá residência, quem lá trabalha e quem tem lá negócios e tomem em consideração o interesse, que é possível que haja todo o tipo de gente no Adamastor, não era possível era o vandalismo e a javardice que havia ali todos os dias até às 6 da manhã.* -----

----- *Era só isto que eu queria dizer e muito obrigada.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:  
----- *“Muito obrigada, naturalmente que ouvimos com atenção e temos consciência que esta gestão do espaço público é sempre difícil, a própria Junta de Freguesia também tem acompanhado isto com preocupação, tomámos devida nota e cá estaremos, se nos for solicitada uma deliberação, teremos em devida conta aquilo que aqui nos apresentou.* -----

----- Muito obrigada -----

----- O Senhor António Manuel Correia João, creio que não está ainda, não veio ainda, nesse caso vamos passar já os nossos oradores suplentes, ou cidadãos suplentes neste caso, a Senhora Dona Miquelina Pais de Figueiredo, um problema de despejo, a Senhora tem dificuldade de locomoção, portanto, nós vamos naturalmente ouvi-la daqui e tem a palavra aí ao fundo da sala, faz favor.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Miquelina Pais de Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa-tarde a todos, boa-tarde à Senhora Arquiteta Helena Roseta e Senhor Presidente, o meu assunto é o seguinte: eu tenho 75 anos, vivo na Rua das Olarias há 75 anos.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- *“Espere só um bocadinho porque temos que desligar este botão que está a fazer ressonância, alguém tem que desligar aqui o botão que está a fazer ressonâncias e estamos a ouvi-la mal. Faça o favor.”*-----

----- **A Múncipe, Senhora Miquelina Pais de Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu vivo no Rua das Olarias há 75 anos, é a data que eu nasci, fiz agora em maio, e agora ao fim de 75 anos de eu viver lá tenho dificuldade óssea e ao mesmo tempo o pior ainda de tudo é a minha visão. Já estou habituada ali àquele sítio e àquela casa onde eu vivo e agora aparece um senhor que comprou o prédio que quer que eu saia de lá. E eu, como a Senhora Arquiteta tinha falado na Assembleia da República, que eu ouvi através da televisão, que havia suspensão de desalojamento e que o senhor Presidente da República também tinha assinado um Decreto, eu queria que me elucidasse o que é que eu devo fazer porque eu não quero sair dali, porque eu não vejo para ir para outro lado. Agradecia, se fizesse o favor de me dessem e uma elucidação do que é que eu vou fazer.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- *“Senhora Dona Miquelina, nós estamos com alguma dificuldade a audição, mas tanto quanto eu percebi, está-se a referir ao Diploma que protege as pessoas que são despejadas a partir de uma determinada idade, para não serem despejadas, portanto, aquilo que é preciso ver com atenção, é se no seu caso concreto se o Diploma se aplica ou não.*-----

----- *Eu irei pedir se calhar a uma pessoa do Gabinete para falar consigo, para ver os seus dados para saber se, de facto, tem aplicação o Diploma e caso tiver o que é que deverá fazer para poder usufruir daquilo que foi legislado e que está em vigor, para a poder proteger e, portanto, eu vou pedir isso porque nós estamos com dificuldade na audição e não consigo apanhar os dados todos que a Senhora Miquelina está a dar.”*----

----- **A Múncipe, Senhora Miquelina Pais de Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“É porque a minha visão é muito pouquinha, eu ali naquele sítio, já estou habituada e na casa onde eu resido há 75 anos, foi onde nasci, agora quererem que saia de lá!...”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:  
----- “Senhora Dona Miquelina, em princípio estará protegida pela Lei, mas, é preciso verificar o caso concreto, portanto, eu aqui à distância e sem ver os seus documentos não posso informar corretamente, mas eu não sei se está aí a Doutora Elisabete. -----  
----- A Senhora Doutora Elisabete pode falar consigo, recolher os seus dados e esclarecer e depois dir-me-á a mim como é que podemos responder por escrito do que é que a Senhora há-de fazer, mas ela dar-lhe-á já uma indicação, ela está já aí para falar consigo.”-----  
----- **A Muniçipe, Senhora Miquelina Pais de Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Pronto Senhora Presidente, muito obrigada pela atenção de todos. Muito obrigada.*”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:  
----- “É um direito seu, Senhora Dona Miquelina.-----  
----- Vamos prosseguir, a senhora Dona Maria Lisete Pereira Matos Ferreira, é um pedido de habitação, tem a palavra.”-----  
----- **A Muniçipe, Senhora Maria Lisete Pereira Matos Ferreira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Muito boa-tarde a todos, eu venho aqui e simplesmente porque tenho 2 filhas, nenhuma delas tem casa, tive as duas na minha casa, mas a minha casa não é assim tão grande que eu possa lá ter duas filhas.-----  
----- Uma tinha uma menina, a outra tem dois filhos, é ela e o marido, eu só tenho um quarto vago, a minha filha mais nova dormia comigo e mais a minha neta, tiveram de sair e estão agora a morar em Cascais, mas pagam cento e tal euros de passe, não podem, não aguentam e estão a pagar 500 euros sem poderem.-----  
----- Este mês fui eu que as ajudei, não tenho vergonha de dizer, tive que empenhar o meu fio de ouro para ajudar a minha filha a pagar renda, portanto, é assim, tenho uma a viver comigo, tem dois filhos, uma menina de 10 anos, um rapaz de 23 anos, que é segurança privado, já tem 23 anos, a menina fez ontem 10 anos, no dia 7 fez 10 anos, dorme num beliche numa sala, onde dorme a minha neta e dorme o meu neto, isto não é normal e eu não aguento mais, não posso! Vejo que a menina necessita do seu quarto e ele necessita de um quarto, e os pais outro e eu não tenho possibilidades de dar ou de fazer mais do que aquilo que estou a fazer.-----  
----- Portanto vinha pedir carinhosamente ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os Senhores que estão aqui presentes que podem ajudar, se me podem ajudar.-----  
----- Eu trabalhei na Câmara, fui cantoneira, comprei a minha casinha sozinha, mas não posso mais, não aguento e até estou com uma depressão, já perdi dois filhos, sou uma pobre que ando aqui!-----  
----- Agradeço imenso a vocês todos que me ajudem e que arranjem uma casa para cada uma das minhas filhas. Muito obrigada e agradeço do fundo do meu coração.-----  
----- Além disso, senhora Presidente, eu queria-lhe dizer que compraram umas casas por trás, nas minhas traseiras, aquilo fizeram as obras, puseram tudo em terra, vão lá os animais fazer as porcarias todas, aquilo é uma javardice e ninguém toma uma*

*decisão. Um árvore que está lá, as melgas sempre, entram para minha casa todas, estou farta de gastar dinheiro com essa porcaria das melgas e não consigo fazer mais nada, aquilo é uma javardice autêntica, é um cheirete que não se pode lá estar, nas minhas traseiras, no Largo das Olarias.* -----

*----- Um muito obrigado a todos e felicidade para todos, agradeço imenso que me ajudem.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Lisete, no Largo das Olarias, estamos a falar ali na zona de Alfama, certo?” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Lisete Pereira Matos Ferreira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Não, na Mouraria.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo, Mouraria, eu sei onde é o Largo das Olarias, agora a confusão foi minha! -  
----- Senhora Dona Lisete, a primeira coisa, não sei se a sua filha ou as suas filhas já pediram uma habitação à Câmara, já se inscreveram?” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Lisete Pereira Matos Ferreira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Já sim, já fui eu até pessoalmente.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então nós a única coisa que podemos fazer é saber em que ponto é que se encontram os pedidos delas, saber se os processos estão devidamente instruídos, se estão em condições de ser despachados e se há casas disponíveis, coisa que isto é extremamente difícil, como sabe.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Lisete Pereira Matos Ferreira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*A mais nova separou-se do marido e foi para a minha casa, mas agora arranjou uma casinha em Cascais, mas está a pagar muito dinheiro.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Lisete, aquilo que eu que eu lhe queria dizer é que nós não podemos resolver estes problemas complicados aqui só dos 3 minutos da Senhora a falar e eu a tentar dar-lhe uma resposta. Precisávamos dos seus dados, nomeadamente a morada e os nomes, e se as suas filhas têm pedidos de habitação, as moradas também e, eventualmente, essa sua filha que se separou poderá ela própria fazer um pedido em nome próprio, se ainda não o fez, mas isto... Eu pedia novamente à Doutora Elisabete para pedir essa explicação, porque senão não conseguimos dar seguimento ao caso, ouvimo-lo aqui mas não conseguimos dar seguimento. A doutora Elisabete vai falar consigo e pede-lhe esses elementos, não garantimos absolutamente

nada porque temos muitos pedidos e muitas pessoas a quem não conseguimos dar resposta.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Lisete Pereira Matos Ferreira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*É assim é uma é uma menina que está a dormir ao pé do irmão com 23 anos e eu acho que isto é ridículo.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu percebi, isso de facto não é aconselhável evidentemente mas teremos que analisar o caso com um bocadinho mais de detalhe e, portanto, eu pedi à Doutora Elisabete para obter esses dados e depois lhe responderemos aquilo que lhe pudermos responder. Muito obrigada Dona Elisabete.-----

---- Vamos agora ouvir o Senhor António José Silva Picado que nos vem pôr um problema relacionado com uma exposição, vamos ver o que é, tem aqui os números do processo, mas não sei que assunto seja.”-----

----- **O Múncipe, Senhor António José Silva Picado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Ora boa-tarde, o que me traz aqui hoje é um prédio que temos na Rua da Imprensa Nacional, número 29, que estão alugadas 3 frações desse prédio a uma empresa que pratica alojamento local sem autorização, essa empresa procedeu à divisão desses apartamentos de duas assoalhadas em dois apartamentos separados, ou seja, transformou um apartamento com uma casa de banho, dois quartos e uma cozinha em dois apartamentos com duas casas-de-banho e duas cozinhas, sem autorização realizou uma obra ilegal.*-----

----- *Nós solicitámos à Câmara Municipal de Lisboa, um procedimento de inspeção que demorou um ano a verificar-se e a resultar numa notificação para regularização das obras. Apresentámo-nos ao prédio para fazer a regularização das obras, solicitámos a presença da Polícia Municipal que não nos ajudou e não pudemos assim cumprir a regularização dos apartamentos, a reposição dos mesmos e consequentemente proceder à reabilitação do edifício, que já tem um alvará emitido, mas que nos encontramos agora num vazio em que a Câmara Municipal de Lisboa e a Polícia Municipal nada fazem para cumprir um despacho que foi assinado pelo Excelentíssimo Vereador Manuel Salgado.*-----

----- *Isto é lamentável, temos um muro a cair nas traseiras que queremos reparar, temos um alojamento local sem autorização, que foi autuado pela ASAE e a multa foi paga porque a multa, os 25 mil euros corresponde a um mês de atividade daquela atividade ilegal. A ASAE teve conhecimento que, nesse despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado a licença de utilização ficou cancelada dessas frações, foi cessada a licença de utilização. A Polícia Municipal nada fez para cumprir esse despacho, nem essa notificação do Excelentíssimo Vereador, comunicada que foi ASAE que esse alojamento local continua, e contínua de forma irregular. Todos os outros inquilinos que nós tínhamos no prédio saíram, porque a divisão dos apartamentos causou danos em todo o prédio com infiltrações por canalizações adaptadas e mal feitas a ASAE*

*pôs-nos numa situação complicada em que remeteu para a Câmara Municipal a solução do problema, porque trata-se de obras ilegais que não é do foro deles a sua fiscalização e a Câmara Municipal absolutamente nada faz para cumprir uma notificação. Ou seja, ficamos aqui nós sujeitos a ter que ir para tribunais, a esperar 7, 8, 9, 10 anos, o prédio a degradar-se numa zona nobre de Lisboa, uma atividade alojamento local extremamente perigosa, sem licenciamento, feita e praticada em obras ilegais e a Polícia Municipal, chamada a intervir, nada fez.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tomámos devida nota da questão que nos coloca, naturalmente aqui temos duas situações diferentes, há um alojamento local a funcionar sem autorização e sem licença de utilização, que tem pura e simplesmente cessar, vamos ver porque é que a Câmara ainda não atuou nessa matéria e a fiscalização, portanto, destas obras ilegais deveria permitir essa cessação. -----

----- Seja como for terei que pedir à Câmara os processos, os despachos e ver o que é que se pode fazer. -----

----- Queria também informá-lo, mas isso já sabe seguramente que a legislação em matéria de alojamento local foi alterada e entra em vigor agora no princípio de outubro uma que dá mais poderes para os municípios para intervir nas situações do alojamento local, coisa que até agora não tinham, tinham por esta via das obras ilegais, mas não pelos próprios registos, portanto, temos que atuar agora com estes meios que temos a partir de outubro, mas, para já pela fiscalização das obras ilegais, muito obrigada, pode deixar a exposição que nos facilita depois a troca de correspondência com a Câmara Municipal. Muito obrigada Senhor António Picado. ---

----- Vamos passar a palavra à cidadã Alessandra Esposito, moradora da Rua dos Lagares, já a nossa conhecida e que temos muito gosto em a ouvir mais uma vez. -----

----- Eu tenho aqui a indicação que há uma apresentação para fazerem, certo?” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Alessandra Esposito**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos, hoje estou aqui para responder pessoalmente relativamente à interpretação da minha recusa das chaves, que foi mencionada na última reunião pública da Câmara no dia 24 de junho de 2018. -----

----- No dia 26 de junho foi emitido um parecer da parte da fiscalização do centro histórico com todas as anomalias, mas 3 semanas depois, o senhorio tinha concluído as obras e queria entregar-me as chaves. -----

----- No dia 19 anterior, já tinha recusado pelos seguintes motivos: na casa de banho falta o bidé, mesmo depois de ter pedido especificamente, a tomada ao lado do duche não tem tampa, a iluminação estava trocada do cimo da porta passou para a frente da saída da água do duche, a porta não tinha maçaneta, na cozinha só tinham montado o vidro da janela do teto. A saída da chaminé em cima da placa está fechada com uma tábua de madeira envernizada, a tomada também estava demasiado perto da placa que qualquer salpico poderia ser perigoso. -----

----- *A cozinha não tem espaço para colocar o meu fogão, o meu frigorífico e todos os pertences, visto que retiraram todos os móveis, colocando um enorme termoacumulador que não dá espaço para abrir a porta da máquina de lavar. As janelas em alumínio estão montadas nos aros antigos e madeiras e não tem nenhuma persiana, portada ou estore, não tem espaço sequer para uma cortina.* -----

----- *No quarto maior retiraram a porta, no quarto pequeno a janela do teto não foi substituída e a iluminação foi trocada, também aqui falta a maçaneta.* -----

----- *Quatro dias depois fui surpreendida quando o senhorio me quis entregar novamente as chaves, dizendo que agora estava tudo bem e fiquei ainda mais quando estavam à minha espera também os fiscais da UIT, poucas coisas foram alterados em 2 dias úteis e mais uma vez recusei. Também nunca percebi como poderia morar por baixo das obras do telhado e a minha dúvida foi confirmada por um dos fiscais, que acrescentou, “Nunca sabemos o que se pode partir ou cair para baixo”. A casa que me queriam entregar não tinha as mesmas características, entreguei uma casa de família e recebi um alojamento local. Obrigada.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigada Alessandra, sabemos que as moradoras da Rua dos Lagares têm acompanhado com muita atenção estas obras, uma vez que elas resultam de um acordo que foi feito com a Câmara para manter os inquilinos por mais 5 anos naquelas casas e, de facto, o facto de as obras estarem ser feitas como vimos por estas imagens não nos dá qualquer tranquilidade e agradeço tenha vindo trazer que o problema, que iremos solicitar à Câmara que nos informe e que a UIT faça uma verificação como deve ser das obras que o senhorio teve o compromisso de fazer.-----

----- (A documentação entregue fica anexada nesta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar então agora à Senhora Carla Pinheiro, também moradora da Rua dos Lagares, as gaulesas da Rua dos Lagares, aliás, como são conhecidas na Mouraria.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Carla Pinheiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Arquiteta Helena Roseta, Senhores Vereadores e Vereadoras.-----

----- *Como foi prometido na última reunião pública na Câmara, o nosso senhorio acaba de fazer a montagem nos andaimes para a reparação do teto do nosso prédio, apesar de estar fora do prazo em cerca de um mês, conforme o acordo assinado entre a Câmara e o senhorio, em 4 de agosto de 2017, sabemos que a fiscalização continua as visitas ao prédio, mas estamos aqui para alertar.*-----

----- *Como podem ver nas fotografias o telhado está realmente perigoso, durante os últimos 18 anos não foi efetuada nenhum tipo de manutenção e as poucas telhas substituídas ou reparadas não são suficientes para travar as infiltrações que temos tanto nas nossas casas, como nas partes comuns, queremos estar descansados em que*

*os trabalhos do telhado sejam bem efetuados, não passando só pelo embelezamento, mas com cuidado para quem vai realizar esta obra, assim como para quem vive lá e mesmo para quem passe na rua, queremos estar em segurança.*-----

----- *O anterior proprietário alertou em vigas e barrotes perigosos e chaminés soltas e partidas, já foram examinadas? O telhado é uma parte importante do prédio deve ser bem executado e o ditado diz “ter um teto é ter tudo”, esperamos que durante o inverno ou na altura das chuvas não seja necessário voltar aqui para falarmos no “pois, aconteceu”.*-----

----- *Continuamos a ter confiança na Câmara, mas estamos preocupados com as obras do telhado sejam efetuadas no modo das obras das frações, queremos evitar acidentes, muito obrigada.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada nós Senhora Dona Carla Pinheiro, e vamos de facto dar seguimento a esta necessidade de alertar a Câmara para esta situação, que eu penso que, aliás, a Câmara também já sabe, mas será melhor que a Assembleia Municipal insista e, sobretudo que haja uma verificação do modo como as obras são efetuadas pelos técnicos municipais, para não termos surpresas desagradáveis.-----

----- Há aqui algumas imagens nas apresentações que mostraram que, de facto, as obras não está a ser feitas com cuidado e isso põe em perigo as pessoas.-----

----- (A documentação entregue fica anexada nesta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- Caros cidadãos, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.-----

----- Terminámos as intervenções do público.”-----

#### ----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “Vamos iniciar a nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Temos inscrições de todas as forças políticas para Declarações Políticas, à exceção do PPM que, a Senhora Deputada Aline Beuvink, informou-me que não poderia, de maneira nenhuma estar presente, pensaria intervir mas, não poderá fazer. --

----- Dizer-vos que temos três Votos de Pesar e que, nos documentos colocados à votação, foi solicitado um voto de saudação pelo “Dia dos Bombeiros”, pelo PAN. Não está previsto nas sessões de Declarações Políticas haver apresentação de votos e, portanto, quando chegámos a altura das votações, eu perguntarei se admitem o voto, para o podemos votar ou se passará para a próxima sessão.-----

----- Os Votos de Pesar, esses são sempre admitidos e, portanto é, disso que vamos falar agora, temos três Votos de Pesar.-----

----- O primeiro Voto de Pesar pelo falecimento da Celeste Rodrigues, pergunto ao Primeiro Secretário se o quer ler?”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, Rui Paulo Figueiredo**, procedeu à leitura no do Voto de Pesar n.º 034/01:-----

----- “*Pelo Falecimento de Celeste Rodrigues*-----



----- Celeste Rodrigues nasceu no dia 14 de Março de 1923, no Fundão, mudando-se com a família para Lisboa aos 5 anos de idade. -----

----- Cresceu no seio de uma família numerosa, onde a música desempenhava um papel central. Herdeira da música beirã pelas mãos dos pais, ambos músicos, foi através do fado “que ouvia aos ceguinhos na rua” que se tornou notável. -----

----- Incentivada pela irmã Amália Rodrigues, que acompanhava com regularidade nas noites de fado, Celeste Rodrigues cantou na Adega Mesquita pela primeira vez em 1945, dando, assim, início a uma carreira de 73 anos enquanto “artista de variedades”, como gostava de se afirmar. -----

----- Iniciou residência no Casablanca a convite do empresário José Miguel e, ao longo do seu percurso, passou por diversas casas de fado lisboetas. Foi uma das primeiras fadistas a conseguir a internacionalização da carreira, actuando em diversas cidades do mundo, tais como Amesterdão, Cidade do Cabo, Nova Iorque, Paris, fazendo ainda digressões pelos estados da Califórnia e Massachusetts, nos Estados Unidos da América, e pelo Canadá. -----

----- Celeste Rodrigues dedicou a sua carreira essencialmente ao fado, principalmente ao fado castiço, mas incluiu ainda uma incursão ao mundo do teatro, tendo participado, com a irmã Amália, na opereta "Rosa Cantadeira" e na revista "Boa Nova" numa digressão de um ano pelo Brasil. -----

----- Participou ainda na banda sonora de um filme de pescadores bacalhoeiros produzido pela National Geographic, cantando “como se fosse uma oração” a música tradicional das Beiras “Os Martírios”. -----

----- Em 2005, é convidada pelo encenador Ricardo Pais a participar no espectáculo “Cabelo Branco é Saudade”, ao lado de Argentina Santos, Alcindo de Carvalho e Ricardo Ribeiro, fazendo uma digressão europeia. -----

----- Figura incontornável da Cultura em Portugal, Celeste Rodrigues viu a sua carreira homenageada em vida por diversas vezes, tal como a que foi prestada pela Associação Portuguesa dos Amigos do Fado, em 2007, que, pela voz da sua presidente Julieta Estrela de Castro, reconheceu a «voz bonita, capacidade interpretativa e regularidade de uma carreira». -----

----- Em 2010, foi apresentado o documentário “Fado Celeste” sobre a vida da fadista, realizado pelo seu neto Diogo Varela Silva. Neste ano, recebeu ainda a Medalha de Prata da Cidade de Lisboa. -----

----- Em 2012, foi agraciada com o título de Comendadora da Ordem do Infante Dom Henrique, pelo então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva. -----

----- Celeste Rodrigues cantou até ao fim da sua vida, dia 1 de Agosto de 2018. -----

----- “O fado são emoções. É como suspirar. É um alívio quando se canta.” -----

----- - in Público, 2014 -----

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão 11 de Setembro de 2018, delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Celeste Rodrigues, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem; -----

----- 2. Remeter o presente voto de pesar: -----

----- . *À família de Celeste Rodrigues*-----  
----- . *À Associação Portuguesa dos Amigos do Fado*-----  
----- . *À Fundação Amália Rodrigues*-----  
----- . *Ao Ministério da Cultura*-----  
----- *Lisboa, 11 de Setembro 2018*-----  
----- *Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,*-----  
----- *- José Inácio Faria-“*-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhores Deputados, vamos por à votação este Voto de Pesar pelo falecimento Celeste Rodrigues, uma grande figura, também, da nossa cidade.”-----  
----- Vamos passar à votação **do Voto de Pesar n.º 034/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 9 IND. **O Voto de Pesar n.º 034/01 foi aprovado por unanimidade.**-----  
----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário)-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:-----  
----- “Eu pedia ao Senhor Deputado que está falar com o Senhor Vereador, que durante os Votos de Pesar, cessasse essa conversação. Peço desculpa, é uma questão de respeito para com as pessoas que estamos aqui a recordar.-----  
----- Vamos agora pedir à Senhora Segunda Secretária que, leia o Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Pereira Duarte que, foi Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo.-----  
----- Eu chamo atenção que, há uma correção nesta redação deste voto, na parte final o voto estava em nome das Senhoras Deputadas Carla Madeira e Irene Lopes e, portanto, retirasse essa parte e passa a ficar “perante o nefasto acontecimento, a Assembleia Municipal de Lisboa presta homenagem” e prossegue o voto, tal como estava e vou pedir à Senhora Segunda Secretária que o leia.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, procedeu à leitura no do Voto de Pesar n.º 034/02:-----  
----- “*VOTO DE PESAR*-----  
----- *PELO FALECIMENTO DE FERNANDO PEREIRA DUARTE*-----  
----- *Fernando Pereira Duarte faleceu aos 58 anos no passado dia 21 de agosto, em Lisboa.*-----  
----- *Presidente da antiga Junta de Freguesia de São Paulo ao longo de vários mandatos, membro da extinta Comissão Instaladora da Freguesia da Misericórdia, ex Tesoureiro no anterior Executivo da Junta de Freguesia da Misericórdia, Fernando Duarte era, à data da sua partida, membro efetivo da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, cargo para o qual foi eleito pelo seu partido de sempre: o Partido Socialista.*-----  
----- *Afirmando-se como um autarca de referência, Fernando Pereira Duarte contribuiu decisivamente para o progresso da cidade de Lisboa e para a melhoria das condições de vida dos lisboetas, muito em particular das comunidades que serviu de forma determinada e abnegada durante décadas.*-----

----- *O Marítimo Lisboa Clube conheceu-o como seu dirigente histórico e a Marcha da Bica encontrou em Fernando Duarte o seu principal impulsionador, o que contribuiu para a valorização e promoção das Marchas de Lisboa enquanto “marca de água” da identidade, da tradição e da cultura da cidade de Lisboa.* -----

----- *Homem de causas, Fernando Duarte distinguiu-se como um defensor intransigente da justiça e dos direitos sociais, não só como autarca mas também enquanto sindicalista, onde lutou pela dignificação do trabalho e pela melhoria das condições dos trabalhadores.* -----

----- *Coragem, camaradagem e solidariedade são valores que todos os que tiveram o privilégio de privar, trabalhar ou conviver com Fernando Duarte, a quem a sua partida deixa um vazio profundo e insuperável.* -----

----- *“Só é vencido, quem desiste de lutar”. E Fernando Duarte foi um lutador invulgar durante toda a vida, sobretudo, no seu último e maior combate contra a doença, pelo que, a sua resiliência, determinação e coragem admiráveis constituem um exemplo inspirador para todos nós.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e procedeu à leitura do último parágrafo:-----

----- *“Eu leio esse parágrafo.”*-----

----- *“Perante o nefasto acontecimento, a Assembleia Municipal de Lisboa presta homenagem a Fernando Pereira Duarte, reservando um minuto de silêncio à sua memória, e apresenta as mais sentidas condolências junto da sua família, do Marítimo Lisboa Clube e do Partido Socialista.* -----

----- *Lisboa, 10 de setembro de 2018* -----

----- *As proponentes* -----

----- *Carla Madeira e Irene Lopes”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez continuou:-----

----- *“Senhores Deputados, vamos colocar o voto à vossa consideração.”*-----

----- *Vamos passar à votação do **Voto de Pesar n.º 034/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, MPT, PEV e 9 IND. O **Voto de Pesar n.º 034/02** foi aprovado por unanimidade.* -----

----- *(Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário)*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- *“Vamos ler o último Voto de Pesar, vou ler eu própria o Voto de Pesar pelo falecimento de Helena Lopes da Silva, associo-me a este Voto de Pesar, tive a honra e o privilégio de conhecer e trabalhar com Helena Lopes da Silva, em várias lutas que travámos juntas, com muitas outras pessoas.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à leitura no do Voto de Pesar n.º 034/04:-----

----- *“Voto de Pesar* -----

----- *Pelo falecimento de Helena Lopes da Silva*-----

----- *Faleceu, no passado sábado, dia 8 de setembro, Helena Lopes da Silva.*-----

----- Nascida em Cabo Verde, fez em Portugal o seu curso de medicina e exerceu a sua atividade profissional como cirurgiã e docente universitária. Tendo começado por estudar no Porto, com uma bolsa de estudo, viria a concluir os seus estudos em Lisboa, na Faculdade de Medicina de Lisboa, especializando-se em Cirurgia Geral (1975). -----

----- Foi no meio estudantil, ainda no Porto, que iniciou a sua formação política. Ao chegar à capital, foi imediatamente integrada na organização clandestina do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) em Portugal. -----

----- A 3 de maio de 1974, defendeu num encontro de alunos uma proposta de ocupação da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (PEU), uma estrutura do Regime que tinha como função arregimentar os estudantes africanos contra a independência, contra os movimentos de libertação. A proposta foi aceite e a PEU foi ocupada. Depois, foi transformada na Casa dos Estudantes das Colónias (CEC). Foi eleita uma direcção, que Helena Lopes da Silva presidiu. -----

----- Logo após o 25 de Abril, participou em todas as actividades de mobilização quer estudantil quer dos trabalhadores. Helena Lopes da Silva prosseguiu o seu percurso dirigente da luta feminista em Portugal, na criação da Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC) ou da organização autónoma de mulheres, o grupo “Ser mulher”. Juntamente com as mulheres da UDP e do MDM, fez várias reuniões sobre a questão dos direitos das mulheres que, na altura, era fundamentalmente sobre o reconhecimento do direito à interrupção voluntária da gravidez. Fez parte dos Movimentos pelo Sim à despenalização do Aborto nos referendos, tendo sido uma das impulsionadoras do movimento Médicos pela Escolha. -----

----- Em 1994, surgiu o momento de maior protagonismo político, ao liderar a candidatura do PSR às eleições europeias. Helena Lopes da Silva tornou-se a primeira cabeça de lista negra nas eleições em Portugal, numa campanha que trouxe visibilidade às questões do racismo e da xenofobia em Portugal e na Europa. Cinco anos depois, foi fundadora do Bloco de Esquerda. -----

----- Em 2015, foi condecorada pelo Presidente da República de Cabo Verde com o Segundo Grau da Ordem Amílcar Cabral. Fazia parte do Conselho de Estado do país. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 11 de setembro de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1- Manifestar a sua profunda consternação pela morte da cidadã socialmente empenhada que foi Helena Lopes da Silva, e exprimir aos seus familiares e amigos, e ao Bloco de Esquerda, as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- Lisboa, 10 de setembro de 2018 -----

----- Os deputados municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda -----

----- Tiago Ivo Cruz-----

----- José Casimiro-----

----- A Presidente da AML” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Pergunto aos Senhores Deputados quem vota contra?” -----  
----- Vamos passar à votação **do Voto de Pesar n.º 034/04**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 9 IND. **O Voto de Pesar n.º 034/04 foi aprovado por unanimidade.** -----  
----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário)-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “E agora vamos fazer um minuto de silêncio por estes três cidadãos.” -----  
----- (Neste momento, foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Celeste Rodrigues, Fernando Pereira Duarte e Helena Lopes da Silva)-----  
----- **1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 21, DE 08.05.2018 E DA ATA N.º 22, DE 15.05.2018** -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- Passada esta parte da nossa Ordem de Trabalhos, que é sempre mais difícil.-----  
----- Vamos entrar agora nas questões que estão pendentes, em primeiro lugar, temos à vossa consideração, a Ata n.º 21, da reunião realizada no dia oito de Maio de 2018, pergunto se alguém tem observações sobre a Ata? Não vejo chamadas de atenção, vou pôr à votação.” -----  
----- Vamos pôr à votação **Ata n.º 21, de oito de maio de 2018**. Não há votos contra, nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes. -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:  
----- “Não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.”-----  
----- Temos também, a Ata n.º 22 que vou pôr à votação de seguida que, é do dia quinze de Maio.”-----  
----- Vamos pôr à votação **Ata n.º 22, de quinze de maio de 2018**. Não há votos contra, nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes. -----  
----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas nº 21 e 22, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----  
----- Ata n.º 21 Sessão Ordinária de abril, segunda reunião, realizada em oito de maio de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Rute Sofia Lima de Jesus (PS), José Roque Alexandre (PS), Nuno Santos Silva (PS), Cândida Cavaleiro Madeira (PS), Carlos Alpoim Barbosa (PSD), Rodolfo Knapic (PSD), Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), Ana Páscoa Baptista (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Humberto Cabral da Silveira (BE), Maria do Carmo Munoz (PPM) e Miguel Farinha Graça (IND). -----

----- Ata n.º 22 Sessão Ordinária de abril, terceira reunião, realizada em quinze de maio de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Rute Sofia Lima de Jesus (PS), José Roque Alexandre (PS), Nuno Santos Silva (PS), Cândida Cavaleiro Madeira (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), João Condeixa (CDS-PP), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Ana Páscoa Baptista (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Humberto Cabral da Silveira (BE), José Sobreda Antunes (PEV), Miguel Farinha Graça (IND), José Alberto Franco (IND) e Helena Roseta (IND). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Já disse no início da reunião mas, volto a dizer. -----  
----- Eu tinha apresentado uma proposta de ajustamento da grelha de tempos mas, ela, regimentalmente tem que ser apreciada previamente em Conferência de Representantes e, portanto, é retirada neste momento a Proposta n.º 4/2018 PAM - Presidência da Assembleia Municipal, é retirada e será levada à Conferência de Representantes.” -----

#### -----**DECLARAÇÕES POLÍTICAS**-----

#### ----- **2. DECLARAÇÕES POLÍTICAS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J – MÁXIMO 5 HORAS;**-----

----- “Vamos passar agora às Declarações Políticas, temos inscrições de todos os políticos, menos do PPM e a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra. -----  
----- Eu recorro que, nas Declarações Políticas, como é que é o mecanismo? Recorde-me, estou a recordar mas, não posso recordar decore porque, não sei decore. -----  
----- Vou só lembrar como é, que funciona esta grelha J, para todos termos isto presente. -----

----- A grelha J, diz o seguinte: o limite máximo está aqui previsto são 300 minutos. São assim distribuídos, há 8 minutos para a intervenção inicial de cada Grupo Municipal e dos Deputados que exercem Mandato como Independente. Depois desses 8 minutos, pode ser só uma pessoa a falar ou mais do que uma mas, são 8 minutos. -----

----- Cada Grupo Municipal e os Deputados Municipais dos outros grupos e os Independentes têm 15 minutos, para fazer perguntas sobre as intervenções que acabaram de ouvir e, se houver perguntas ou pedido de esclarecimento, enfim, intervenções, o grupo que fez a Declaração Política, tem 4 minutos para responder. ----

----- Portanto, no final ou por outra, no processo todo a Câmara tem 30 minutos para prestar esclarecimentos, sobre aquilo que for dito, portanto, pedia para nos sujeitarmos a esta grelha. -----

----- Sendo que, naturalmente, não há ajustamentos a fazer e dizer-vos ainda uma outra coisa. -----

----- Atendendo à dificuldade prática, das cedências tempo nos termos regimentais, até à dúvida interpretativa, sobre o que é que significa, cedência de tempo, até um terço do tempo disponível, se não sabemos se é, o tempo naquele momento disponível ou o tempo inicial disponível e, não temos *software* para poder estar a fazer estes descontos aqui. -----

----- A Mesa não fará recurso dessa norma, da limitação das cedências de tempo, até o terço do tempo disponível, enquanto não tivermos isto aclarado em Conferência Representantes e, a interpretação assim o exigir, enquanto não houver um *software* que faça os cálculos do tempo porque, é materialmente impossível faze-los aqui. -----

----- Portanto, hoje em princípio, não teremos necessidade de cedências de tempo uma vez que a grelha é bastante extensa mas, não queria deixar de dar esta explicação. -----

----- Vamos então agora dar início às Declarações Políticas.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Senhor Deputado, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Muito boa tarde a todos, os restantes membros da Mesa, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhora e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionárias. -----

----- Faz esta semana exatamente um ano e meio que o Senhor Presidente da CML escreveu um artigo de opinião na comunicação social (em 15/3/2017) onde defendia que “a construção de 14 novos centros de saúde é o programa mais ambicioso em décadas para o reforço dos cuidados primários de saúde em Lisboa”. E precisou a sua ideia especificando que “um sistema de saúde mais próximo, e com mais qualidade, é um elemento decisivo para melhorar a qualidade de vida de quem vive e trabalha na capital”.-----

----- E porquê? “Porque Lisboa ainda tem centros de saúde a funcionar em edifícios de habitação. Sem condições, sem acessibilidade e sem o espaço necessário para os cuidados de saúde que os lisboetas necessitam”.-----

----- Estas declarações surgiram na sequência de o programa denominado ‘Lisboa, SNS mais próximo’ ter, na véspera, sido oficialmente assinado entre a CML e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Tratou-se de uma cerimónia que teve lugar no Pavilhão do Conhecimento, que contou com a presença do Ministro da Saúde e a presidente do conselho diretivo da ARSLVT.-----

----- E concluía o seu artigo reconhecendo que a “facilidade e comodidade no acesso aos equipamentos públicos têm de ser elementos centrais na definição das políticas urbanas. Uma saúde mais próxima é meio caminho andado para uma cidade mais humana”. -----

----- Previam-se, deste modo, 14 novos centros de saúde que permitiriam vir a viabilizar novos serviços, mais meios complementares de diagnóstico e nova capacidade para um atendimento de qualidade. Mas estranhamente, um ano e meio depois, nem caminho, nem meio caminho, nem ‘elementos centrais’, nem qualquer anúncio público sobre a programação e o desenrolar deste programa subscrito com o Governo. -----

----- Tratava-se de um plano para execução entre três a cinco anos, mas de que, destes três anos, metade já transcorreu sem a sua devida apresentação pública, aos prestadores de cuidados de saúde e aos órgãos do Município. Recorde-se que o acordo tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre a ARSLVT e o Município, com vista à “construção e requalificação global das Infraestruturas e Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Lisboa até ao ano 2020”.

----- Como é sobejamente conhecido pelos utentes dos serviços de saúde de Lisboa, das atuais unidades, várias continuam a funcionar em edifícios de habitação, afastadas de algumas populações, com deficientes condições de acesso, com elevadores apertados ou que nem permitem o seu uso por cadeiras de rodas, outros sem espaço para acolher novas valências.

----- De acordo com afirmações da própria presidente da ARSLVT "a grande maioria destas unidades funciona em prédios de habitação, com pouca acessibilidade, instalações que não estão adaptadas às necessidades dos centros de saúde modernos. Têm escadarias, elevadores estreitos, salas de espera pequenas", enquanto o desejável seria “tornar a saúde mais acessível e com mais capacidade de resposta aos utentes”. Ou seja, seria desejável “uma organização mais aberta, em parceria com os hospitais, autarquias, que façam parte do dia-a-dia da população", com "centros de saúde informatizados, abertos a novas tecnologias, com raio-X, práticas de fisioterapia, análises, médicos dentistas”, etc.

----- Para os utentes, e os lisboetas em particular, dificilmente estas práticas serão possíveis nos atuais edifícios.

----- Do que foi divulgado há um ano e meio, previa-se que o protocolo então rubricado fosse executado entre 2017/2020, devendo os centros de saúde a funcionar em piores condições serem os primeiros a ganharem um novo espaço. E sabia-se que dos 14 novos centros, 11 seriam com construção de raiz, para substituir os hoje localizados em prédios de habitação, e os restantes 3 em edifícios já existentes, de modo a serem abrangidos, dizia-se, 305.900 utentes.

----- Ao todo seriam 14 centros a serem construídos na Ajuda, Alta de Lisboa (Santa Clara), Alto dos Moinhos (São Domingos de Benfica), Arroios, Beato, Fonte Nova (Benfica), Campo de Ourique, Marvila, sendo as unidades previstas para o Parque das Nações, Restelo (Belém) e Telheiras (Lumiar), com adaptação de edificado.

----- Com a medida, a CML pretendia acabar com as barreiras que existem no acesso à saúde, onde, só em Lisboa, da população com mais de 50 anos, 20% diz padecer de algum tipo de incapacidade e mais de 50% admite ter dificuldade em subir degraus. Todos os centros de saúde em prédios, por mais inovador que se seja, há sempre patamares e degraus. É por isso não apenas necessário como urgente levar a cabo a realocação dos centros para zonas mais centrais, conjugando com os transportes públicos disponíveis e diversificando a oferta de serviços.

----- Segundo o então vereador dos direitos sociais da CML, a estimativa rondaria os 30 milhões €, com um investimento para a construção na ordem dos 20 a 22 milhões € em equipamento, terrenos e projetos de construção, acrescendo para o restante



património, arruamentos, água e esgotos perto de 9 milhões €. Alguns dos terrenos poderiam encontrar-se na posse do Ministério, outros já na esfera municipal. E previa-se também que, ao longo dos anos, caso o Estado central venha a ficar titular dos equipamentos, devolveria esse investimento à CML através, por exemplo, de uma renda. -----

----- Todavia, não deixou de ser muito curioso, na altura, ouvir da boca do próprio Ministro da Saúde que esperava dali a alguns meses poder visitar o andamento das obras, que afinal, sabemos hoje, ano e meio decorrido, estarem lamentavelmente lentas senão mesmo paradas, paradinhas. -----

----- Convém recordar que nem o diagnóstico nem a presente solução são novos. -----

----- A Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, aprovada por esta AML em 2/6/2009, havia procedido ao cálculo das necessidades e das carências em equipamentos de cuidados primários de saúde e de cuidados continuados integrados. E logo em 21/9/2009, fora rubricado um outro Contrato-Programa entre a CML e a ARSLVT, para a construção de (6) novos Centros de Saúde dos quais 3 se encontram construídos (Boavista, Descobertas e Carnide, tendo sido abertos mais 3 novos no Martim Moniz, Penha de França-Angelina Vidal e Ribeira Nova). -----

----- Também pelo Diagnóstico Social de Lisboa e pela Carta de Equipamentos se constatarem insuficiências crescentes nas infraestruturas existentes para a prestação de cuidados de saúde e a necessidade daí decorrente de se promover uma alteração no sentido do melhoramento global das condições em que os referidos cuidados de saúde vinham sendo prestados à população. -----

----- É assim urgente ser dado prévio conhecimento aos lisboetas, aos utentes dos serviços de saúde, aos prestadores de cuidados de saúde e a esta AML, do desenvolvimento do projeto e respetivo cronograma com a correta calendarização do programa ‘Lisboa, SNS mais próximo’ e eventuais cadernos de encargos. -----

----- Ou será que o executivo está apenas à espera de um próximo calendário eleitoral para pomposamente o anunciar? A Saúde é um direito constitucional dos cidadãos que não se compadece com calendários políticos. Por isso, “Os Verdes” desde já requerem ainda o devido acompanhamento desta problemática pelas Comissões Permanentes desta AML. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, pergunto agora se há perguntas ou intervenções? Há uma intervenção do Senhor Deputado Miguel Graça dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vereadores, caros colegas Deputados. -----

----- Antes de mais congratular o Partido Ecologista “Os Verdes”, pela apresentação desta Recomendação que, naturalmente iremos votar a favor no sentido em que,

também, a preocupação relativamente a estas áreas da saúde e das ofertas complementares nesta área é, também, uma preocupação dos “Cidadãos por Lisboa”, e particularmente aqui nesta Assembleia Municipal, já temos levantado esta questão e, também, a debatido. -----

----- Não só para dizer isto mas, também, para acrescentar um facto que nos parece importante que é, de facto, este programa está em curso, tal e qual como o Partido Ecologista, “Os Verdes” e por isso, vamos votar a favor. -----

----- Queremos saber um ponto situação, não sei, de facto, como está o ponto de situação, se será uma situação tão dramática como foi aqui apresentada mas, acima de tudo, consideramos que a Assembleia Municipal de Lisboa, naturalmente, necessita de ter mais informações e um ponto de situação, sobre o andamento deste programa?-----

----- Também, gostaríamos de dizer que, para além da Carta de Equipamentos de Saúde, ter sido aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, em 2009 foi, também, entretanto, programada a revisão desta carta que é, um dado que não consta nos considerandos desta Recomendação. E que até faríamos essa, sim, está intervenção mas, gostaríamos de acrescentar que é e, foi o facto, também, esta revisão que está em elaboração que permitiu, entretanto, identificar estas novas propostas para o reforço da oferta de saúde na cidade de Lisboa e acho que esse, também, é um facto importante. -----

----- Naturalmente, que em sede própria e saúdo, também, o Vereador da Educação e dos Direitos Sociais que aqui está, é importante vir concluir a revisão desta Carta de Equipamentos de Saúde, isto será uma matéria que, obviamente, viremos a endereçar é, uma matéria de particular interesse da cidade de Lisboa e uma preocupação desta Assembleia Municipal que é, também, partilhada com outras forças políticas e, por isso será, também, uma matéria que virá em discussão aqui. -----

----- E, por isso, gostaríamos de também, fazer esta declaração e, naturalmente, mais uma vez saudar a iniciativa do PEV. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se mais alguém quer interpelar o PEV?-----

----- Não vejo notícia disso, portanto, Senhor Deputado Sobreira Antunes, tem o microfone para responder. Tem quatro minutos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar do Grupo Municipal de “Os Verdes”, agradece as pertinentes intervenções sobre a problemática da construção dos novos Centros de Saúde na capital, tanta falta faz aos munícipes e aos utentes em particular. -----

----- Concordamos, com essa intervenção e muito sinceramente, Executivo, Senhor Vereador, ficamos aguardar que com toda a urgência o executivo presente como solicitamos, também, na nossa Recomendação, um andamento do projeto e o presente.

----- Não apenas aos prestadores de saúde, aos utentes em particular, às suas comissões de utentes mas, também, às Comissões Permanentes desta Assembleia, para estarmos devidamente informados, com a máxima urgência, basicamente é isto. --  
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez, a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, vamos prosseguir, a próxima Declaração Política é do MPT, creio eu? A Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vereadores, caros Colegas, Público presente.-----

----- O Partido da Terra para esta Sessão dedicada a Declarações Políticas apresenta uma Recomendação que visa *Um Maior e Melhor Investimento nos Transportes Públicos*.-----

----- De facto, a mobilidade é um dos maiores desafios para uma cidade que se quer moderna e sustentável.-----

----- Podemos inclusivamente, afirmar que um sistema de transportes é um elemento fundamental no processo de desenvolvimento de um território pela sua função de permitir a circulação de pessoas e bens.-----

----- No passado dia 1, o Sr. Presidente da Câmara e também presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, anunciou estar a negociar com o Governo uma redução para 30 euros mensais, nos títulos dentro da cidade e 40 euros para os passes para os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Senhora Presidente, embora concordemos com a medida, gostaríamos no entanto, de alertar para o seguinte:-----

----- Será que a perda constante de quota de mercado do transporte público se deve apenas ao preço praticado nos passes?-----

----- No nosso entender, essa não é a principal razão, como se pode comprovar quando se analisam mapas e se contabilizam as acessibilidades.-----

----- O real problema reside no facto de, em Lisboa, na maioria dos seus bairros, quando as pessoas se deslocam do seu local de residência para o destino, necessitarem de dois ou três transbordos. Por isso, mesmo com um passe único, (em que o valor será inferior) facilmente se demorará cerca de 1h30 para fazer uma, repito, uma viagem, que de automóvel não demoraria mais de 20 a 30 minutos.-----

----- Entendemos que as pessoas, e em particular os lisboetas, estão em primeiro lugar. Nesse sentido, cremos que antes de se pensar em políticas de preços, se deve

igualmente pensar numa política de serviços disponíveis, com uma maior oferta e frequência. -----

----- Por outro lado, cumpre referir que o objetivo deverá ser retirar os carros do centro da cidade, não só no sentido de ir ao encontro das orientações europeias mais recentes para diminuição das emissões de CO<sub>2</sub>, tornando, ao mesmo tempo, mais fluido o trânsito. Por fim, importa finalizar a implementação de parques dissuasores, com boa conectividade ao centro da cidade, através dos transportes públicos e com tarifários articulados entre eles. -----

----- Consideramos que os custos desta medida deverão ser suportados pelas autarquias, que beneficiarão desta medida, e não pelo Estado, sob pena de se violar o princípio de subsidiariedade. -----

----- Relativamente aos documentos apresentados acompanharemos favoravelmente a Recomendação 34/04 (PEV) pois o proposto, na sua parte deliberativa, mais do que uma recomendação representa uma implementação de boas práticas de partilha de decisão com os beneficiários do SNS, por sinal aqueles que o sustentam pelos seus impostos. -----

----- Acompanhamos também a Recomendação 34/07, do PSD, dado que consideramos uma medida altamente discriminatória decidir apoios, nomeadamente nos manuais escolares, através da escola frequentada pelos alunos, privilegiando a escola pública, como se a realidade não demonstrasse que tal, em muitas circunstâncias, não é, de modo algum, indicador de maiores necessidades económicas, financeiras e sociais. -----

----- Permitam-nos uma outra nota sobre Lisboa, esta Nossa Lisboa, cidade que todos AQUI AMAMOS, e que este verão, esteve bela, como sempre. Bela, mas desleixada! Os passeios não nos convidavam, o que é paradoxal, numa cidade que se pretende apelativa à mobilidade. -----

----- Desleixada e descuidada! Urge corrigir este estado, para que aqueles que aqui trabalham e vivem, não se sintam empurrados, nas suas horas de lazer, para fora dela. -

----- Por último, algumas palavras para o estudante Juan Emanuel Baptista. Nascido e criado numa pequena cidade do estado de Miranda, na República Bolivariana de Venezuela, fugiu com a avó, em 2015, para o seu País ancestral, Portugal. -----

----- Na Madeira, na Camacha, ali viveu até ingressar no IST. No curso que foi um Sonho de Sempre! Pois, o Juan Emanuel Baptista, incapaz de pagar um quarto em Lisboa, voltou à Madeira, sendo ele o único titular do curso com a média mais alta do País. Fugido de fracassos experimentalistas sociais na América Latina, fugido de uma cidade incapaz, pelas próprias estruturas de ação social do Ensino Superior, de aqui o manter. -----

----- Precisamos de todos os Juan Emanuel Baptista, neste nosso País, nesta Nossa Lisboa. Precisamos, porque este País cumprir-se-á pela excelência, sobretudo da sua Juventude. -----

----- Precisamos porque este País e esta cidade valem a pena! -----

----- Tenho dito! -----

----- Muito Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, eu chamava a vossa atenção para o modelo regimental. Quando acaba uma Declaração Política, se alguém tem alguma pergunta, alguma objeção, algum esclarecimento a pedir, é no momento que acaba a Declaração Política, que deve ser, deve sinalizar juntamente da Mesa, porque se não vai perder esse tempo e passamos à Declaração Política seguinte.-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, pediu palavras sobre esta Declaração Política. Certo.-----

----- Senhor Deputado Alberto Franco, também, e o Senhor Deputado do CDS queria ter feito sobre a Declaração Política anterior mas, deixou passar a vez, quando chegar agora, depois deste dois Senhores Deputados vou-lhe dar a palavra. -----

----- A Senhora Deputado, também, quer intervir sobre esta Declaração Política? Agora, estamos a recolher intervenções. É um ponto de Ordem à Mesas, é uma interpelação, faz favor. Tem que ter microfones, se não, não a oiço, peço desculpa.” ---

----- **A Senhora Deputada, Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente, há uma Recomendação ou uma Moção até penso que há uma Moção na Recomendação, sobre o mesmo assunto, apresentadas pelo PPM mas, eu não vejo que esteja aqui ninguém do PPM, apesar disso, a Moção existe, está aqui e vai ser votada. -----

----- Nós gostávamos de fazer um comentário a esta Moção, mas estamos a ver que ela não vai ser apresentada.-----

----- Quando é que nós vamos poder fazer, esse comentário?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez em resposta à questão colocada, fez a seguinte interpelação:-----

----- “Não. Vamos lá ver, como a Senhora Deputada proponente dessa Recomendação não está presente, ela não vai ser apresentada, portanto, vocês podem usar o vosso tempo, os Senhores Deputados do CDS pode aproveitar o tempo do CDS para se pronunciar sobre ela, mas não pode pedir esclarecimentos, uma vez que não está ninguém PPM para responder. -----

----- Peço desculpa, mas creio que é esta a interpretação mais simples e vamos prosseguir. -----

----- Então agora o Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Senhora Presidente, nós estamos de acordo com esta Recomendação que é apresentada pelo MPT, mas fizemos até um contacto com o grupo que, não foi agora referido na intervenção, porque em relação aos Pontos dois e três, propunha algumas alterações. -----

----- Nomeadamente, a exclusão do termo “migratórios” na parte final do Ponto dois, substituindo por “locais e metropolitanos”. -----

----- E, depois Ponto três, em parceria com o Governo, nós propunha: "local partida até ao destino", isto no final. "Com atenção a política em vez de medidas assentes" como estava, nós propomos, fosse "com atenção a política de preços e aumento da oferta".-----

----- Creio que estes aspetos são fundamentais, em relação a esta matéria e por isso, gostaríamos que o MPT nos respondesse sobre estas propostas de alteração. -----

----- Muito obrigado."-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito obrigado Senhor Deputado, depois gostaria que fizesse chegar à Mesa e as alterações que propõe, porque, eu não consegui detetadas, de qualquer maneira, há várias intervenções do Senhor Deputado tem quatro minutos para respondem no fim, depois todos terem perguntado.-----

----- Senhor Deputado José Alberto Franco."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- "Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados. --

----- Os Deputados Independentes, do "Movimento Cidadãos por Lisboa" concordam no essencial com este documento que, o MPT nos submete e, por isso, iremos vota-lo favoravelmente.-----

----- No entanto, tal como acabámos de ouvir da parte do Grupo Municipal do PCP, há algumas questões gostaríamos de ver melhoradas.-----

----- Não temos propostas concretas de aditamento ou de correção do texto mas, de qualquer modo, aproveitamos a oportunidade para as suscitar e não faltarão oportunidades a breve prazo para autonomamente, as colocarmos.-----

----- Relativamente, a este tema tão candente dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa e que foi trazida agora para a ribalta, com os recentes anúncios da parte do Senhor Presidente da Câmara de Lisboa.-----

----- Tal como já foi dito, a questão dos preços e a importante redução tarifária que está preconizada e sobretudo a questão do alargamento a toda Área Metropolitana, aos dezoito municípios do passe intermodal é, algo que nos cabe não só saudar mas, também, apoiar ativamente nas várias instâncias em que a Assembleia Municipal de Lisboa, pode intervir.-----

----- E alguns dos partidos representados aqui na Assembleia que, têm assento na Assembleia da República, esperemos que não falte com o respetivo apoio na altura em que, as alterações ou as propostas de introdução ao Orçamento de Estado para 2019 que dê cobertura orçamental para estas medidas, quando isso for lá discutido.-----

----- Não encontramos aqui, no documento do MPT nenhuma referência a algo que para nós é uma fragilidade e uma carência muito grande, em relação à oferta de transportes na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Fala-se aqui na oferta, mas não se fala num problema gravíssimo que é o estado das infraestruturas e do material circulante, dos modos de transporte pesados.-----

----- E isso é algo que, por muito que melhor a situação da frota da Carris e sabemos que vêm aí duzentos autocarros que, hão de vir Setembro, etc., que vão seguramente, melhorar a oferta dos transportes, digamos, ligeiros de superfície em Lisboa. -----

----- Agora em relação ao caminho-de-ferro e o metropolitano e aos metropolitano, aliás, também pensado na margem Sul. A situação é grave, isso é do conhecimento geral, o material circulante está a romper pelas costuras. E a Assembleia Municipal de Lisboa, também, deverá preocupar-se com isso e introduzir isso nos nossos documentos, não sendo hoje, será numa próxima oportunidade, em que falaremos, também, do assunto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado João Condeixa tinha pedido a palavra, não pediu na altura certa, mas, dou-lhe agora de qualquer modo. O microfone ao Senhor Deputados João Condeixa do CDS-PP, microfone ao Senhor Deputado João Condeixa.” -----

----- Faz favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Primeiro por, de facto, se abrir esta possibilidade, até porque a minha pergunta era muito sucinta, de facto, nós tivemos aqui neste programa do “Lisboa SNS+Proximidade”, a ideia e o projeto catorze novos Centros de Saúde e, há mais de ano e meio que não temos aqui mais notícias, nomeadamente, só sabemos que estão trinta milhões de euros envolvidos. -----

----- No momento, em que a saúde atravessa um período muitíssimo difícil em que, a dívida hospitalar é superior a mil milhões de euros, em que os recursos humanos são bastante escassos e, se tem acentuado ou agravado essa inexistência em que, por exemplo uma Ala de Oncologia Pediátrica, no Norte do país, está num impasse que se arrasta há uma série de meses. -----

----- É normal e eu acho que “Os Verdes”, também, devem ter essa preocupação, perceber com que equipamentos, com que recursos e que vão ser, de facto, apetrechados estes Centros de Saúde. -----

----- Até porque os cuidados de saúde primários, é a porta de entrada para o sistema e devem estar o mais sólido e capaz possível. -----

----- A minha questão é, normalmente, “Os Verdes” são bastantes despedidos em colocarem as perguntas, também, ao Parlamento, a Assembleia da República e aqui restringem-se ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde) a ARS (Administração Regional Saúde) e eu pergunto se esta limitação é para não ferir a geringonça ou se o modelo dos “Verdes” pressionarem o PCP e, o PCP pressionar o Governo não existe. -----

----- A minha recomendação era que abrissem, no fundo esta mesma Moção, que esta mesma Moção pudesse ser enviada ao Parlamento e o Governo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Agora estamos na circunstância como falou fora de tempo que, neste momento, “Os Verdes” não podem responder mas, porventura quando o CDS fizer a sua Declaração Política poderá “Os Verdes” se quiseram, aproveitar a oportunidade para reagir a esta questão que foi suscitada.-----

----- Vamos passar agora a interpelação do PAN, a interpelação ao MPT.-----

----- Ainda não teve, ainda faltam.-----

----- Ainda estão vários Partidos a interpelar, peço desculpa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Acompanhamos, obviamente, o MPT relativamente, à proposta que apresenta pois, também, o PAN, tem vindo a defender a necessidade da autarquia investir em transporte seguro, acessível e que privilegie, obviamente, a mobilidade suave, no entanto, alguns pontos que gostaríamos de destacar.-----

----- Precisamente por tem sido pouco referidos, aquando do debate da maioria do investimento, os transportes públicos ou até mesmo da expansão, da própria rede do metropolitano.-----

----- Desde logo a urgente necessidade que existe a descarbonização e foi ainda agora referida questão das mercadorias dos pesados que, não deve ser apenas refletida para os transportes particulares mas, sobretudo, também, para as operações de abastecimento e distribuição das mercadorias que existem na cidade, também, aqui para ver uma forte aposta na descarbonização, porque até poderá ser a pegada com maior impacto que existe no dia-a-dia da nossa cidade.-----

----- A melhoria também das ligações supramunicipais, em paralelo com a melhoria das condições de mobilidade suave deste modo, a pedonal e a bicicleta e aqui, em particular nas deslocações urbanas, associadas à mobilidade quotidiana.-----

----- E uma outra questão seria, também, soluções que venham responder às limitações, transporte público convencional e falo aqui no transporte flexível que é, também, uma competência da autarquia.-----

----- No que concerne, desde logo área do concelho com menor densidade populacional e também as necessidades específicas, por exemplo, da pessoa idosa, da mobilidade com pessoas com mobilidade condicionada ou até mesmo, crianças e jovens em idade escolar, sendo este um transporte proximidade, bastante, relevante para a cidade e, também, deveria aqui ser estendido.-----

----- No demais acompanhamos, obviamente, iremos votar favoravelmente esta Recomendação do MPT que louvamos, como é óbvio.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----



----- A Câmara há pouco, também, queria ter falado na interpelação ao PEV, também deixou passar a oportunidade, não conseguiu ligar telefone para aqui, mas, eu vou-lhe dar agora essa oportunidade, isto fica um bocadinho desfasado. Peço desculpa e depois então sim, o MPT tem a palavra para responder, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e a pergunta: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Espero que tenham tido umas férias que, tenham recarregado as baterias para este novo ciclo político. -----

----- E gostaria de saudar o PEV, pela iniciativa que teve de trazer este tema aqui. Até porque ele ganha uma nova atualidade, com um conjunto de iniciativas que vão estar, que vão ser públicas dentro de alguns dias, a partir do momento em que se distribua os documentos para a reunião de Câmara do dia vinte e seis dos nove. Onde vão à Câmara, o lançamento das empreitadas dos Centros de Saúde da Alta de Lisboa, no Alto dos Moinhos, de Alcântara, do Restelo e do Beato e que tiveram até agora em projeto. -----

----- Projetos como sabem de Centros de Saúde, são complexos e tiveram que ser consensualizado em diferentes matérias, nomeadamente, com a área da saúde, e alguns outros estão em projeto já bastante adiantado como o Fonte Nova e Sapadores e os outros estão, também, uns em projetos e outros em definição ainda dos espaços.---

----- Estas empreitadas tem um valor base que adicionado às cinco empreitadas, têm o valor base como dizia há pouco, de dez milhões de euros e como, também, já foi referido aqui há cerca de trinta milhões de euros, envolvidos nestes projetos. -----

----- Os meios na sua esmagadora maioria advém daquilo que não foi consensual nesta Câmara e que alguns têm votado, sistematicamente contra que, são os dinheiros de “Lisboa21”, empréstimo do Banco Europeu de Investimento que nos vai possibilitar à cidade de Lisboa, modernizar toda esta área.-----

----- Se a Senhora Presidente, me permitir eu, também, gostaria e já agora aproveitando, de referir algumas notas sobre aquilo que foi, é a Recomendação do MPT, só para dizer que, eu diria que, finalmente e agradecer, também, esta Recomendação, porque ela vem de encontro tudo aquilo que temos andado a dizer, saudar o facto do MPT também, se juntar agora a este conjunto de preocupações que, área dos transportes merecem nesta cidade. -----

----- Mas eu qualificaria este conjunto de medidas que foram anunciadas, como medidas estruturantes em defesa de uma sociedade mais sustentável, atuando neste caso do lado da procura, do lado do estímulo à procura e fechando desta forma aquilo que é um ciclo de promoção do transporte público, acabando definitivamente ou tendo essa ambição com todo o ciclo anterior, de destruição do transporte público encetada pela direita.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, agora sim, o MPT tem a palavra para responder, tem quatro minutos. Senhor Deputado Mário Freitas. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Mário Freitas. Alguém aí em baixo nos serviços está desatento, microfone ao Senhor Deputado Mário Freitas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar em relação às sugestões, às indicações dadas pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, como é evidente, elas são totalmente pertinentes e como é evidente nós acatamos porque, de facto, são melhorias para esta nossa Recomendação e que fazem todo o sentido, assim esteja presentes. -----

----- Aliás, como já tínhamos feito em relação a uma sugestão feita pelo Senhor Deputado do PS, que também tinha feito uma sugestão de melhoria da nossa Recomendação e como é evidente tudo o que seja para melhorar, nós estamos cá. -----

----- Em relação aos comentários do Senhor Deputado dos Cidadãos Independentes, de facto, tem muita razão naquilo que disse. Em primeiro lugar temos que colocar os cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa e, de facto, o Senhor Vereador é fundamental que as pessoas tenham qualidade de vida e que, essa qualidade de vida não se perca em horas intermináveis em trânsito e em transportes públicos. -----

----- Portanto, há aqui uma série de equilíbrios que têm que ser feitos que, quem sabe deve fazê-lo e nós estamos cá para propor sugestões, para propor melhorias, sendo que para nós a questão do ambiente e de ecologia são fundamentais, não é! -----

----- Porque, de facto, melhor qualidade de vida, com melhor ambiente é, de facto, o futuro que nós procuramos para, pelo menos para os nossos filhos, para que tenham uma sociedade um pouco melhor do que a que nós tivemos. -----

----- Muito obrigado pelas palavras, Senhora Deputada, Inês Sousa Real e, de facto, é bom ver que comungamos das mesmas questões centrais no que toca a esta temática e como tal só tenho que agradecer as suas palavras.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Terminámos então a Declaração Política do MPT. -----

----- Vamos passar agora a Declaração Política do Partido Socialista. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, Pedro Delgado Alves.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e Deputadas, em primeiro lugar desejar a todos um regresso à atividade política em pleno, em prol da Cidade de Lisboa. -----

----- Precisamente regressarem e retomar atividade frisando um especto que, também, já foi objeto de uma intervenção na sessão de hoje e que, reveste da maior importância para o futuro da cidade. -----

----- Regressamos à atividade mas, regressamos também com a vontade de retomar e aprofundar um tema que é estruturante para a cidade de Lisboa e até me atrevo a dizer além de ser estruturante para a cidade e para a Área Metropolitana de Lisboa é, também, estruturante para o país, tendo em conta o peso e o contributo que a Área Metropolitana de Lisboa pode representar ao nível das políticas de mobilidade e transportes sustentáveis que o país precisa de enfrentar. -----

----- Não se trata apenas de uma questão circunscrita ao Departamento de Mobilidade e dos Transportes, na realidade é uma dimensão que envolve uma preocupação ambiental, que tem impacto social do rendimento das famílias, que tem um impacto na economia na sua capacidade de se tornar menos dependente combustíveis fósseis. E que, também, sem dúvida alguma, tem um impacto naquilo que é a sustentabilidade e a salvaguarda do futuro da humanidade e do futuro do planeta. -----

----- Aspeto que muitas vezes é colocado em segunda linha, parecem por vezes questões menores ou excentricidades, de quem é *tremendista* na forma como aborda os problemas mas, verdadeiramente a discussão hoje é, de facto, sobre a sobrevivência da nossa permanência no planeta Terra. -----

----- E ainda que possa parecer pouco humilde da perspectiva da cidade de Lisboa dizer que procura, também, ajudar à redução do impacto das alterações climáticas e do impacto temos sofrido. -----

----- Eu acho que é, uma forma incontornável de abordámos este tema de futuro e devemos de ter a coragem de dizer que, aquilo que hoje discutimos, não é apenas a capacidade de chegar mais depressa e mais barato a casa, no quadro da mobilidade de uma Área Metropolitana é, também, a salvaguarda e o futuro do planeta. -----

----- E, por isso é, também e começava, também, por esta nota, de saudar adesão do MPT aos temas e, precisamente, aos tópicos que foram colocados na agenda e que tem vindo a ser colocados na agenda ao longo dos últimos anos. E que, esta mesma Assembleia Municipal teve oportunidade de encarar como prioritário, quando promoveu debates temáticos sobre esta discussão que ajudaram muito, a fixação deste tema. E acho que é importante que a Assembleia, também, reivindique os seus pergaminhos e a forma como influenciou e deve continuar a influenciar o debate. -----

----- E por isso, como eu dizia há bocadinho, o ponto de partir às vezes pode parecer remoto, às vezes pode parecer até *tremendista*, o já recentemente partido e saudoso *Steve Hokin* dizia que já enquanto espécie, os seres humanos já começam a pensar como é que vão sobreviver e para sobreviver se calhar, temos que estar em mais do que um planeta, porque este vamos dar cabo dele muito rapidamente. -----

----- Eu acho que, muito mais do que pensar em investir, em colonizar outros planetas, se calhar, devíamos gastar os mesmos recursos a tentar preservar este que temos e, salvaguardar aquelas que são soluções políticas muito mais simples e ao nosso alcance. -----

----- E ainda hoje, o Secretário-geral das Nações Unidas voltava a sublinhar o combate às alterações climáticas como, absolutamente, fundamental para uma estratégia sustentável para o planeta. -----

----- E neste contexto, o contributo do transporte individual movido combustíveis fósseis é, absolutamente, devastador no impacto que tem nas emissões de CO2.-----

----- E, portanto, a redução e cumprimento das metas que colocámos no Acordo de Paris, portanto, as metas que o país colocou em Paris, como prioritárias tem que ter, de facto, estratégias de implementação. -----

----- E eu penso que é isso que, hoje nos deve abrir a porta a esta discussão. E uma discussão mais uma vez que, deve estar assente em factos científicos e àquilo que ciência nos oferece que é informação, conhecimento e não alternativas, marteladas e falsificadas como aquelas a que, infelizmente, entre nós há bem pouco tempo, tivemos oportunidade de assistir, numa conferência que tenta desacreditar as alterações climáticas e a ciência a ela associada. E portanto, também aqui a partir de Lisboa e na Assembleia Municipal, devemos denunciar com toda a clareza. -----

----- Mas dito isto, enfim, estou a fazer um introito, excessivamente, longo para aquilo que gostaria de falar e que foca em dois aspetos. Aquilo que temos feito e aquilo que temos que continuar a fazer. Porque aquilo que temos feito em Lisboa assenta precisamente nestas prioridades e aquilo que está expresso no programa do Governo para a cidade, há muito tempo tem identificado como prioritário, o investimento e uma opção diferente, em sede de transporte e em sede de mobilidade sustentável. E que tem como eu dizia, não apenas impacto ambiental mas, também, impacto ao nível de políticas públicas de mobilidade e transportes. -----

----- E começava precisamente, por uma opção estratégica que a cidade e o país tomou, no que diz respeito aos seus transportes públicos e que foi opção relativa à Carris. E a opção relativa à Carris não deve ser desvalorizada, deve ser, de facto, enfatizada em cada momento que temos, porque, demonstra que é possível ter uma gestão pública do sistema de transportes públicos. Uma gestão que oferece vantagens aos cidadãos e uma gestão que é sustentável da perspectiva da operação e da perspectiva daquilo que são o funcionamento das opções destas opções de gestão operacional.-----

----- Porque vejamos, a opção do Governo anterior era concessionar ou privatizar as operações da Carris e, obviamente, isso teria impactos devastadores na qualidade do serviço, teria impactos devastadores no acesso dos cidadãos a respostas sustentáveis e teria, obviamente, também, um impacto muito significativo no desonera de responsabilidade, como se não fosse nada com as entidades públicas, oferecer respostas de mobilidade para o conjunto da Área Metropolitana. -----

----- Ora, elas são uma responsabilidade de todos e, por isso é que a passagem da Carris para a esfera da Câmara Municipal permitiu, ter estratégia e investimento e depois resultados que confirmam esta estratégia e este investimento. -----

----- Olhamos para os passes, hoje temos uma oferta para estudantes, para seniores e para aqueles que são menores de doze anos, incomparável com a realidade anterior. Dirão alguns receosos do custo, bom, mas, isto não é sustentável. Não, antes pelo contrário, isto é sustentável porque, isso significa que temos mais pessoas hoje a

aderir precisamente estas ofertas e apesar de haver descontos, estes descontos trouxeram mais utentes para o sistema que, contribuem com a sua aquisição dos passes para tornar o sistema sustentável. -----

----- Isto permitiu, também, mais investimento e mais investimento na aquisição de autocarros, mais investimento na contratação de motoristas e mais investimento na diversificação, quer da rede de elétricos, quer das redes de bairros que todos nós e, para aqui coloco o chapéu de Presidente de Junta de Freguesia. Todos nós agradecemos por são, de facto, uma resposta local para problemas de mobilidade dentro de cada território, de cada freguesia, já muito delas carecia. -----

----- Há quantos anos não víamos novas carreiras a ser abertas da cidade de Lisboa? E quantas é que já temos a funcionar? Cinco nas carreiras de bairro, e duas renovadas da rede de elétricos e mais ainda a caminho. -----

----- Portanto, não se trata de uma miríade ou uma miragem de opções e uma miríade de políticas, mas não uma miragem de políticas, ela, de facto, oferece resultados concretos e esses resultados concretos, significam mais passageiros, mais um vírgula cinco milhões de passageiros transportados no ano em que a Carris esteve na esfera municipal-----

----- Mas sustentabilidade não é só política transportes neste domínio, também, a oferta que se construiu ao nível da mobilidade ciclável, muitas vezes desvalorizada, muitas vezes ridicularizada, muitas vezes minorizada com uma coisa menor, está hoje a dar os seus frutos. -----

----- Estamos a concluir a rede de ciclovias, temos um maior número de pessoas a utilizar os seus veículos cicláveis individuais, para fazer os seus trajetos para casa e para as escolas e, temos uma utilização muito clara da oferta das “Giras”, de uma resposta de mobilidade que a cidade de Lisboa, colocou em cima da mesa, de forma pioneira. E que no seu primeiro ano de existência, também, já registou seiscentas e sessenta mil viagens, quinze mil e setenta e cinco passos de natureza anual e está hoje munida com setenta e quatro estações e setecentas e seis bicicletas e com uma voragem para crescer e, para corresponder àquilo que é uma procura muito clara da parte de quem nos visita e da parte de quem reside na cidade. -----

----- Mais recentemente, ainda o cartão escolar acoplado a dimensão do transporte com o acesso à escola, de forma a garantir que pelo menos para já no primeiro ciclo, os alunos têm garantido gratuitamente e de forma simples e desburocratizar o acesso ao transporte público. -----

----- E para além disto poderíamos referir outras coisas da estratégia da cidade, para estas matérias, desde das “Zona 30”, à regulação de circulação e o tipo de transportes e tipo de viaturas que devem circular no centro da cidade. -----

----- Mas queria-vos falar do futuro e o tempo já escasseia. E o futuro, de facto, é aquilo que é fundamental nos próximos tempos e que a Assembleia Municipal deve de encarar com toda a determinação, o abraçar desta política pública, para toda Área Metropolitana. -----

----- Temos trezentos e setenta mil veículos, a entrar todos os dias na cidade de Lisboa, isto pura e simplesmente não é sustentável, não é ambientalmente sustentável.

E não é sustentável, para as famílias que tem de pagar um preço incomportável para os seus orçamentos, para terem que chegar aos seus locais de trabalho ou aos seus locais de estudo ou aos seus locais de visita da cidade de Lisboa, para ver os seus familiares. -----

----- E precisamente, e ao contrário desmentindo aqui um pouco, o que foi dito há pouco. O estudo realizado na preparação destas propostas políticas na Área Metropolitana prova precisamente, o inverso do que foi afirmado há pouco pelo Senhor Deputado do MPT, de facto, o custo faz a diferença e, facto, muitos cidadãos não optam pelo passe intermodal, precisamente, porque o custo não é sustentável. Não só não é sustentável ao nível do financiamento e quanto é preciso pagar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, terminou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vou terminar, Senhora Presidente. -----

----- Mas também não é sustentável deixarmos novecentas mil pessoas, fora da coroa que é servida pelos passes intermodais na Áreas Metropolitana e por isso, este pontapé de saída e eu, de facto, gerir mal tempo, haveria mais coisas para dizer, terei oportunidade de responder algumas perguntas, seguramente na intervenção. -----

----- Mas, acima de tudo o pontapé de saída que a Câmara Municipal em conjunto a Assembleia Municipal pode dar a todo o país na discussão de um tema estruturante para a cidade e para o conjunto do território é, de facto, de saudar e um arranque para a época de discussão pública e para discussão política, neste ano civil. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado.-----

----- Eu pergunto quem é que quer colocar questões o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves.-----

----- Não vejo que sinalizadas as questões, portanto, não vai ter agora tempo para responder mas, poderá utilizar o tempo noutro momento.-----

----- Vamos prosseguir, quem tem Declaração Política agora, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada, Margarida Bentes Penedos do CDS.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A indicação que a Mesa tem, é que há duas pessoas para falar pelo CDS-PP, certo?-----

----- Então giram o tempo, até aos oito minutos, tranquilamente. -----

----- A Senhora Deputada carrega no botão. Certo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Bentes Penedos (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Obrigada. Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- As queixas sobre o lixo são constantes e crescentes e, atravessam todos os Grupos Políticos e todas as sensibilidades.-----

----- O que se vê por toda a cidade é a falta de limpeza, falta de lavagem das ruas e pede-se deservagem, desratização, desbaratização à superfície e no subsolo.-----

----- Como explicação para isto, temos ouvir dizer que as pessoas são incivilizadas ou que a culpa é do turismo.-----

----- Ora, o CDS recusa aceitar que a culpa seja dos cidadãos ou pelo menos recusa-se aceitar que a culpa seja sempre dos cidadãos. Não pode ser. Até porque recusa atribuir aos poderes públicos um papel meramente persecutório.-----

----- E a resposta do turismo, também, não convence porque, há zonas de Lisboa que não tem praticamente turismo e que sentem este problema com igual intensidade.-----

----- Por outro lado, vê-se uma indefinição muito conveniente, entre as responsabilidades das Juntas e as da Câmara Municipal de Lisboa que, vão desculpando umas com as outras. Devem ser pedidos esclarecimentos à Câmara Municipal de Lisboa que é, a responsável máxima na cidade de Lisboa.-----

---- Lembramos e reforçamos que a recolha e processamento do lixo é, uma das funções mais básicas e fundamentais do Estado, isto é indiscutível. O problema do lixo está na base de tudo o resto e é uma questão de saúde pública.-----

---- Apesar de haver partes do processo que podem ser asseguradas por privados como, efetivamente, são e nós sabemos, é o caso da “Valorsul” (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste) que, tem capitais públicos e privados.-----

---- A administração do processo, a coordenação e a irresponsabilidade política, só podem ser exercidas pelos poderes públicos e, não podem ser inteiramente confiadas a privados, não há nenhuma alternativa a isto.-----

---- A execução orçamental da Câmara Municipal de Lisboa que nós vimos aqui há algumas sessões atrás, andava pelos cinquenta, sessenta por cento, pelo que se percebeu é que havia verbas, receitas mais do que previstas e, obviamente, incompetência, porque se não se consegue executar é porque há incompetência.-----

----Se as coisas e os protocolos e a divisão de competência entre a Câmara e a Juntas não estão a correr bem, então o Senhor Presidente Fernando Medina e o Senhor Vereador do pelouro, deve tomar medidas e exigir que se compunham estas coisas, porque tem essa obrigação, perante as pessoas que vivem na cidade que ele Governa.--

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. O outro Deputado que vai falar é?”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara não está, Senhores Vereadores, colegas Deputados.-----

----- É mais um início de ano letivo que o CDS vem aqui, novamente, mostrar o seu descontentamento pela situação verificada em muitas das escolas do município. -----

----- “Palavras leva-as o vento”. -----

----- As promessas deste executivo e anteriores repetem-se, ano após ano e o resultado é sempre o mesmo. Lisboa trata mal os seus alunos, profissionais do ensino e até os pais, porque não os ouve. -----

----- Só para citar alguns casos no Parque das Nações, por exemplo, temos uma escola e meia, porque a segunda fase desta escola nunca mais está concluir, após oito anos da sua inauguração. -----

----- Em Alvalade, voltaremos a ter os nossos filhos com aulas em contentores, provisoriamente definitivos.-----

----- Na Escola EB21 de Leão de Arroios que, visitar os mais uma vez na semana passada e à semelhança de anos anteriores, há greves problemas de segurança e climatização. Se esta escola fosse privada, jamais lhes seria passado um alvará. A situação no Leão de Arroios é gravíssima, ao ponto de haver saídas de emergência que abrem as portas para o interior do edifício ou seja se houver alguma catástrofe morre tudo à porta. Como é que isto é possível numa escola aqui mesmo ao lado.-----

----- Esperemos que a desdita nunca bata á porta desta e de outras escolas, pois a tragédia pode estar iminente. -----

----- Nos termos da lei, compete às autarquias zelarem pelas escolas neste nível de ensino. Onde está esse zelo? -----

----- A autarquia sempre tão exigente e impiedosa com qualquer iniciativa privada, através taxas, taxinhas, licenças e mais licenças, fiscalizações e mais fiscalizações, não o é consigo própria. Nem de perto.-----

----- Segue sempre, a já gasta máxima de Frei Tomás, “faz o que ele diz, não faço como ele faz”. -----

----- As escolas para este executivo serão sempre como se tem visto, uma prioridade adiada. -----

----- Ainda veio de lá o Vereador, cheio de soberba e que, também, tinha uma paixão pela educação, mas depressa se vergou e outras paixões mais terrenas. Esqueceu-se da coisa pública em detrimento da coisa privada. -----

----- Provavelmente não teria tempo para tal, como é apanágio dos falsos moralistas e demagogos. -----

----- Na Grécia antiga, chamar-se-ia a um carater semelhante a este de filodoxos. Os filodoxos na Lisboa, atual chama-se o “chico esperto” ou, o “intelectual de café” também serve. Sem esquecer a mesma regra de São Tomás, nunca esquecer a regra de São Tomás, esta regra é ouro. -----



----- E Fernando Medina assiste do alto do seu palco, impávido e sereno ao seu executivo dar chutos e pontapés nas nossas crianças que quer apenas aprender, com qualidade e segurança. -----

----- Existem operações de cosméticas plurianuais, do pintar o muro, mudar o pavimento, enquanto as nossas crianças, profissionais e famílias correm perigo a executar o direito constitucional à educação. -----

----- Uma Câmara tão criativa noutras áreas, tão fastosa inaugurações, tão generosa e fraca para fortes e tão implacável e forte com os fracos. É o que temos. -----

----- Tão depressa, enfia o barrete aos eleitores, como lhe oferece cartolas no fim do ano. Uma Câmara de se lhe tirar o chapéu. -----

----- Tenho a certeza que os pais de alunos de algumas escolas que visitámos e foi esta semana e a semana passada, só não os retiram de lá, por não terem condições para o fazer. -----

----- Assim e mais uma vez, são filhos de quem tem dinheiro que, são beneficiados, criando-se divisões sociais baseadas no rendimento, desigualdades em crescendo. -----

----- A lista de escolas a serem intervencionar é grande, mas olhando para o calendário de execução, verificamos que as execuções não passam no intervalo entre os dez e os trinta por cento. O atraso destas obras e intervenções é muito grande, pelo que se conclui que a Câmara não tem capacidade de ação e resolução dos problemas em concretos, esse é um facto. -----

----- Por outro lado, mais uma vez, não se aproveitou o período das férias para fazer intervenções, fica sempre para as calendas, o que irá certamente prejudicar o normal funcionamento de estabelecimentos. -----

----- O levantamento exaustivo, do estado das escolas foi uma intervenção aprovada em reunião de Câmara, por esta geringonça camarária. -----

----- Mas o novo Vereador do Bloco, já afirma tem um prazo de cinco meses para entregar esse relatório ou seja, já só será para o próximo ano, vamos ter uma ideia concreta das necessidades das escolas, mais uns anos a tratar mal Lisboa. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados e Câmara pergunto se alguém quer colocar questões ao Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes ou à Senhora Deputada Margarida Bentes Penedo do CDS-PP? -----

----- O Bloco de Esquerda está a pedir a palavra. O Deputado Tiago Ivo Cruz tem o microfone para colocar a sua questão e o Senhor Deputado do MPT, também, tem microfone depois a seguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez o seguinte pergunta: -----

----- “Eu pedia esclarecimento. Talvez fosse bom, esclarecer aqui a Câmara saber, exatamente, qual é a posição, porque na primeira intervenção, vemos a Senhora Deputada do CDS a criticar privatização do serviço de lixo. -----

----- Na segunda intervenção, vemos o Senhor Deputado do CDS, a criticar a não privatização do serviço público de Educação em Lisboa, realmente, eu pedia que me explicassem o que é que se passa no CDS.-----

----- Até, porque o CDS descobriu este Verão que, havia problemas na Escola Leão de Arroios, problemas já foram detetados há anos que, o Bloco de Esquerda já visitou que, a atual Vereação da Educação da Câmara Municipal de Lisboa está atuar definitivamente para resolver e, vêm este verão fazer visitas como se tivesse descoberto o problema. -----

----- Realmente, eu gostava que dessem mais esclarecimentos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado. -----

----- Microfone, ao Senhor Deputado do MPT, Mário Freitas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, fez o seguinte pergunta:-----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo na sua intervenção, creio que surgiu algumas indefinições entre as competências da Junta e das competências da Câmara Municipal, gostaria que explicasse um bocadinho melhor isso, está bem?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, pergunto à Câmara se quer usar da palavra, a Câmara não enuncia essa intenção, portanto o CDS tem quatro minutos para responder. Quem é que quer responder, Senhora Deputada Margarida? Microfone.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Bentes Penedos (CDS-PP)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, ali para o Senhores Deputados, não ouvi o nome mas, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, é muito simples.-----

----- Nós não estivemos a criticar, a privatização dos serviços de lixo de maneira nenhuma. -----

----- Estamos a reconhecer que existem partes no processo, que são confiadas a privados como a “Valorsul” e bem. A supervisão do processo, de organização do processo responsabilidade política é que, tem que ser assegurada pelos poderes públicos, isto não tem nenhuma indefinição, é uma coisa muito clara para nós. -----

----- Quanto à pergunta do Senhor Deputado do MPT. “Quais são as indefinições que se notam entre as competências das Juntas e da Câmara?” É muito simples, é porque nós vimos um funcionário limpar uma rua, até aquele risco, onde está um determinado passeio, onde está um bocadinho de relva mas, depois de passar a relva já é competência da Câmara, mas se afinal, se for um eixo não sei quê, já é competência de não sei quem. O quê é certo é que, eles andam a passar de uma linha para a outra e, não há ninguém que se responsabilize pelo processo geral. -----

----- Nós pensamos que isto assim não funciona e que é um método que está votado, a funcionar sempre mal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar à Declaração Política. -----

----- Peço desculpa, mas não pedir a palavra, quando eu perguntei, antes de dar resposta a Senhora Deputada. -----

----- Peço desculpa, quando eu chamei e quando. Oh! Senhores Deputados, eu peço a vossa atenção, a quem está dirigir os trabalhos na bancada. Quando eu pergunto, “alguém quer fazer interpelações dos partidos ou da Câmara?”, nessa altura sinalizam, porque senão, isto perde a lógica toda da pergunta, resposta que nós temos que manter e que está no regimento. -----

----- Palavra agora ao Partido Comunista Português.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP-IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Ora, boa tarde Senhora Presidente, Mesa, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social. -----

----- Infelizmente, nem tudo melhorou, nem tudo progride e que é uma pena e há coisas que regride e gravemente. -----

----- Lisboa no passado teve dos melhores sistemas de gestão de limpeza, resíduos, varrição, lavagem de ruas, recolha de lixo, etc... -----

----- Foi pioneira na recolha de lixo hermética, ainda nos anos setenta, aquando da coligação com o PCP. Teve uma gestão na altura louvável e com efeitos visíveis de tudo o que foi área da higiene urbana na cidade de Lisboa. -----

----- Infelizmente, hoje temos uma situação deplorável, porque, aconteceu aquilo que esperávamos que pudesse acontecer e que alertamos em tempo útil, nomeadamente há quatro anos, quando estas competências, quando foi, digamos, partilhado este serviço entre a Câmara e as Freguesias de uma forma pouco recomendável e que, teve as consequências que está a ter hoje e que nos obriga, de facto, a ter uma análise séria.-----

----- Não vale a pena a Câmara, continuar a ignorar o que se passa e, deixar que as Freguesias, se cheguem à frente, na resposta aos munícipes, na resposta à comunicação social, no encontrar de soluções porque, de facto, este é um problema sério que tem, de facto, explicações. -----

----- Não é alheia uma maior produção de lixo, saímos de uma crise económica é, natural que haja mais produção de lixo mas, esses valores provavelmente até não são muito superiores aos valores de 2010 e 2011, são ciclos, portanto, nós estamos num novo ciclo e, portanto, os serviços tem, naturalmente, encontrar respostas para estas situações e, esse há mais lixo tem que haver, de facto, um esforço conjugado, tem que se encontrar soluções. -----

----- A solução existia, existiu durante muitos anos, era uma Direção Municipal que, de facto, tinha um trabalho exemplar reconhecido, por toda a gente e que, deixou de existir. -----

----- Eu vou ler a Recomendação, que o PCP traz aqui sobre esta matéria, porque, não queremos de maneira nenhuma, fazer disto uma guerra política, queremos sim, trazer este assunto à ribalta. No sentido de serem encontradas soluções e, de se encarar de uma vez, que é preciso dar resposta que, é preciso assumir politicamente. -----

----- E, portanto, que este assunto não pode continuar em silêncio, não se pode continuar assobiar para o lado, com a cidade cheia de lixo, cheia de monos com problemas complicados, com Juntas de Freguesia assoberbadas, que se dividem entre a crítica à Câmara e o tentar tapar o sol com a peneira. -----

----- E eu reconheço o mérito e o empenho que, eles todos os dias fazem para resolver este problema mas, passo à leitura da Recomendação.” -----

----- (Procedeu-se à leitura da **Recomendação n.º 034/02 do PCP** - “Por um serviço de Higiene e Limpeza Urbana de qualidade na Cidade de Lisboa”) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Tenho aqui sinalizado dois Senhores Deputados de dois partidos, que querem fazer perguntas. Pergunto se mais alguém quer fazer, tenho sinalizado a Senhora Deputada, Inês Sousa Real do PAN, o Senhor Deputado Manuel Lage do Partido Socialista. -----

----- Mais alguém quer colocar questões ao Senhor Deputado Fernando Correia? Não registo mais ninguém. Senhora Deputada, Inês Sousa Real, microfone à Senhora Deputada do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Face à exposição de motivos que o PCP apresentou aqui, na sua Recomendação o PAN vê que, de facto, nas conclusões contudo só são referidas as questões da precarização dos empregos e a necessidade de contratar mais pessoas. -----

----- Obviamente, que somos sensíveis a esta preocupação mas, de facto, é o problema do serviço de higiene urbana e da limpeza da cidade é demasiado estruturante, para se cingir às recomendações que, aqui vemos concluídas e desde logo porque, obviamente, e independentemente das questões político-partidárias da gestão da cidade é, inegável que Lisboa está hoje mais suja do que estava há uns anos atrás. -----

----- E que se verifica, também, que existem outros locais, novas centralidades que estão a ser bastante pressionadas, sobretudo pelo turismo. Onde existe uma maior acumulação de lixo o que, também, não se via há uns anos atrás uma incapacidade para lidar com estes fenómenos. -----

----- Desde logo porque, havendo mais pessoas na cidade, mais turismo, maior consumo, tudo isto vem ajudar o aumento do problema da limpeza e higiene urbana mas, também, uma questão que aqui não foi referida que, tem a ver com o excessivo

embalamento e o recurso o plástico que tem que ser, também, desincentivado inclusive ao nível municipal. Seja pelo excesso de produção de plástico, seja de cartão que não foi aqui mencionada. -----

----- A verdade é que, de facto, mesmo havendo um esforço na manutenção da limpeza, a cidade está mais suja e, sobretudo aos fins de semana verificamos até com algum embaraço que o lixo se vai acumulando em alguns locais. -----

----- Pelo que o PAN considera que é indispensável que, haja hoje uma recolha concertada, entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, dos diferentes tipos de resíduos seja nos ecopontos, nas ilhas, ou nos postos de limpeza onde estão colocados contentores, evitando aqui algumas situações de insalubridade, o que parece não estar acontecer. -----

----- Parece-nos, também, de relevo e nesse sentido as conclusões ficaram um bocadinho aquém e a Recomendação também, o reforço da fiscalização aos locais da cidade que estão mais afetados pela acumulação este lixo e que, também, seria uma medida essencial. -----

----- Sabemos, obviamente, que é muito difícil identificar quem são os infratores mas, através de medidas positivas poderia, de facto, tentar-se reverter esta tendência de continuarmos a ter uma Lisboa mais suja, daquilo que todos nós desejaríamos. -----

----- Não posso, de facto, exatamente de referir, obviamente, a questão da problemática dos dejetos caninos que, também, já apresentámos aqui nesta a Assembleia Municipal algumas recomendações para a criação de mais campanhas que desincentiva ou pelo contrario que, incentivem o cumprimento da legislação pelos responsáveis pelos animais e a sua respetiva fiscalização. -----

----- E, por outro lado, obviamente, a questão dos trabalhadores, obviamente, que é necessária sua contratação, mas seria essencial sobretudo identificar quais são as reais necessidades ou seja, o PCP aponta que exista esta dificuldade, que acompanhamos com volto a referir, mas é sobretudo essencial fazer primeiro uma identificação da problemática para perceber quais os vínculos, efetivamente, precários que persistem e a necessidade de reforçar as diferentes equipas. -----

----- E, por outro lado, volto a referir que é essencial a questão da sensibilização. Não vamos combater o problema da higiene urbana e a falta de limpeza da cidade, se não incentivar, se não formos mais arrojados e tomara aqui exemplos de algumas Juntas de Freguesia que, hoje em dia até de forma positiva, tem uma adoção de estratégias de redução zero de resíduos através do *Pay-As-You-Throw* ou seja, criar aqui incentivos positivos para que os próprios municípios entregam os diferentes resíduos urbanos. ----

----- E, portanto, em relação a estes aspetos gostaríamos de saber se o PCP estaria, de facto, alinhado com a questão destas medidas e obter estes esclarecimentos e, dizer que no demais, obviamente que estamos alinhados com aquilo que o PCP veio recomendar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Temos ainda a interpelação do Senhor Deputado Manuel Lage, microfone aqui ao meio da sala ao Senhor Deputado Manuel Lage. -----

----- E depois a seguir a Câmara Municipal, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, também para interpelar. -----

----- O Senhor Deputado Fernando Correia responde o fim.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado Fernando Correia é este o momento para nós interpelarmos o PCP em matéria de higiene urbana, trazida esta sessão da Assembleia e, de facto, apesar de não ser a primeira intervenção que houve acerca deste assunto, agora aparece um pouco mais esclarecida, tendo em conta que, não há uma confusão de conceitos básicos, parece-nos. -----

----- Mas, também, se calhar, porque fruto da inexperiência de algumas outras forças políticas na gestão autárquica, nomeadamente, a confusão existente entre a manutenção dos espaços verdes e a limpeza urbana ou talvez uma mera desatenção na leitura do documento da descentralização e dos protocolos, de delegação de competências entre o Município e a Junta de Freguesia. Mas, isso são intervenções passadas a que nós não nos reportamos, vamos aquilo que interessa e com quem interesse. -----

----- Vossa Excelência, apresentam e bem, aqui um documento e, de facto, a cidade de Lisboa não está mais limpa. Na intervenção de Vossa Excelência começou por dizer que nem tudo melhorou e depois leva-nos aos anos setenta. Bem, já estamos em 2018, ó tempo, já passou muito tempo de lá para cá. -----

----- Não há muito que tenha mudado. Eu acho que talvez não seja essa a opinião dos lisboetas, nós estamos no Verão e, de facto, há uma maior produção de lixo. Infelizmente, ninguém pode negar e nós também não podemos, o Partido Socialista não nega. -----

----- Agora, há um período de férias. No período de Verão, os trabalhadores, também, têm direito às férias e não há de ser o PCP, a negar o direito às férias dos trabalhadores e, portanto, nós reconhecemos isso, temos que investir, também, aí. -----

----- Temos que investir mais, há menos trabalhadores e este fenómeno, não é um fenómeno só de Lisboa, é um fenómeno de Lisboa, é um fenómeno do Porto, é um fenómeno, certamente de outras cidades e eu não queria e de outros municípios. Bem talvez Setúbal, também, tem este problema, eu não quero enunciar, para não me chamarem setário, não vou só referir as minhas, não vou só referir as vossas, digamos, que é um fenómeno nacional, de alguns não é, mas isso é um problema, enfim, de cada um. -----

----- Agora uma coisa é certa, Senhores Deputados, esta situação já foram tomadas medidas em Lisboa, nós tivemos, o “Primeiro Plano Municipal de Resíduos”, nós temos uma rede municipal de contentores, as “Eco-Ilhas”, nós temos a uma proposta e temos um alojamento da taxa turística para esta matéria. -----

----- E portanto, Senhor Deputado neste momento, a questão que se coloca aqui e, esta é que é a verdadeira questão, é que o PCP e nada de novo neste aspeto e, portanto, desde os anos setenta, aliás, e nisso sejamos, “há que tirar o chapéu”, a coerência mantém-se nada de novo. -----

----- O que é que temos? Temos uma moção sobre a higiene urbana que, na verdade nos fala da reforma e da reorganização administrativa da cidade e, portanto, única e simplesmente visa destruí-la, a Contra-Reforma da cidade e que nada tem a ver com higiene urbana, aliás, a laia de, vamos também dar mais uma pancadinha na reforma administrativa da cidade. -----

----- Então o que fazer? Recuamos, voltamos atrás? Sim, propõem o PCP. Vamos voltar atrás, retorna tudo à Câmara de Lisboa. -----

----- Bem! E o que diz o Partido Socialista? O Partido Socialista diz não. Com certeza que não. -----

----- Dizer às Juntas de Freguesia desfaçam tudo o que fizeram, aos trabalhadores que agora cessa funções nas freguesias, na política de proximidade que tantas vezes, o PCP aqui defende. Com certeza que não. Nós queremos que isso continuo. -----

----- Porque, nem tudo melhorou o Senhor Deputado, mas melhorar algumas coisas, o Senhor começou por reconhecer e bem, porque, quando nós também reconhecemos que, não está bem a limpeza na cidade de Lisboa, nem tudo melhorou, mas que significa que algumas coisas melhoraram e nós reconhecemos como vossa Excelência reconhece e, muito bem. -----

----- Senhor Deputado, nós temos que continuar, temos que melhorar e esse melhorar implica necessariamente, mais meios, alocar mais meios, alocar mais trabalhadores, alocar mais investimento, fazer mais investimento e com isso melhorar aquilo que é o serviço público que nós queremos para a cidade. É melhorar a limpeza da cidade de Lisboa e é isso que vamos continuar a fazer. -----

----- Isso implica aprofundar a reforma administrativa da cidade de Lisboa e a continuar e avançar com ela e não recuar. -----

----- Oh! Senhor Deputado não vale a pena olhar para trás, o passado ficou lá atrás, é preciso recordar, mas é preciso avançar porque para a frente é o caminho e é lá que nós estamos. Nós vamos para a frente e o futuro é já amanhã. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vereador também pediu a palavra para interpelar. -----

----- Faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito bem, Senhora Presidente. -----

----- Eu sobre esta matéria de Higiene Urbana gostava de recordar que o Município de Lisboa que, durante anos teve dificuldades que todos conhecem, de fazer investimentos até naquilo que são os seus serviços básicos e, nomeadamente aquilo

que são os meios necessários para a Higiene Urbana, é só recordarmos qual era a idade média dos veículos que, chegava a estar acima dos catorze anos e até alguns cerca de vinte. -----

----- E, portanto, eu recordando isso, gostava de dizer que o Município de Lisboa, fez o investimento nos últimos anos, com paralelo muito difícil encontrar nas últimas décadas, em meios mecânicos, em equipamentos de proteção individual para os seus trabalhadores admitiu trezentos e cinquenta novos cantoneiros, para além daqueles que foram admitidos pelas Juntas de Freguesia para fazer a limpeza, nomeadamente, aquilo que são as competências que as Juntas de Freguesias têm.-----

----- E como é evidente, não estamos satisfeitos com a situação e, por isso preparamos um novo pacote, que vai responder a esta situação excepcional, um pacote de medidas que passa por abrir nova contratação para empreiteiros, desculpem para cantoneiros, adquirir novos equipamentos e mais meios mecânicos para a fazer face àquilo que é pressão, sobre higiene urbana da cidade. Fazer algumas campanhas de sensibilização e nova regulamentação ajustada ao momento em que vivemos. -----

----- Também, todos sabemos que, é evidente e eu gostava de deixar a pergunta no ar. O quê é que não seriam, estes problemas, sem a reforma administrativa da cidade levada a cabo, com a participação das Juntas, com a abordagem que as Juntas têm de maior proximidade. -----

----- Eu atrevia-me a dizer sem grandes dúvidas que, estaríamos numa situação muito mais difícil do que é que temos hoje porque, o papel das Juntas e esta reforma administrativa é essencial para responder aos desafios da cidade. E, portanto, parece-me evidente que quem quiser fazer uma análise séria sobre esta matéria, tem que chegar, evidentemente, a esta conclusão, todos somos poucos para situações excecionais. -----

----- Mas, também, temos que reconhecer uma coisa, nós vivemos hoje uma situação excepcional, porque a cidade está num momento de grande crescimento, de grande crescimento do seu turismo e, por isso, tem um conjunto de textualidades negativas. Infelizes, os momentos em que não tínhamos pressão sobre a cidade, em que não tínhamos este tipo de problemas e este tipo de desafios e, vivíamos com bastantes dificuldades sobre a nossa economia, traduzindo-se isso na qualidade de vida de todos aqueles que trabalham e de todos aqueles que vivem na cidade de Lisboa. E, portanto, parece-me evidente que, ainda bem que, temos esta pressão, temos que saber responder mas, também, sabemos que esta é uma situação excepcional e que todos somos poucos para responder a esses mesmos problemas. -----

----- Senhora Presidente, eu atrevia-me a pedir à Mesa a condescendência de dar alguma informação sobre as questões anteriores sobre educação, obviamente, é uma decisão que a Senhora Presidente podem tomar mas, a informação era pertinente e importante para se perceber o que é que está a ser feito, sobre aquilo que foi falado aqui há pouco que, as escolas da cidade e a sua intervenção e o seu investimento. -----

----- Não sei se me é facultada essa possibilidade. Serei muito rápido.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



----- “Senhor Vereador pode usar da palavra no seu tempo, como entender, tem ainda vinte e três minutos, utiliza como entender.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continuou a sua interpelação: -----

----- “Muito bem, muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Só para referir em relação àquilo que foi dito sobre as escolas. Eu gostava que me dissessem, qual foi o ano da história do Município de Lisboa, em que havia em simultâneo, quinze obras em escolas? Que é o que acontece neste momento.-----

----- O investimento que estamos a fazer em escolas é um investimento continuado o que não tem, também, paralelo em muitas décadas de investimento em escolas. Estão quinze escolas em obras e sete em preparação. E eu gostava que me dissessem, porque, de facto, a minha ignorância é grande. Qual foi o ano em que, até dos anos do Partido Socialista em que isto aconteceu porque, certamente, nos anos da direita, não temos nenhuma dificuldade em medir essa execução, quinze obras em execução. -----

----- Eu sei que a direita tem, também, aqui uma dificuldade em poder afirmar, o quê que fez quando esteve no Governo na área da educação, porque foi destruir, destruir, destruir.-----

----- Chegam agora aqui, de facto, com grandes problemas de consciência mas, a tentarem dizer que nós não estamos ao ritmo que os senhores gostariam, isso é extraordinário. Nunca tiveram um ritmo como o nosso e, muito menos nos podem dar lições, a partir de quando estiveram no Governo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro está a pedir à palavra para uma interpelação à Mesa.-----

----- Peço desculpa, tenho que dar a palavra a interpelação à Mesa mas, o seu colega tem, também, a palavra para responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Vai ter, Senhora Presidente, mas eu estou estupefacto.-----

----- Isto não é um regresso ao passado e volta ao presente, etc... quando há às intervenções, é nessa altura que a Câmara deve intervir e os outros Deputados, sobre essa matéria. Estar atropelar matérias que estão agora em discussão, com matérias que já passaram, só prejudica o funcionamento da Assembleia.-----

----- Isto é inaudito, é a primeira vez que acontece Senhora Presidente, digo-lhe com toda a franqueza, portanto, ou usam no momento em que podem intervir ou então não usam mais. É isso que nós propomos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu alertei, foi alertando que a Câmara de Lisboa devia de usar a palavra, quando quisesse usar a palavra, tem os trinta minutos para gerir.-----

----- O Senhor Vereador perguntou se podia falar, eu disse que ele podia falar com entendesse, nós não costumamos aqui pôr controlo do que é que as pessoas dizem. ----

---- E, portanto, o Senhor Deputado fez a sua apreciação, tomei a devida nota mas, confesso que se não me sinto confortável no papel de estar dizer, não pode dizer isso, não pode ser aquilo. Uma coisa é alertar a linguagem, outra coisa deixar as pessoas falarem livremente e vamos prosseguir. -----

----- Senhor Deputado, ainda quer novamente interpelar a Mesa e está no seu direito.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez, a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Quero, porque se a Senhora Presidente estivesse atenta ao pedido do seu Vereador, repararia que ele interveio sobre a matéria que estava em discussão e depois pediu para falar sobre matéria já passada, que era a questão da Educação. -----

----- Se tivesse atenta realmente, não tinha dado a palavra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado está a fazer uma ilação, que é um bocadinho abusiva, peço desculpa. -----

----- Peço desculpa, porque o tempo que os senhores que têm para usar da palavra, usam da palavra como entendem, nem a Câmara, nem os Deputados podem ser censurados pela Mesa, a não falarem neste assunto ou falarem de outros, falam como entenderem. É só isso.-----

----- O problema todo é, as pessoas depois poderem responder. Mas seja como for o Senhor Deputado tem direito a chamar-me atenção e eu acuso a sua chamada atenção.-

----- O Senhor Deputado Fernando Correia tem a palavra agora para responder às questões.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem, eu quando falo do passado, esta cidade já teve quase um milhão de habitantes, portanto, nós estamos a falar propriamente de agora há turistas e agora muita gente, aliás, basta ver os rácios de produção de lixo que, estão disponíveis no “INE” e na “Valorsul”. Os valores, por quilos por ano e por habitante e a quantidade, enfim, essa informação está disponível, para ver que este é apenas um ciclo de retoma, por exemplo, em relação a 2011, a valores de 2011. -----

----- Agora é inequívoco que já houve um serviço, houve uma direção municipal fantástica que, foi destruída com esta separação das Juntas, criaram-se uma série de capelinhas cheias de boa vontade, mas que não chega, isso é evidente. -----

----- É evidente que entraram trezentos e cinquenta e, quantos é que saíram nos últimos anos? Quantos é que se reformaram? Quantos é que se foram embora? Ainda, por cima com uma profissão que está cada vez mais desconsiderada que,

eventualmente deveria ser mais bem paga e que tinha formação profissional e hoje não têm. -----

----- Hoje é empresas, biscateiros que fazem com gente contratar, enfim, de qualquer maneira que, não tem uma intervenção conjugada com havia dantes, em que havia toda uma direção de serviço nesta Câmara que, se diluiu com esta solução que foi encontrada, nomeadamente a questão do lixo. Eu não estou a falar da varrição urbana, estou a falar, sobretudo da questão do lixo. -----

----- É evidente que, no Verão pode ser pior, porque há férias isso está acontecer um pouco de noutros sítios, mas o problema já vem antes do Verão, não foi no Verão que o problema se colocou, o problema já vinha de trás. Já vinha de trás e não era o Verão.

----- Agora é evidente que houve muita gente que se reformou, não foram contratadas novas pessoas, não foram ainda os suficientes, não foram os suficientes, houve muita gente que saiu,..." -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu seguinte: -----

----- "Oh! Senhor Vereador, eu disse para não haver interpelação." -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra continuou: -----

----- "Até deixou de se fazer sensibilização ambiental, se calhar, temos que voltar a fazer sensibilização ambiental, respondendo agora à questão da Deputada do PAN nos colocou, se calhar, vamos ter a Polícia Municipal a fiscalizar melhor, em vez de andar atrás dos carros e dos estacionamento. Porque, às vezes não é difícil identificar quem é que coloca quantidade enormes de papelão, uma parte do comércio não tem condições, tem que se encontrar soluções de recolha. -----

----- Porque nós visitamos grandes cidades desta Europa, com tanta pressão turística como Lisboa ou mais e não acontece isto, portanto, nós temos que encontrar uma solução. Temos um problema e temos que encontrar uma solução e temos que voltar a outra dimensão, de facto, a Direção Municipal de Resíduos e Ambiente, que tinha e teve sempre um papel determinante e tudo isto. -----

----- É uma questão também de investimento, e houve muitos anos que não houve investimento, é claro que a culpa não será só vossa, é de quem teve lá antes de vocês, mas houve muitos anos que não o investimento, de facto, por isso é que as viaturas estão no estado em que estão. -----

----- E, portanto, são estas as questões que são necessárias serem colocadas. Não é não respondendo a ninguém sobre o lixo que se encontra, que se explica às pessoas o que é que está a acontecer. -----

----- Eu acho que deve haver um papel mais interveniente da Câmara, nesta matéria face ao problema está criado, que seja visível e que seja público. Não podemos continuar a tapar o sol com a peneira, meter a cabeça na areia e dizer que não falamos com jornalistas, não falamos com isto, não comentamos aquilo e as notícias vão saindo da maneira que tem saído, o que eu acho que, de facto, não faz sentido. -----

----- Tenho dito." -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Graça.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados. -----

----- Os Deputados Municipais Independente “Cidadãos por Lisboa” gostariam de centrar o foco na sua Declaração Política, sobre o Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. -----

----- Para dizer antes de mais que esta Lei n.º 52/2018, portanto, além de estabelecer este quadro de transferência, concretizou-se dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, com a qual concordamos e a saber nos domínios tão diversos como a educação, ação social, a saúde, a proteção civil, cultura, património, habitação entre muitos outros. -----

----- Obviamente, que esta transferência e esta descentralização administrativa têm que estar ligada, também, uma garantia de transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros humanos e patrimoniais adequados. Julgamos nós que esta é precisamente um ponto central deste processo. -----

----- Concordamos, em princípio com descentralização e com a iniciativa do Governo, assim como as áreas indicadas, porém, como vem referido no diploma no seu Artigo n.º 40, a Lei só produzirá efeitos após aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, onde se espera que venham a ser definidos precisamente os recursos financeiros humanos e patrimoniais que aqui falámos. E que necessitamos, também, de conhecer melhor para avaliar como será feita efetivamente esta transferência. -----

----- Alias, se como o disse, anteriormente, concordamos com o princípio da transferência de competências, precisamos de conhecer os termos em que estes são feitos, pois é preciso garantir, não só os meios mas, também, a sustentabilidade da implementação destas competências. Isto é, não basta acautelar os meios atualmente aplicados os serviços centralizados, por exemplo, não fará sentido, efetuar uma transferência do bem patrimonial sem cautelar, por exemplo, a realização do mesmo. --

----- Gostaríamos ainda de referir, concordamos, igualmente com o modelo de transferência de competências, posterior para os órgãos das freguesias, aliás, que uma reforma administrativa de Lisboa já o fez em muitas das áreas elencadas no diploma. --

----- Por fim, também, dizer, que concordamos com a transferência de competências e com o princípio da subsidiariedade, concordarmos com está transferência princípio da subsidiariedade implica, também, da nossa parte reafirmar que a definição das políticas nacionais deve sempre ficar nas mãos do Governo e não das autarquias. -----

----- Aliás, como veio referido na própria Lei n.º 52/2018 que, apenas propõe a descentralização e a execução destas medidas previstas nas respetivas políticas nacionais, mas não a definição das políticas em si. -----

----- Relativamente, à matéria quente sobre este tema que é, a forma como a calendarização, com é feita esta concretização gradual desta transferência de

competências, deixaremos, obviamente, para o respetivo ponto da ordem de trabalhos, em que existe uma Recomendação do PCP e uma Moção do Bloco de Esquerda, o comentário a estas questões. -----

----- Mas, há algo que pretendemos adiantar, desde já, até porque, esta é uma questão não apenas técnica mas, claramente política. Independentemente do calendário que venha a ser anunciado pelo Governo, a discussão deste assunto precisa por parte desta Assembleia de um período de discussão digno e adequados e, deborcarmo-nos sobre os diplomas de âmbito sectorial, ainda a serem publicados pelo Governo, relativamente a Lisboa, necessitará no mínimo de um período, a nosso ver, de discussão pública de noventa dias, face à complexidade do tema. -----

----- Nesse sentido, iremos apresentar uma Moção ao Governo, sobre esta matéria na próxima sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- O teor da nossa Declaração Política foi neste sentido que, acabei de anunciar e aproveitarei, também, o tempo que ainda temos, para comentar uma Moção do Partido Popular Monárquico, dado que não está aqui a representante mas, julgo ser a única forma de o fazermos. -----

----- Esta Moção, que pede uma auditoria aos Equipamentos Culturais e da Administração Central e que o pede especificamente, que seja contatada a Direção Geral do Património Cultural, no sentido numa realização urgente de uma auditoria a realizar por uma entidade especializada, é antes de mais uma expressão da qual desconfiamos, portanto, julgamos que não é clara e que pode indicar que esta auditoria seria para ser feita por uma entidade privada, com o que discordamos-----

----- Considera-se pertinente, naturalmente, esta matéria, no entanto, uma vez que acreditamos e pretendemos que o Estado funcione, considera que se deverá saber o estado da fiscalização de combate a incêndios, os planos de contingência existentes pelos próprios serviços competentes e só posteriormente deverá delinear medidas em articulação com a proteção civil e os serviços da administração Central competentes com, por exemplo, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.-----

----- No nosso ver, recomendar que seja uma entidade privada, discordamos, pelo que, na ausência deste esclarecimento, vamo-nos abster nesta Moção. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto à Mesa se a Câmara ou alguns dos Senhores Deputados, quer interpelar o Senhor Deputado Municipal Miguel Graça? Não registo pedidos de palavra, vamos passar a Declaração Política seguinte, que é a Declaração Política do?” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Do Bloco de Esquerda, Tiago Cruz.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- Senhora Presidente, eu já venho um bocado atrasado mas, para a senhora que tinha dificuldades de mobilidade, não sei se ainda está cá, talvez indicar aqui para a frente, habituarmo-nos a indicar a “Linha SOS Despejos” talvez, possa ajudar estes casos, em que há claramente....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Eu, não estou a conseguir perceber o que está a dizer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, continuou a sua Declaração Política:-----

----- “Peço desculpa, para a senhora que estava a sofrer *bullying* imobiliário, pelo que percebi, a senhora com dificuldades, para de futuro, talvez, indicarmos desde logo enquanto ainda então cá, a “Linha SOS Despejos”, pode ajudar estes casos....”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Foi devidamente acompanhada e foi explicitado o que é que poderia fazer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, continuou a sua Declaração Política:-----

----- “Trazemos hoje um assunto do Miradouro de Santa Catarina, conhecido por Adamastor, onde muita gente fumou gansas e ainda bem. -----

----- Foi encerrado ao público, em julho para obras de intervenção. -----

----- Segundo o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, esta intervenção tem por objetivo reabilitar os espaços verdes, delimitar o espaço aplicando um horário de frequência, atribuir responsabilidade da gestão do espaço ao futuro concessionário, tudo utilizando o termo carga excessiva. -----

----- Sucede que, por de trás estes objetivos e por trás da concessão vêm consequências que viola o caráter do Adamastor, como espaço público e friso, público, que viola o caráter multicultural e diversificado espaço. -----

----- Temos problemas graves de higiene urbana e gestão do miradouro, desde logo por não se modernizar e atualizar o serviço público de higiene que está no local. Sendo conhecimento público que, os recipientes de lixo não são adequados ao tipo de consumo feito fora da esplanada concessionada, bem como, a degradação dos sanitários públicos afetos ao espaço. -----

----- Tudo isto acontece, num contexto onde Lisboa assiste a um processo crescente de gentrificação, processo que afasta e substitui moradores e públicos. Um processo que higieniza e transforma o Adamastor, não no espaço de convívio mas, sim, um produto turístico igual a tantos outros. -----

----- Estes processos de higienização social têm sido criticados por vários quadrantes, desde dos movimentos de moradores académicos, porque transforma as cidades em espaços artificiais. -----

----- Logo ao lado do Adamastor, vemos um hotel de luxo inaugurado em 2007. E devemos perguntar, se o termo carga excessiva surge subitamente e apenas, seis anos após as últimas obras no local, não se deverá a este facto. -----

----- O aumento de afluência de pessoas aos espaços públicos, não pode resultar na limitação arbitrária de acesso a espaços de fruição que, fazem parte do património cultural da cidade. Estes espaços são públicos e a sua gestão é competência da Câmara Municipal.-----

----- Por isso, esta não deve privatizar as suas competências num concessionário, dando-lhe o controlo sobre um espaço que é de todos.-----

----- Se a Câmara Municipal quiser melhorar a higiene e segurança do Adamastor, aqui estaremos para higienização social, não conta com o Bloco.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado ou Câmara Municipal querem interpelar o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda?-----

----- Senhora Deputada Municipal Margarida, microfone a Senhora Deputada Margarida do CDS-PP, se faz favor.-----

----- Pergunto se mais alguém quer fazer interpelações? A Mesa não regista pedidos de interpelação.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Nós acabámos de ouvir de ouvir aqui uma expressão que é higienização social, a qual somos inteiramente estranhos. O Bloco acaba por usar uma linguagem, um vocabulário que é tão retorcido quanto as suas posições políticas e as suas propostas. --

----- Mas, aproveitámos a higienização, para notar que houve aqui mais uma explicação que, nós não estávamos à espera de ouvir, porque o lixo já tinha sido responsabilidade dos cidadãos, depois já tinha sido responsabilidade de turismo e agora o problema, a culpa é do Verão.-----

----- E, por acaso notamos, eu, pessoalmente passo aquilo que são as férias de toda a gente, eu passo aqui em Lisboa, do primeiro ao último dia de Agosto e não se vê ninguém. Há muito menos gente em Lisboa durante o mês de Agosto. Há mais turistas mas, não é o suficiente para haver mais gente em Lisboa, há muitíssimo menos gente em Lisboa, incomparavelmente, de maneira que não se consegue compreender esta resposta fascinante de atribuir o problema, do excesso de lixo durante o Verão, ao Verão.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado quer responder? Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz quer responder? Microfone ao Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, a Senhora Deputada do CDS decidiu responder nesta intervenção, à minha Declaração Política, a sua primeira intervenção política neste debate, pronto, tudo bem.-----

----- Senhora Deputada, uma crítica que fazemos é falta de reforço dos serviços públicos higiene um Adamastor, um sítio onde que é utilizado por muitos lisboetas e ainda bem que assim é e, queremos manter os hábitos culturais e sociais que esse espaço têm.-----

----- Assim entendemos que, as obras estão a ser feitas e o objetivo da nova concessão e o termo e a utilização do termo carga excessiva, sim, afasta lisboetas. E se assim se mantiver, tal como está a ser feito, daqui a um ano veremos as suas consequências. ----

----- Acho que foi bastante claro sobre isso, sobre entorse ideológicas, acho que o CDS tem muito para falar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a Declaração Política do Bloco de Esquerda, com a interpelação que já teve, já foi respondida, vamos passar agora à Declaração Política.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- A Declarações Política do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves do PSD.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, para vossa informação, e para gestão do tempo, depois da Declaração Política do PSD falta apenas a do PAN para terminar este período da nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Senhor Deputado, Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Boa tarde a todos. -----

----- Antes de entrar propriamente na moção ou na intervenção que eu tinha pensado fazer a propósito da Recomendação que apresentamos, faço só um ponto prévio, relativamente, a um comentário que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva fez, extra temporal na Ordem de Trabalhos, digamos, assim, e que, aliás, é recorrente nas suas intervenções nesta casa.-----

----- O Senhor Vereador, gosta muito de falar do que a direita fez ou não fez quando estava no Governo, comparado com a situação agora. -----

----- Pois é, Senhor Vereador, a direita fez o que podia fazer depois do Partido Socialista, ter levado o país à banca rota e essa é uma verdade, essa é uma verdade que os senhores não gostam, de ver aqui recordada. Toda análise do passado e que os



senhores gostam tanto fazer, tem que ter essa condicionante por uma questão de seriedade e de honestidade política.-----

----- Nós fizemos o que pudemos fazer, depois do Partido Socialista, partido pelo qual o Senhor Vereador foi eleito, ter declarado a banca rota do país e ter obrigado o país a ir lá fora de mão estendida, sem dinheiro para pagar salários no Estado, entre outras coisas.-----

----- Terminado este ponto prévio, Senhor Presidente ou Senhora Presidente, Senhores Deputados, fazemos hoje nesta Assembleia a nossa *rentrée* política, mas tal como nós, existem milhares de alunos que este mês, também, vão fazer a sua *rentrée* escolar. -----

----- Em Lisboa, o retomar do período escolar vai ficar marcado por mais medidas discriminatórias do que aquelas que já existiam, refém de uma agenda esquerdista e antiquada a Câmara de Lisboa, gerida por uma meia frente de esquerda insiste na discriminação dos alunos alfacinhas. -----

----- Começou nos manuais escolares e poderá ir agora aos transportes públicos, tudo em nome de uma visão arcaica que assenta no pressuposto que, os carenciados andam na escola pública e os ricos na escola privada. -----

----- Tudo em nome de uma visão pouco democrática e bastante duvidosa em que só se reconhecem ganhos e virtudes no público e só se apontam vícios e defeitos no privado.-----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados todas as escolas públicas e particulares prosseguem no fim público, todas as escolas públicas e particulares prestam um serviço de interesse público, por muito que alguns não vejam e que outros não quisessem esta é a realidade que temos em Portugal. -----

----- E é por isso que não faz sentido e são injustas estas discriminações a fazer distinções, o que seria justo Senhor Presidente e Senhores Deputados seria a introdução do critério da condição de recursos como fator diferenciador. -----

----- A fazer distinção o que seria socialmente justo, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados seria que a Câmara Municipal apoiasse quem tem menos e precisa de ajuda, independentemente de frequentar a escola pública ou a escola particular ou cooperativa. Sim, porque existe e famílias com bastantes recursos, cujos filhos frequentam a escola pública e também existem famílias com menos recursos, mas que com muito esforço, têm os seus filhos no ensino particular e cooperativo.-----

----- O que seria de elementar justiça Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que a Câmara decidisse os seus apoios em função das necessidades reais e não em função de agendas ideológicas ultrapassadas e revanchista.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que estamos aqui a falar é de apoio às famílias, é de apoio aos alunos e todos os alunos são filhos de Lisboa. Não estamos a falar de subsidiar a escola pública ou privada na questão dos manuais escolares. -----

----- Mas, para uma certa esquerda, o que está aqui em causa é a legitimação do seu modelo de sistema educativo que, deve começar e acabar no Estado, apenas no Estado e somente no Estado. -----

----- Para o PSD, organização do sistema educativo deve estar orientado para o sucesso de todos os alunos, independentemente da natureza e do estabelecimento de ensino, valorizando a liberdade de escolha e a diferenciação dos percursos escolares. --

----- Por todo isto e a terminar trazemos hoje, esta Recomendação para que a Câmara Municipal faça a extensão da gratuitidade dos manuais, ao ensino particular e cooperativo.-----

----- Trazemos esta Recomendação ao Parlamento da cidade, para que o executivo camarário corrija a justiça que cometeu para com uma parte dos lisboetas. -----

----- Com este Governo adotar a medida de fornecimentos manuais escolares gratuitos a todos os estudantes, entre o primeiro e o nono ano de escolaridade, libertando a Câmara Municipal esse encargo seria perfeitamente viável do ponto de vista financeiro, a extensão que agora se propõe, resta saber se a Câmara Municipal irá continuar ou não a promover essa desigualdade. “-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos duas interpretações, Senhor Deputado Manuel Portugal Lage do Partido Socialista, também, do Senhor Vereador João Paulo Saraiva e do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz e também do CDS, o Senhor Deputado João Condeixa. -----

----- Portanto, que vamos dar a palavra ao Senhor Deputado, microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (CDS)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputados Rodrigo de Melo Gonçalves, muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Hoje isto, parece um bocadinho quase o canal história mas era só uma questão porque, normalmente, isto são intervenções. -----

----- Recordar-se-á o Senhor Deputado, de onde ou do município, da presidência do município da força política que liderava o município em Portugal, onde esta medida foi primeiramente implementada nestes termos e, onde estava o partido de Vossa Excelência, nesse momento com esta defesa e, com esta medida que agora apresenta? Porque é quê, nesse município, nesse ano, nos anos subsequentes, nos municípios onde foi implementado posteriormente essa medida, onde é que estava Vossa Excelência? Porque aquilo que aqui há poucos nos disse, foi o PSD defende. -----

----- Senhor Deputado, o PSD, Lisboa. Porque quando Vossa Excelência iniciaram esta medida na Câmara Municipal de Sintra em 2006, não foi assim que fizeram, Senhor Deputado. Foi feito como é feito em Lisboa. -----

----- E, quando Vossas Excelências fizeram nos municípios que depois se seguiram, não foi feito com Vossa Excelência defende.-----

----- Portanto, não é o PSD que defende, é o PSD quanto muito o PSD Lisboa e, como eu aqui já disse, também, noutras reuniões desta Assembleia. Esta semana, o PSD de

Lisboa da Assembleia Municipal de Lisboa defende que deve ser assim. A pergunta é: Sabia Vossa Excelência desta questão? Será que vão manter isto assim? É isso que defende o seu partido? E porque não defende em todos os municípios do país? Será que seria mais útil? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez o seguinte esclarecimento:-----

----- Antes de passar a palavra o Vereador Manuel Grilo, eu gostava de sublinhar duas coisas.-----

----- Primeiro que é uma informação falsa e eu essas confesso que são aquelas que mais me indignam quando que estamos a fazer política, é que não vale tudo. Não vale a pena estar a dizer que a questão do passe, que estamos a fazer distinção entre o público e o privado. Foi dito desde o primeiro dia e está a ser concretizado que todas as escolas privadas, podem fazer o seu cartão de aluno, podem fazer o passe da cidade de Lisboa o seu cartão do aluno, para poderem utilizar na escola e poder utilizar nos transportes públicos.-----

----- E, portanto, é uma informação errada que, é transmitida num órgão municipal e que, portanto, eu não posso deixar passar em claro e tem que me indignar, com estas situações repetidas do PSD que, tentam distorcer aquilo que são as medidas muito claras que estão a ser preconizadas.-----

----- Essas medidas já está em prática já escolas privadas a aderir ao sistema, há negociações mais avançadas e eu sito aqui a Casa Pia, O moderno e o São Tomás, naqueles que estão mais avançados, mas há uma quantidade apreciável já escolas privadas a aderir ao sistema e, por isso, eu não posso deixar passar em claro esta situação.-----

----- A outra informação que eu tenho para dar, eu gostava de recordar ao Senhor Deputado que, também, sobre a matéria de o que é possível fazer em situação de calamidade financeira. Eu recorde-lhe 2007 aqui na Câmara de Lisboa, está bem, quinhentos milhões de euros de dívida a fornecedores.-----

----- Portanto, eu quando falarem sobre endividamento sobre situações de falência de situações de falência de entidades públicas ou de estruturas públicas, lembrem-se também, na forma como deixaram em 2007, a Câmara de Lisboa e eu não vou retorquir, porque há outra, porque teríamos muito para conversar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Condeixa.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Penso que a Câmara vai continuar a usar da palavra. -----

----- Senhor Vereador, bem-vindo à Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Vereador, Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados sobre esta Declaração do PSD, eu gostaria de referir com toda a clareza que, o que está em causa aqui é o cumprimento estrito do comando constitucional da Constituição da República Portuguesa. -----

----- A Constituição da República Portuguesa manda como toda a clareza, a gratuidade da escolaridade obrigatória e é isso que é cumprido, quer pelo Ministério da Educação, quer pela Câmara Municipal de Lisboa e aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer é, assumir rigorosamente os mesmos critérios que são seguidos pelo Ministério Educação.-----

----- Portanto, há aqui um Estado português, o Estado português cumpre a Constituição da República Portuguesa que, manda que as escolas públicas sejam gratuitas e que as escolas privadas seja uma opção, para quem assim o entender, muito bem evidente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- E agora é Senhor Deputado João Condeixa do CDS, porque registamos a retirada do pedido de interpelação do Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez, a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu deixava então uma questão ao PSD, mas não podia deixar de também comentar no fundo, o comentário do Senhor Vereador.-----

----- Relativamente àquilo que é referido pelo PSD, é óbvio que nós concordamos. Primeiro ponto, concordamos que a discriminação não pode, nem deve existir, de alguma forma é referido daqui um princípio constitucional na discriminação, entre aquilo que são Lisboetas de primeira e o que poderão ser lisboetas de segunda.-----

----- Até, porque há aqui um aspeto e respondendo ao Senhor Vereador que tem que ser tido em conta, é que há muitos lisboetas que estão em escolas, como estão em creches privadas, por falta de oferta pública e por falta de oferta pública são empurrados para um privado, muitas vezes com dificuldades financeiras acrescidas. E, por isso, é que o CDS, ao longo de anos têm defendido o cheque ensino ou o cheque creche, precisamente, para financiar a família, em vez de se o financiar entidades.-----

----- Gosto muito, a sério que gosto, não estou ser irónico, gosto muito que o Bloco de Esquerda esteja connosco nesta ideia, sejam muito bem-vindos.-----

----- Mas há algo que o PSD esquece nesta sua Recomendação, algo que o PSD esquece tal como o PS e o PCP e o Bloco de Esquerda tem esquecido. O PCP não, peço desculpa. O Bloco de Esquerda e o PS tem esquecido e que é muito mais

importante, muito mais importante que esta discriminação, tem a ver com esta medida não ter condição de recursos, sem condição de recursos, sem ter serem considerados os rendimentos das famílias, sem serem considerados os recursos que têm sem ser considerado até dimensão do agregado familiar.-----

----- Esta medida é perversa e é perversa porque, eu já disse quando era o Vereador Ricardo Robles porque, quando dão mais a quem não precisa, dão menos a quem mais precisa, isto é simples de entender. Se querem dar a todos, estão a perder a oportunidade de dar um pouco mais a quem mais precisa e isto é que interessava que esta medida que tivesse e existisse. -----

----- E isto leva-me a um tema que é muito importante nós conhecermos a execução desta medida, primeiro para perceber porque é que há atrasos, porque os há e, é inadmissível estar a fazer marketing político quando há atrasos nos reembolsos. Depois perceber a quem é que estão a dar no fundo, estes mesmos reembolsos e a pagar estes manuais escolares mas, enfim, estes atrasos já são normais, típicos do socialismo, basta ver a execução dos fundos comunitários que neste momento está a quinze por cento daquilo que era esperado. -----

----- Por isso, aqui a minha questão e última para o PSD tem a ver com, quer o PSD juntar-se o CDS na defesa da condição de recursos desta medida?” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves para responder às diferentes interpelações. Quatro minutos Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Eu responderei a parte das interpelações e o Senhor Deputado Luís Newton responderá às restantes. -----

----- E gostaria de começar pela intervenção do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, porque disse aqui uma coisa que, aliás, não é meu hábito que é fazer intervenções com base em informações falsas. Se teve atento à minha intervenção, eu referi que poderia ir à questão dos transportes públicos, não disse que ia, o que já tinha ido, disse que poderia ir, porque suscita se a dúvida. -----

----- Porque na divulgação, propagandística que a Câmara fez da medida refere que há possibilidade para as escolas que quiserem aderir e se uma escola privada não quiser aderir? Isso significa que todos os alunos não poderão aderir? Essa é a grande questão que se pode levantar aqui, eventualmente, é um cenário hipotético, mas é um cenário real e o Senhor Vereador reconhecerá que eu não tenho por hábito, fazer intervenções com base em informações falsas. -----

----- Em relação ao Senhor Deputado João Condeixa e às considerações que fez, eu referi precisamente isso na minha intervenção, se queremos e aquilo que eu disse, é que por motivos equidade, o que seria socialmente justo era que, se houvesse

discriminação, ela fosse feita, por exemplo, pelo critério da condição de recursos e nunca em função das escolhas das pessoas entre o ensino público ou o ensino particular e cooperativo. Esse, aliás, é o único fator diferenciador que podemos ter uma questão destas, não é a natureza do estabelecimento que tem a ver, de facto, com as dificuldades que as famílias podem passar e dava agora a palavra ao Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Em primeiro lugar esta minha intervenção são dois momentos de espanto.-----

----- Um primeiro, obviamente, relativamente ao Deputado Manuel Lage dizer-lhe Senhor Deputado, agradecer-lhe a clarificação que fez, relativamente àquilo que é a posição do PS na cidade de Lisboa, o PS pensa Lisboa ao nível do que o PSD pensava em 2006 Sintra.-----

-----Nós em Lisboa pensamos 2018, nós PSD, essa é uma grande diferença, de facto, entre nós os dois e entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista e depois dirigir-me ao recém-chegado Vereador do Bloco de Esquerda, a quem estendo já os cumprimentos e dizer que não poderíamos estar em maior divergência.-----

----- A começar, pelo facto de que Vossa Excelência não partilhou connosco, uma leitura da Constituição, Vossa Excelência partilhou connosco, a sua interpretação da Constituição e, portanto, deixar bem claro que essas, como outras matérias, aliás, recuperando aqui esta questão da visão de 2006 que o Partido Socialista tem para a cidade de Lisboa, versus uma visão de 2018 dizer, também, Senhor Deputado que fico particularmente entusiasmado com o facto de pelo menos o Partido Socialista estar à procura dos bons exemplos do PSD ainda que, em 2006.-----

----- E dizer que, entretanto já passámos, já evoluímos. Já evoluímos e Senhor Vereador, o que temos estado a discutir é 2018, Senhor Vereador. Eu em 2018, compreende duas coisas do Senhor Vereador e compreendo duas coisas do Partido Socialista na Câmara de Lisboa.-----

----- O Senhor Vereador já está nervoso outra vez, já tinha saudades de seu nervosismo, é normal, significa que isto não está a cair particularmente bem, mas deixe-me que lhe diga, Senhor Vereador.-----

----- Já não bastava esta ideia perfeitamente atónita de podermos, em determinado momento, iludir os lisboetas quanto àquilo que é a qualidade dos nossos transportes públicos e agora iremos pôr, eu diria que nem é à confiança, nem é daquelas situações tentativa e erro, nós estamos a criar um mito, Senhor Vereador.-----

----- E, por isso para terminar dizer que ficamos, aguardar 2019 ficaremos, aguardar 2019...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh! Senhor Deputado tem mesmo que terminar, porque terminou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Irei terminar Senhora Presidente. Muito obrigado. -----  
----- Iremos então aguardar por 2019, ficámos entusiasmados por estar a olhar para  
nós para 2006, mas em Lisboa e o PSD Lisboa, pensa Lisboa 2018. -----  
----- Muito Obrigado.” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a  
seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----  
----- Senhores Deputados, terminou a Declaração Política do PSD e a respetiva  
resposta, temos agora a última Declaração política.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da  
palavra, referiu o seguinte: -----  
----- “Temos agora a Senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da  
palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----  
----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Secretários, Excelentíssimo  
Senhores Vereadores, colegas Deputados e Deputadas, restante Público e  
Comunicação Social presente. -----  
----- Desejo a todas e a todos antes de mais, e em nome do PAN Lisboa, um excelente  
regresso ao trabalho, um trabalho em conjunto pela nossa cidade!-----  
----- Pedia agora, a todas e a todos, que fizessem comigo um pequeno exercício.  
Vamos parar uns segundos para pensar no que pode ser um dia normal para nós.  
Acordamos, preparamo-nos para ir trabalhar. Saímos de casa e apanhamos o metro  
para o trabalho. Vamos almoçar fora com um amigo. No final do dia podemos estar  
com febre ou mau estar e por isso vamos à urgência de um hospital. Por fim, voltamos  
para casa. -----  
----- Agora pensemos neste mesmo dia mas em vez de fazermos uso pleno das nossas  
capacidades deslocamo-nos numa cadeira de rodas, ou somos cegos ou surdos, ou  
estamos grávidas ou temos uma perna partida ou simplesmente a idade já não nos  
permite a genica de outros tempos. Não conseguimos ir de metro para o trabalho  
porque aquela estação não tem acesso por elevador, só por escadas. -----  
----- Também não podemos ir almoçar fora porque aquela passagem de peões tem um  
degrau que não conseguimos descer de cadeira de rodas. Se formos surdos também  
não podemos ir ao hospital, porque quando lá chegarmos não há ninguém que perceba  
o que queremos dizer. E Deus nos livre de precisarmos de contactar o número de  
emergência, pois como não ouvimos nem falamos não conseguimos comunicar por  
telefone. -----  
----- Como se sentiriam se o vosso dia-a-dia fosse repleto de dificuldades? Como seria  
se encontrássemos obstáculos que nos impedissem de realizar tarefas normais do dia-  
a-dia? Infelizmente, esta é a realidade de muitas pessoas na nossa cidade. -----  
----- A promoção da acessibilidade é um elemento fundamental para garantir a  
qualidade de vida das pessoas e é um meio imprescindível para o exercício dos  
direitos que lhes são garantidos numa sociedade democrática, contribuindo para uma  
maior participação cívica de todas e todos que a integram. Isto significa que qualquer

rua que não esteja preparada para uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé ou qualquer serviço municipal que não esteja preparado para receber uma pessoa cega ou surda constitui uma forma de discriminação. -----

----- Questiono-me quantos serviços municipais têm consigo um intérprete de Língua Gestual Portuguesa. Arrisco-me a responder que a Assembleia Municipal de Lisboa talvez tenha sido o único, mas como podemos comprovar, foi sol de pouca dura! -----

----- Não nos podemos esquecer que cabe ao Estado salvaguardar e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, sejam elas permanentes ou temporárias, designadamente quando se confrontam com barreiras que os impedem de participar na vida cívica, ativa e integralmente. -----

---- Mais. A lei proíbe expressamente a discriminação de pessoas com base na deficiência e no risco agravado de saúde e prevê ainda sancionar a prática de atos que se traduzam na violação, recusa ou condicionamento de quaisquer direitos fundamentais, sejam eles económicos, sociais, culturais ou outros, a pessoas com qualquer tipo de deficiência. -----

----- Pergunto: existe fiscalização em Lisboa neste sentido? Existe punição conforme está prevista na lei? Parece-nos que nada disto está a ser feito ou então o que está a ser feito fica muito aquém das reais necessidades. -----

----- O regime de acessibilidade, de 2006, estipulou um prazo de 10 anos para a adaptação de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos públicos e de utilização pública e via pública. Esse prazo terminou dia 8 de fevereiro de 2017! -----

----- Continua a subsistir no edificado nacional um grande conjunto de edifícios, espaços e instalações que não satisfazem as condições necessárias de acessibilidade. Existem ainda na sociedade em geral barreiras culturais e comportamentais perante a diversidade e a diferença, em particular para com as pessoas com deficiência. -----

----- Louvamos, claro está, a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em 13 de Dezembro de 2006, pois constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs e em particular das pessoas com deficiência.--

----- Mas esta Convenção não criou direitos novos, uma vez que os direitos fundamentais das pessoas com deficiência se encontram reconhecidos por outros instrumentos das Nações Unidas. Constitui, sobretudo, um alerta para a comunidade internacional sobre a necessidade de garantir o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual e de reforçar a proibição da discriminação através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade. -----

----- Porém, é fundamental os Governos consultarem e envolverem ativamente as pessoas com deficiência bem como as associações que os representam, na conceção e execução das medidas de implementação da Convenção. E, mais uma vez, isto não está a ser feito. -----

----- De acordo com a Associação Portuguesa de Surdos, estima-se que em Portugal existam cerca de 120.000 pessoas com algum grau de perda auditiva, 30.000 mil dos quais são surdos falantes nativos de Língua Gestual Portuguesa (LGP), na sua maioria



surdos severos profundos. A surdez vem invariavelmente associada à dificuldade no desenvolvimento da oralidade e em conseguirem expressar-se através da fala, pelo que é também inaceitável que não sejam incluídos nos serviços básicos, como um hospital, a que todas e todos devem ter acesso. Isto, caras e caros colegas, é pura discriminação. -----

----- Por tudo o que foi dito e perante tantas mudanças que hoje vão eclodindo na evolução da sociedade, terá que haver efetivamente uma visão social de um mundo democrático, onde pretendemos respeitar direitos e deveres, em que as limitações das pessoas não poderão diminuir seus direitos: as pessoas com deficiência são cidadãs e cidadãos e merecem autonomia e oportunidades iguais como quaisquer outras, cabendo-nos assumir a promoção da realização dos seus direitos. -----

----- Face ao exposto, o PAN apresenta a esta Assembleia: -----

----- . A Recomendação “Acessibilidade para todas as pessoas”, solicitando uma fiscalização reforçada de operações urbanísticas, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade e um levantamento das situações de incumprimento dos prazos para adaptação de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos de utilização pública e via pública, da administração pública central, regional e local, promovendo a correção das situações que sejam identificadas;-----

----- . Uma Moção pela inclusão de pessoas surdas na sociedade, que engloba, entre outros pontos, solicitar ao Governo que seja regulamentado o processo de acesso à profissão de intérprete de língua gestual portuguesa, que seja criado o serviço de 112 para surdos e que seja obrigatória a existência de intérpretes de LGP nos diversos serviços que prestem atendimento ao público e ainda nos serviços de Proteção Civil.---

----- Pois é inaceitável que, nos dias que correm, qualquer pessoa com deficiência ou com mobilidade condicionada não consiga ser autónoma nem utilizar os bens e serviços existentes nesta sociedade que se pretende para todas e todos.-----

----- E não posso também deixar de referir em particular Senhor Presidente, está a casa que é chamada a Casa da Cidadania que, pese embora se tenha compreendido o esforço que se tenha feito para que em algumas sessões existem interpretes de língua gestual portuguesa em todas as sessões não existam um interprete presente.-----

----- Não podemos abraçar os desafios que nos trás hoje a democracia e apelar a uma democracia cívica mais plena sem também olharmos para estas pessoas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, pergunto se algum dos Senhores quer fazer interpelações a Senhora Deputada Inês de Sousa Real. Não, nenhum Senhor Deputado? Câmara também não. -----

----- Sendo assim, terminamos esta face dos nossos trabalhos das Declarações Políticas, mas agora temos que votar, naturalmente, os documentos que foram apresentados. -----

----- Senhores Deputados, eu no início da sessão lembrei que havia aqui um Voto que tinha que pôr a vossa consideração se podemos aceitar ou não. Trata-se de Voto n.º 34/03 do PAN, “Saudação e Louvor pelo ”Dia Nacional do Bombeiro Profissional e Por Todos os Todas Combatem os Incêndios”, acontece que não está previsto outros votos, a não ser os votos de pesar.-----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado quer usar da palavra para? Não, é minha pergunta é uma questão processual, só.-----

----- Pronto, microfone ao Senhor Deputado José Alberto Franco.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado, peço desculpa se interpelação não for a figura exata.-----

----- Nós entendemos que, um Voto com este não se reveste numa urgência, não deverá ser tratado hoje, com toda a consideração que a temática do documento nos merece mas seria abrímos um precedente.-----

----- Isto, depois ter terminado um exercício prolongado e esforçado para limparmos o nosso Regimento, uma grande quantidade de situações que tornavam as sessões menos operativas, logo no primeiro dia depois da *rentrée*, acho que devíamos dar o exemplo de não aceitar essa exceção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- A Senhora Deputada do PAN quer usar da palavra, faz favor microfone a Senhora Deputada do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Compreendemos, obviamente, que é uma situação excepcional e à margem do regimento, no entanto, coincide hoje precisamente no dia onze de Setembro, a ser o “Dia Nacional do Bombeiro Profissional”, tivemos já consecutivamente anos em que temos sido fustigados pelos incêndios.-----

----- O onze Setembro, também, marcou uma data histórica com o atentado às Torres que houve em Nova Iorque e, portanto, não podemos deixar, obviamente, apresentar este Voto compreendendo, obviamente, se for rejeitado mas, não queríamos deixar de assinalar a importância desta data.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, Senhora Deputada o Voto está apresentado mas, naturalmente, não havendo consenso na Câmara, não pode ser votado hoje, será agendado na próxima sessão e votar-se-á na próxima sessão, de qualquer maneira fica registado que o apresentaram na data certa e será votado quando regimentalmente for possível.-----

----- Passando esta questão, temos agora duas Moções. A Moção do PPM sobre “Auditoria aos Equipamentos Culturais” e a Moção do PAN sobre “Pela Inclusão das Pessoas Surdas na Sociedade”. -----

----- **Moção n.º 034/01 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PPM) – “Auditoria aos Equipamentos Culturais da Cidade de Lisboa sob Administração do Poder Central”**-----

----- (A **Moção n.º034/01** fica anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos começar pela Moção do PPM, eu não tenho indicações se ela tem alterações, julgo que não tem.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de votar a Moção n.º 34/01.”-----

----- **A Moção n.º 034/01 foi aprovada por Maioria.** Não há votos contra, abstenções do BE e 7 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT e PPM.-----

----- (Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- O Senhor Deputado Rui Costa pede a palavra. Não. Pede para fazer uma Declaração de Voto, muito bem.”-----

----- (O Senhor Deputado Rui Costa, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **Moção n.º 034/02 – (apresentada pelo Grupo Municipal do PAN - Retificada) – “Pela Inclusão das Pessoas Surdas na Sociedade”**-----

----- (A **Moção n.º 034/02** fica anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Vamos passar agora a começar à Moção seguinte “Pela Inclusão de Pessoas Surdas na Sociedade”, tem aqui uma pequena correção material, nas referências, ponto número um dos considerandos, à Federação Internacional dos Surdos, é Federação Mundial dos Surtos e posta esta correção, vou pôr à vossa consideração.”-----

----- **A Moção n.º 034/02 foi aprovada por Unanimidade.** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, PEV, MPT e 7 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **Recomendação n.º 034/02 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) – “Por um Serviço de Higiene e Limpeza Urbana de Qualidade na Cidade de Lisboa”**-----

----- (A **Recomendação n.º034/02** fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar as recomendações, temos a Recomendação n.º 034/02 do PCP “Por um Serviço de Higiene e Limpeza, Urbana de qualidade na cidade de Lisboa”.” --

----- **A Recomendação n.º 034/02 foi Rejeitada.** Com os votos contra de PS, PSD e 6 IND, abstenções de CDS-PP, PAN e PPM, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT e 1 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- **Recomendação n.º 034/03 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM) –**  
“Auditoria aos Equipamentos Culturais da Cidade de Lisboa sob Administração da  
Câmara Municipal”-----

----- (A **Recomendação n.º034/03** fica anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela  
faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Vamos passar à Recomendação n.º 34/03 do PPM, sobre a “Auditoria aos  
Equipamentos Culturais da Cidade de Lisboa sob Administração da Câmara  
Municipal”.”-----

----- **Recomendação n.º 034/03** foi **aprovada por Maioria**. Não há votos contra,  
abstenções de 1 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT,  
PPM e 8 IND. -----

----- Abstenção do Senhor Deputado Independente Rui Costa que irá fazer uma  
Declaração de Voto e de entrar na sala mais dois Senhores Deputados Independentes  
que agora estão todos os Deputados Independentes presentes na sala. -----

----- Senhora Deputada por acaso está no lugar que não é dos Independentes, mas  
agradeço que ocupam devidamente os lugares para não estabelecer aqui confusões na  
mesa, no cálculo das votações. Peço desculpa. -----

----- (O Senhor Deputado Rui Costa, não entregou posteriormente a sua Declaração de  
Voto)-----

----- **Recomendação N.º 034/04 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV) –**  
“Programa Lisboa SNS mais próximo”-----

----- (A **Recomendação n.º034/04** fica anexada a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz  
parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Vamos passar agora à Recomendação n.º 034/03 do PPM, desculpem a 34/03 do  
PPM já foi, agora é a 34/04 do PEV, “Programa Lisboa SMS mais próximo”. Teve  
uma nova versão que é a que está aqui e vamos pôr à votação.” -----

----- **Recomendação n.º 034/04** foi **aprovada por Unanimidade**. Não há votos  
contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM,  
PEV, MPT e 9 IND. -----

----- **Recomendação N.º 034/05 – (Subscrita pelo Grupo municipal do MPT) –**  
“Por um Maior e Melhor Investimento nos Transportes Públicos”-----

----- (A **Recomendação n.º034/05** fica anexada a esta Ata como **Anexo X** e dela faz  
parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Vamos agora passar a Recomendação n.º 034/05 do MPT, “Por um Maior e  
Melhor nos Transportes Públicos” há aqui algumas, pequenas alterações que, a Mesa  
vai passar a dar conhecimento: na parte deliberativa no Ponto número dois, onde  
estava fluxos migratórios, não é fluxos migratórios é, fluxos locais e metropolitanos. --  
----- No Ponto número três, há aqui uma alteração na parte final, portanto, onde estava  
em parceria, eu vou ver como vai ficar, “em parceria com Governos, Municípios da  
Área de Lisboa, Empresas de Transportes elabora estratégias assentes numa política

de serviços disponíveis, designadamente, quais são os transportes para as pessoas que precisam para ir do local de trabalho até ao destino. E depois a parte final passa a ser “para além da política de preços e atento ao aumento da oferta” é a redação que o MPT propõe depois das sugestões do PCP. Está claro para todos? -----

----- Então sendo assim, ainda mais uma alteração nos envios, mas essa parte não é necessário ser votada, além destas entidades que aqui estão referidas, referir também o SITRA (Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes) e vou pôr à votação esta recomendação que estas alterações. -----

----- Vamos passar à votação.”-----

----- A **Recomendação n.º 034/05** foi **aprovada por Unanimidade**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, PEV, MPT e 9 IND. -----

----- O Senhor Deputado Rui Costa fará mais de uma Declaração de Voto por escrito.”

----- (O Senhor Deputado Rui Costa, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **Recomendação N.º 034/06 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN) – “Acessibilidade para todas as pessoas”**-----

----- (A **Recomendação n.º034/06** fica anexada a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos pôr à votação a Recomendação n.º 034/06 do PAN, “Acessibilidade para todas as pessoas”. Não há retificações aqui.”-----

----- A **Recomendação n.º 034/06** foi **aprovada por Unanimidade**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, PEV, MPT e 9 IND. -----

----- **Recomendação N.º 034/07 – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) – “Manuais Escolares”**.-----

----- (A **Recomendação n.º034/07** fica anexada a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E a última Recomendação é do PSD sobre os manuais escolares, que vamos para à votação.”-----

----- A **Recomendação n.º 034/07** foi **Rejeitada**. Votos contra do PS, PCP, BE, PEV e 9 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, MPT e PPM. -----

----- **3. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 034/01 (PCP) - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE - 34 MINUTOS.**-----

----- (A **Recomendação n.º034/01** fica anexada a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Moção n.º 034/03 (BE)** fica anexada a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, terminámos agora sim, esta fase dos trabalhos e vamos então voltar a ordem de trabalhos para passarmos o Ponto três da agenda, aliás, que é uma Recomendação do PCP sobre “Transferência de competências”, sobre este ponto, temos uma Moção apresentada Bloco de Esquerda que, também, foi distribuída, portanto, tem a palavra o PCP que é o partido proponente, faça favor.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- No dia cinco deste mês, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal recebeu uma proposta do Grupo Municipal do PCP, de a Mesa assumir e agendar uma proposta de deliberação sobre a “Descentralização de Competências para 2019” dentro do prazo que a Lei n.º51/18, determina.-----

----- A Senhora Presidente respondeu negativamente, a nossa proposta evocando o ofício do Ministro Administração Interna, ofício que contraria a Lei e abusivamente dispensa as autarquias do cumprimento do que, pela Lei foi estabelecido até quinze de Setembro. -----

----- A Senhora Presidente recebeu depois um nosso ofício em que, evocamos o regimento desta assembleia assim, a Senhora Presidente respeitou o regimento e agendou o Ponto na Ordem de Trabalhos que o PCP, veio a assumir e a propor.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as alterações das Lei das Finanças Locais pela Lei n.º 51/2018 e a Lei n.º 50/2018, afetam gravemente as possibilidades adequadas da regionalização que tão urgente se torna face aos esvaziamento e prosseguimento do interior. Lembramos isto mas depois esquecemos. -

----- Destruí serviços públicos do poder central e atinge negativamente a independência afirmação das autarquias.-----

----- Põe em causa o acesso universal à saúde e à educação consagrado na Constituição da República, liberta o Governo Central para entregar mais milhões ao serviço da dívida e aos negócios que protege. -----

----- Abre caminho a uma maior externalização dos serviços públicos municipais e locais afeta a vida familiar e as capacidades profissionais, os trabalhadores do poder central e o poder local, preparando mais violências instabilidade e despedimentos. -----

----- Senhora Presidente, a Recomendação que hoje apresentamos a esta Assembleia lembramos que a Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, alterada pela Lei n.º 51/2018, e a Lei para a transferência de competências para as autarquias Lei n.º 50/2018 aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários colocando novos e sérios problemas, à gestão das autarquias e, sobretudo à resposta aos problemas das populações.-----

----- Acresce que, em praticamente todos os domínios apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução o que, às coloca numa situação semelhante à de extensões de órgão do poder central e multiplica as situações tutela à revelia da Constituição, contribuindo para correr autonomia do poder local. -----

----- A Lei considera transferidas todas as competências prevendo que os termos concretos das transferências em cada setor, educação, saúde, cultura, freguesia e outras, resultará o Decreto-lei a aprovar pelo Conselho de Ministros, ou seja um verdadeiro cheque em branco ao Governo para legislar em matéria de competência originária da Assembleia da República. -----

----- Porém, estabelece que esta transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o adiamento o exercício de novas competências, por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção a de DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) seguintes termos: até quinze de Setembro 2018, as autarquias que não pretende ser referência em 2019, até trinta de Julho de 2019, as autarquias que não pretende a transferência em 2020. -----

----- A partir de um de Janeiro de 2021, a Lei considera transferidas todas as competências, é o que se chama exercício impositivo e demolidor do Poder Local do 25 de Abril 974. -----

----- A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre matérias a transferir, as condições e as suas implicações, só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-lei que conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses de cada autarquia, de cada da população, se não devam assumir a partir de um de Janeiro de 2019, as novas competências. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida e onze de Setembro 2018, que delibere: -----

----- 1. Não aceitar a transferência de competências da Administração Central em 2019, nos termos do artigo 4º n.º 2 da Lei n.º 50/2018. -----

----- 2. Comunicar À DGAL nos termos do artigo 4º n.º 2 da Lei n.º 50/2018 a presente deliberação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Apenas para sua informação, a Mesa, a Presidente neste caso não cumpriu completamente o Regimento, porque o vosso pedido de agendamento nos termos do Artigo n.º 48, n.º 2 da alínea B, tinha que ter sido com oito dias úteis e veio com menos, mas eu entendi que devia aceitar por causa da questão de fundo que era relevante e por haver contradição o prazo legal. No dia três de Setembro até ao dia onze de Setembro que eu saiba, não são oito dias úteis. Mas, eu própria, disse para os meus serviços que não ia levantar essa questão, porque havia esta questão do quinze de Setembro. -----

----- Portanto, o Partido Comunista tinha o direito de levantar a questão e assim o fez. Eu não costumo ser tão correta pronúncia, mas aqui achei que devia sê-lo, para que não ficasse nenhuma dúvida. -----

----- Vamos continuar quem é que se inscreveu? -----

----- Uma interpelação à Mesa, Senhor Deputado Rui Costa, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados só para esclarecer o seguinte: a Mesa da Assembleia Municipal juntou às propostas que aqui estão em deliberação, dois documentos, um emanado da DGAL e outro uma nota assinada pelo Senhor Ministro da Administração Interna, que tutela o setor governamental das autarquias locais.-----

----- E eu não ficaria de bem com a minha consciência, se perante a gravidade das deliberações ou não que, vamos tomar hoje, que não alertasse para a invalidade destes atos da Direção-geral....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, desculpe mas isso não é uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente é uma interpelação à Mesa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Não, a Mesa juntou e não devia ter junto?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Juntou.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “O que você acha?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Eu, aquilo que entendo é que a Mesa não deveria ter junto esses documentos, podem contaminar esta discussão e em minha opinião, à luz do Artigo n.º 112, n.º 5 da Constituição da República Portuguesa, nenhum ato, nem a Lei sequer o pode permitir, pode interpretar de forma autêntica e com efeitos jurídicos uma lei da Assembleia da República. E nessa matéria, se houver deliberação a tomar, deve ser tomada hoje, independentemente aquela que seja a nossa posição de fundo e a minha é sobremaneira conhecida.-----

----- Mas isto deve ser esclarecido para que ninguém vote hoje estas propostas, sem ter em conta e, portanto, eu não estou aqui a pronunciar-me sobre o mérito das propostas, sem ter em conta esta realidade, a Lei aponta a data de quinze de Setembro de 2019, para a deliberação de aceitar ou não as competências.-----

----- No mais e, portanto, eu entendo que este esclarecimento face a esses documentos juntos pela Mesa deve ser dado.-----

----- No mais, Vossas Excelências decidiram, de acordo com aquilo que são as vossas convicções e princípios políticos mas, não podia deixar escapar isso, faz o teor dos



documentos e a sua ineficácia jurídica, esses documentos são juridicamente ineficazes e inconstitucionais.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu creio que o Senhor Deputado não fez uma interpelação à Mesa, porque podia ter questionado, o facto, de a Mesa ter distribuído os documentos, não questionou. Questionou a interpretação que esses documentos fazem da Lei. Pode questiona-lo, toda a gente o pode fazer. A Mesa não o questionou, limitou-se a dar conhecimento. A Mesa não fez interpretações da Lei. -----

----- A Mesa neste caso eu, nem sequer foi a Mesa, foi uma decisão minha solitária, foi pura e simplesmente recebi os documentos, dou conhecimento dos documentos, até estão no *site* para toda a gente os ver. -----

----- Portanto, não houve aqui da nossa parte qualquer espécie de interpretação para um lado ou para o outro da legislação. -----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados e, portanto, a Senhora Segunda Secretária vais dar a palavra.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e estimados Municípes. -----

----- A alteração à Lei das Finanças Locais e a Lei da transferência de competências para as autarquias, aprovadas no final da sessão legislativa, representam um subfinanciamento do Poder Local e a criação de problemas graves à gestão das autarquias, o que terá, como é evidente, consequências a nível da resolução dos problemas das populações e da qualidade de vida. -----

----- Por princípio, Os Verdes são favoráveis à descentralização, mas estamos perante uma desresponsabilização do Estado e a passar o ónus dos problemas para as autarquias e isto em nada beneficia as autarquias, muito pelo contrário. -----

----- A descentralização não pode ser encarada como uma forma de desresponsabilizar o Estado central das suas funções, porque este não quer ou não consegue dar resposta. Face a estes princípios, a legislação agora em vigor coloca-nos várias e sérias reservas. -----

----- Desde logo, pretende-se transferir funções muito importantes, como a saúde ou a educação, áreas que a Constituição inclui nas Funções sociais do Estado e sobre as quais deve haver uma política nacional e não uma política avulsa, agindo cada autarquia à sua maneira. -----

----- O tempo tem-nos também mostrado que a descentralização que tem vindo a ser concretizada transfere as competências, mas não os meios financeiros necessários para

a intervenção que é exigida às autarquias. Como não se fazem omeletes sem ovos, era fundamental garantir esses meios, mas isso não aconteceu. -----

-----Assim, está em causa a sustentabilidade financeira da transferência de competências e aceitar esta descentralização seria aceitar a desresponsabilização do Estado central em algumas áreas e o agravamento das desigualdades entre autarquias. -

----- Além disso, a legislação em causa, que ficou marcada por uma precipitação neste processo, não recupera a capacidade financeira das autarquias, permite que a Lei das Finanças Locais continue a ser incumprida, e há muitas questões que não estão esclarecidas nem balizadas, ficando tudo em aberto para posteriores diplomas. Quer isto dizer que aceitar esta transferência é passar um cheque em branco, o que nos parece inaceitável. -----

----- Portanto, perante estas preocupações e estando previsto que as autarquias podem optar por adiar o exercício das novas competências comunicando a sua opção à DGAL até 15 de Setembro, Os Verdes são da opinião que esta Assembleia Municipal se deve pronunciar nesse sentido, ou seja, não aceitar a transferência de competências da Administração Central em 2019, razão pela qual votaremos a favor dos dois documentos que propõem precisamente isso.-----

----- Para Os Verdes, esta Assembleia não se pronunciar não é alternativa. É fundamental tomar esta posição, porque as autarquias não são departamentos nem extensões do Poder Central e é preciso reforçar a capacidade de intervenção do Poder Local e a sua autonomia, o que não se consegue com esta lei da transferência de competências. Por isso mesmo, é importante que a posição desta Assembleia sobre esta matéria fique bem clara. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, Tiago Cruz do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu seguinte: -----

----- “O Bloco de Esquerda tem uma Moção sobre este assunto, tem mais um minuto.”

----- **O Senhor Deputado Municipal, Tiago Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Estamos a quatro dias do prazo estipulado para a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais e, não conhecemos ainda qualquer um dos diplomas setoriais, tal como não se conhecem os moldes exatos da transferência de receitas para as autarquias. -----

----- Apenas este facto, exige a precaução de adiarmos a transferência de competências, tal como previsto na lei. É sensato que assim façamos e assim devemos fazer, o voluntarismo paga-se caro em processos tão complicados quanto este. -----

----- Tomamos nota do ofício do Ministro do Interior, bem como o ofício da Direção-geral das Autarquias Locais, o argumento é que, apesar da Lei vigorar, a mesma não é eficaz até ao momento da receção dos documentos sectoriais.-----

----- Começando pelo facto de nem um nem outro ser documentos que substituem a Lei em vigor e é esta a Lei que está em vigor. O que ambos os documentos assumem e depois de os documentos enviados, se as câmaras não pediram o adiamento do prazo previsto, eles vigoram por força da Lei.-----

----- Nem podia ser de outra forma ou seja, estes ofícios são uma ratoeira jurídica na qual não devemos cair.-----

----- Nada impede esta Assembleia de pedir agora o adiamento e a qualquer altura avaliar os documentos sectoriais e retomar, se assim decidir, o processo previsto na lei, o que não devemos fazer, por um princípio de precaução é dar “carta-branca” ao desconhecido.-----

----- Não tendo o país realizado um processo de descentralização através da regionalização, chumbada em noventa e oito, os dois partidos “centrão”, dobram-se desde então em esquemas de transferência de competências que, ao invés de atacarem estruturalmente os problemas das assimetrias gravíssimas do país, se arriscam a criar desigualdades institucionalmente insanáveis.-----

----- Começa pelo pequeno problema de entregar poder a quem não tem legitimidade democrática para o exercer. E Senhoras Deputadas e Senhores Deputados se acham isto, um problema menor, observem as dificuldades que assembleias democraticamente eleitas nas Juntas Freguesia têm em escrutinar os seus executivos com as competências acrescidas que receberam em Lisboa. E agora imagine uma entidade com escala intermunicipal, sem qualquer órgão democrático que sequer escortine o seu trabalho. É receita para disparate.-----

----- E um disparate que vai sair caro, porque irá entregar competências sobre serviços públicos, a autarquias em dimensão e escala para o sustentar, nem ira garantir e transferências orçamentais adequadas para a sua sustentabilidade, lançando a breve trecho as autarquias no incumprimento da Lei das Finanças Locais.-----

----- O resultado mais do que previsível será a agregação dos serviços em estruturas privadas, em gestão de vários municípios, mais uma vez impulsionando o rentíssimo predador de recursos e degradação dos serviços públicos.-----

----- Isto não é descentralização, é um processo de alteração de serviços públicos que acontece por detrás do pano, sem que ninguém esteja a ver o que se está a passar.-----

----- O efeito será o agravamento das desigualdades que temos agora.-----

----- Não queremos serviços públicos de primeira e de segunda, conforme se viva num município com mais ou menos recursos.-----

----- Se queremos descentralização optemos pela regionalização, criando entidades democráticas com escala para garantir políticas públicas intermunicipais sustentáveis.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, Miguel Graça do Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Caros colegas Deputados. -----

----- Na declaração que fizemos anterior, na Declaração Política, dos Deputados Municipais Independentes “Cidadãos por Lisboa”, deixaram já claro que são a favor desta transferência de competências para as autarquias locais, de acordo com o princípio, de acordo com o conceito da subsidiariedade e apontamos também, naturalmente, o que necessitamos de conhecer melhor estes documentos sectoriais, os diplomas legais do âmbito sectorial, para saber e avaliar como será feito, efetivamente as transferências. -----

----- Porém, existi e subsiste aqui uma dúvida que, parece que se encontra no ar, mas que a nosso ver é esclarecido pelos documentos enviados pelo Ministro da Administração Interna e pela Direção-geral das Autarquias Locais e, ao contrário do Senhor Deputado, Rui Costa, gostaríamos de agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de os colocar no *site* da Assembleia, precisamente porque achamos bastante importante que todos os Deputados, tenham toda a informação presente para que possam decidir em conformidade. -----

----- O que acontece neste momento, é que temos uma Lei, a Lei n.º 50/2018 que, nos indica, de facto, um prazo que deve ser cumprido até quinze em Setembro, no caso das Autarquias Locais queiram comunicar que, não pretendem uma transferência de competências no ano 2019. -----

----- No entanto, e como esclarecem os documentos que nos foram enviados que, não são documentos que tenham valor legal mas, documentos que nos ajudam precisamente a interpretar a Lei e que, mesmo que não tivéssemos, poderíamos interpretar nós mesmos, porque é claro no Artigo n.º 44 que, precisamente, e tal como é dito nestes documentos que nos enviam que, o facto, de não terem sido enviados estes documentos sectoriais, não obriga as câmaras a pronunciarem-se sobre eles. -----

----- E tanto é facto e parte deste conhecimento e do que nós poderíamos achar algo que seria um conhecimento comum, não nos podemos, obviamente, pronunciar sobre algo que não conhecemos. -----

----- Mas não é isso que está a ser pedido à Assembleia Municipal e, por isso, é que gostaríamos de deixar aqui claro que, não podemos concordar com uma Recomendação do PCP que, pede para nós dizemos não a algo que não conhecemos, tal e qual, como dizemos sim a algo que não conhecemos e, não faz sentido dizermos não a algo que não conhecemos. -----

----- O que me parece que, vai acontecer e que é até no seguimento destas comunicações feitas pelo Ministério da Administração Interna pela Direção-geral das Autarquias Locais é que serão, naturalmente divulgados estes momentos de âmbito

sectorial e a seguir, será pedida informação às autarquias. Como é natural, isto é um processo. -----

----- Eu julgo que estão aqui a ser feitas uma série de declarações, feitas pelo Partido Comunista Português e pelo Bloco de Esquerda de desconfiança, de um processo que ainda agora se iniciou.-----

----- Julgamos que, isto não é forma de começar um processo de descentralização, aliás, e permitam-me dizer, só para terminar, insuspeito nesta questão da transferência de competências, aliás, porque fui, também, Deputado Municipal quando houve a reforma administrativa de Lisboa, nós “Cidadãos por Lisboa” teremos a maior atenção esta questão como tivemos, também, à reforma administrativa de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, Luísa Aldim do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Luísa Aldim (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Senhores Vereadores, caros Deputados e Público presente. -----

----- Sobre a Recomendação que o PCP aqui apresenta, o CDS concorda com o princípio da descentralização, como já o demonstrou nesta e noutras Assembleias. -----

----- Para nós descentralizar é essencial para o desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa e os órgãos autárquicos desempenham aqui uma missão fundamental na oferta dos serviços públicos de qualidade e de proximidade aos portugueses, desde que estes sejam devidamente assegurados por todos os meios, quer sejam técnicos, quer sejam de pessoal e ainda de financiamento para o cumprimento efetivo estas mesmas funções pelas autarquias. -----

----- Neste sentido, o anterior governo do PSD/CDS iniciou a descentralização, que deve ser aprofundada e concretizada. -----

----- Há matérias que entendemos serem de descentralizar e de reforçar a descentralização iniciada nessa altura, como é o caso da Educação, da Saúde, da Ação Social, da Proteção Civil, da Gestão das Praias, da Gestão Florestal, da Saúde Animal, da Segurança, entre outras, ao contrário daquilo que veio aqui defender o Bloco de Esquerda, na sua Recomendação. -----

----- Contudo, o CDS tem muitas dúvidas relativamente a muitas áreas e que este governo aqui apresenta na proposta para descentralizar, porque uma coisa é descentralizar, outra coisa é desresponsabilização, sobre funções que cabem ao Estado Central e que só o Estado às deve prestar. -----

----- Esta proposta do governo, uma vez que apenas enuncia alguns princípios gerais, faz apenas parte da campanha eleitoral do PS. -----

----- No passado dia dezoito de julho, recorde, a Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PS e PSD, a Lei-quadro da descentralização, bem como as alterações à Lei das Finanças Locais. Aqueles diplomas, conforme o CDS alertou na altura, foram aprovados de forma apressada e irresponsável, apenas como resultado de um acordo estabelecido entre estes dois partidos.-----

----- Consideramos, que a proposta do governo não foi devidamente analisada, não foi devidamente estudada, discutida com todos os parceiros, nomeadamente, com os principais atores os municípios. Aliás, o processo de descentralização envolve três peças fundamentais e complementares entre si: a Lei-quadro, os diplomas setoriais e a Lei das Finanças Locais, que deveriam ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados em simultaneamente.-----

----- Ora, sobre os diplomas setoriais nada se conhece e o que se sabe é que não foram efetuados estudos profundos, que uma reforma desta natureza não poderia deixar de suscitar, nem de ser apresentado qualquer relatório sobre a transferência e delegações de competências levadas a cabo nos últimos anos. Salientando as principais fragilidades e as principais virtudes das experiências de municípios como Lisboa.-----

----- Não passamos “cheques em branco” pelo que, é fundamental que o Governo esclareça se estamos perante uma descentralização do poder de decisão, ou perante a mera transformação das Câmaras Municipais em serviços de manutenção local ou tarefas de direções gerais e de institutos públicos.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, Inês Drummond do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- A Recomendação apresentada pelo PCP propondo que a Assembleia Municipal de Lisboa, não aceite as transferências de competências da Administração Central, representa antes de mais um ato precipitado.-----

----- O PCP na tentativa de demonstrar e evidenciar aquilo que designa como subfinanciamento das autarquias locais, ainda sem conhecer os diplomas setoriais que estão a ser negociados com Associação Nacional de Municípios, acaba por revelar o seu conservadorismo, atavismo e recorrente centralismo preconceituoso, olvidando que esta é a grande oportunidade de aprofundamento e reforço do poder local democrático que tanto propala defender.-----

----- É mesmo inaceitável que o PCP que, dirige uma das freguesias da cidade, ignore o gigantesco passo que foi dado com aprovação da reorganização administrativa da cidade que, é hoje reconhecida pelos cidadãos, como muito positiva.-----

----- O PCP como, sempre, demonstra com esta Recomendação o seu imobilismo e desconfiança no futuro. Não eu pertença subfinanciamento que preocupa PCP, o que o PCP não quer admitir, é o cumprimento por parte do Governo no seu compromisso descentralização de competências no domínio dos transportes e mobilidade, ordenamento, território e programação do próximo quadro de apoios comunitários. ----

----- Apesar das reservas e receios do PCP, demonstrámos que a nova configuração autárquica em Lisboa tem originado, a conjugação de evidentes melhorias na eficiência e eficácia do serviço público, com a introdução de inúmeras inovações de base programática e governativa.-----

----- Demonstramos ainda que, com a descentralização da Carris, Lisboa pode hoje ter uma verdadeira política de mobilidade e de incentivo à utilização do transporte público, pois bem, a Carris não foi privatizada e assumiu um investimento sem precedentes cujos efeitos se evidenciaram já a partir do mês de outubro, quando começaram a chegar os 200 autocarros. -----

----- Mas a Câmara de Lisboa querem mais longe através de Fernando Medina está a negociar ao nível metropolitano verdadeiras políticas públicas de incentivo à utilização dos transportes públicos, resolvendo o problema de muitas famílias para quem ainda é muito mais barato, utilizar o transporte individual.-----

----- Através da concertação de vontades que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa procuraram resolver o problema da sustentabilidade ambiental, da coesão social e da economia das famílias que passaram a ter títulos de transporte a preços verdadeiramente acessíveis.-----

----- São medidas como estas que vem provar a importância da descentralização de competências, pois para problemas locais exigem-se respostas locais.-----

----- Por último é manifesta a precipitação do PCP. A Recomendação que apresenta inútil extemporânea, tendo em conta que a transferência das novas competências, a sua natureza e afetação de recursos financeiros só serão definidos nos diplomas setoriais que ainda estão a ser negociados.-----

----- Iremos pois votar contra a Moção apresentada pelo PCP, iremos, também, votar contra a Moção do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, por considerarmos que não faz sentido adiar uma transferência de competências, cujos contornos da sua concretização efetiva ainda se desconhecem.-----

----- A melhor maneira de nada fazer para melhorar o serviço público, é não ter a coragem de decidir e eternizar a discussão.-----

----- Muito obrigada”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, Luís Newton do PSD.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Eu não vi o Senhor Deputado pedir o protesto. Faça favor, nem ninguém na Mesa viu, faça favor”-----

----- **O Senhora Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto:-----

----- “É em relação à intervenção do Partido Socialista. -----

----- Em vez de lembrar que, efetivamente, a Mesa que deveria ter assumido com o tempo respetivo a iniciativa de promover esta discussão, vem dizer que nós somos passadistas pelo facto de queremos cumprir a lei e isso nós não aceitamos.-----

----- Porque, coerência e firmeza em relação a todas estas matérias, vocês conhecem e a Senhora Deputada conhece que estava cá desde 2012 e antes quando discutiu estas matérias.-----

----- Nós sabemos o que traz e quem viaja pelo interior vê como estão efetivamente os municípios, cada vez mais carregados de dificuldades e sem dinheiro. E vê um país a ser esvaziado no interior nos vários interiores do país e isso a vós não vos preocupa, o que os preocupa é fazer o jeito e porem-se de joelhos em relação ao Governo e aos seus objetivos, porque é o vosso Governo, isso é que é realmente a grandeza de uma posição seguidista.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Alguém do Partido Socialista quer contra protestar? Senhora Deputado Inês Drummond.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, em resposta ao protesto fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado, de facto, o PCP tem sido coerente sistematicamente imobilista, agora extraordinário, gerindo uma freguesia na cidade de Lisboa, como é o caso de Carnide. Dizemos a nós que o Presidente Carnide considera que tem um fardo demasiado pesado que, não consegue dar conta das suas responsabilidades é, de facto, eu não percebo como é que ele se candidatou estas eleições, portanto, perante tamanho fardo. -----

----- Agora, o que é, facto, o Senhor tem toda a razão, no resto do país é preciso é reforçar o poder local as autarquias, os municípios e as freguesias, isso sim faz falta, porque é assim que vamos dar melhores respostas aos cidadãos que, em Lisboa reconhecem com todas as sondagens que foram feitas, reconhecem esse trabalho em muitas áreas, problemas há, também já os debatemos aqui.-----

----- Há coisas a melhorar, sem dúvida, mas o salto civilizacional que demos na cidade de Lisboa, tem que ser transportado para o resto do país porque, as freguesias no resto do país não podem ter orçamento de sessenta mil euros e trabalhar duas horas por dia ou três horas por dia e estarem fechados às vezes duas e três vezes por semana por não conseguirem ter sequer meios humanos para dar essa resposta. -----

----- Muito obrigada.”-----



----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Senhores, vamos prosseguir a ordem das intervenções.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, Luís Newton do PSD.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Depois do Senhor Deputado Luís Newton temos intervenções do Senhora Deputada do PAN e da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, por momentos estive alguma dificuldade de sintonia com a realidade, quando vejo o PCP, acusar o Governo do qual não apoia, nem faz parte. -----

----- Há aqui, eu confesso que na Assembleia Municipal muitas vezes temos estes momentos que roçam o surreal. -----

----- Eu vejo-me muito pouco, confesso, perplexos com esta iniciativa do próprio Partido Comunista Português, aliás, toda a postura que estão adotar neste plenário, peca num mecanismo de coerência, porque o Partido Comunista é por natureza contra. -----

----- Procuramos sempre trazer o Partido Comunista para discussão e para podermos evoluir nos modelos e recolher o contributo que o Partido Comunista entende como relevante, para se melhorar soluções, melhorar o que temos atualmente, inclusivamente, na cidade de Lisboa. -----

----- Fizemo-lo já neste mandato, mas o Partido Comunista nunca marcou presença. O partido Comunista nunca marcou presença. -----

----- Portanto, o Partido Comunista deverá dizer que é estruturalmente contra qualquer modelo de descentralização que não seja uma descentralização que ele próprio defenda. -----

----- Ora, no conceito de um Estado profundamente centralizado, como o Partido Comunista preconiza e alguma esquerda, aquilo que verificamos é a impossibilidade de ao longo destes últimos quarenta anos, podemos continuar a evoluir naquilo que é ansiedade que as próprias comunidades têm de melhoria do serviço de proximidade. Portanto, novamente a questão de coerência. -----

----- Por um lado, defendemos essa proximidade, defendemos esse modelo, mas está quieto encontrar mecanismos e debater soluções que possam melhorar, essa mesma proximidade e as formas e as ferramentas com que o poder local, pode concretizar essa aspiração das comunidades. -----

----- Agora, eu fico perplexo quando inclusivamente, no âmbito desta discussão, nós invertemos o modelo, porque se calhar antes de começarmos todos a discutir aqui os Deputados Municipais. Eu acho que seria muito interessante ouvir o que o executivo camarário tem para dizer sobre um pacote de medidas de descentralização que ao de ter impacto, obviamente, da sua gestão orçamental. -----

----- Antes sequer do próprio PSD, Partido Socialista, do PAN, do PPM, do CDS, do Bloco, do PEV, dos Independentes, dos antigos e os novos, a questão que se coloca agora aqui é, como é que nós conseguimos ajuizar o melhor interesse, sem sequer conseguir avaliar que melhor interesse é esse que, o próprio executivo camarário que está responsável pela implementação das tais medidas de proximidade e pela integração daquele que é o novo quadro de competências, pensa sobre isso e pretende implementar.-----

----- Por isso, termino Senhora Presidente com apelo.-----

----- Que se oiça a Câmara Municipal, que nos devolvam uns tempos para podermos falar a seguir outra vez e que se possa retirar algo de positivo daquilo que é este documento que nos traz aqui o PCP, que é, no mínimo no mínimo, podermos ter uma discussão franca sobre que Estado queremos e que Autarquias queremos, porque não basta estar contra a “reforma Relvas”, não basta estar contra a “reforma Costa”, não basta estar conta ponto final parágrafo. É preciso neste momento discutirmos, realmente, como é que respondemos às necessidades de maior proximidade e de maior capacitação que as populações anseiam e que devem promover.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Palavra à Senhora Deputada Inês de Sousa Real. É o Senhor Deputados Miguel Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, Público e Imprensa.-----

----- Eu, também, fico perplexo perante esta discussão. Fico perplexo, porque conseguimos todos estar a discutir e a tentar aprovar ou não provar uma coisa prevista completamente no ar.-----

----- Estamos a falar de quê? Transferência de competências de quê? Da fiscalização nos vários setores que aqui estão descritos, que o Estado não consegue fazer. Tanto ele vai transferir a incapacidade de fiscalização que tem, neste momento e nós vamos aceitar? Temos aqui vários setores que estão a ser referidos, áreas protegidas, proteção do bem-estar animal, saúde pública.-----

----- Será que o Estado tem sido competente na fiscalização do funcionamento destas áreas, eu creio que não. Tem que falha falhas graves, portanto, qualquer decisão que possa ser tomada neste momento, é necessariamente uma decisão apressada, mal informada e totalmente uma incógnita quanto ao futuro.-----

----- Nestas condições, eu creio que terá necessariamente, pelo menos para quem quiser fazer uma leitura aprofundada terá que, necessariamente explorar pelos recursos que vão ser disponibilizados, esperar pelas competências detalhadas, porque de outra forma nada disto faz sentido.-----

----- A única coisa que se poderia fazer era aprovar em princípio e a seguir vai-se tentar aprovar na realidade, mas isso faz algum sentido?-----

----- E, portanto, estas condições a única coisa que podemos aprovar, neste momento, são as Moções e Recomendações do PCP e do Bloco de Esquerda. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A Câmara, também, pediu a palavra dar à palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu em primeiro lugar, há uma parte que me deixa, eu não sou jurista como sabem, mas aprendi a ler relativamente cedo e para além disso como quem não é jurista, normalmente, rodeia-se deles para interpretar aquilo que é uma determinada legislação quando precisa.-----

----- É bastante evidente, também, como todos perceberam a construção quinze de Setembro, no fundo serviu ali como, digo eu, como uma certa pressão, porque se não quando se diz que a presente Lei produz efeitos após, portanto, isto é do Artigo n.º 44 do n.º1, a presente Lei produz efeitos após aprovação respetivos diplomas setoriais, legais do âmbito sectorial melhor acordando com a ENP. E depois se diz: o disposto no número anterior tem que ser concretizado de forma a permitir aplicação e eficácia do previsto na alínea a) do número 2 do Artigo n.º 4 da presente Lei, que no fundo é aquela questão do dia quinze.-----

----- Obviamente, que quem lê isto percebe, digo eu, que há aqui uma incompatibilidade, porque não foi respeitada a premissa inicial que é, os diplomas setoriais têm que estar publicados. E, portanto, cai a data do dia quinze é uma evidência para mim, não sou jurista pelos vistos não é só para mim, há um conjunto de juristas do município que analisaram esta matéria e concordam com esta interpretação.-----

----- Não me parece que possa haver outra, pelo facto de haver uma premissa e quando há uma premissa só, digamos, as condições subsequentes só são eficácia quando essa premissa está concretizada e, portanto, não me parece que possa haver aqui alguma dúvida sobre esta matéria e, portanto, esta é a nossa interpretação executiva sobre este tema.-----

----- Já sobre a questão da descentralização como princípio a nossa posição, também, é conhecida, a nossa executivo, a nossa equipa do executivo sobre esta matéria consideramos a descentralização algo fundamental. Ela tem, aliás, uma boa concretização naquilo que se conseguiu em Lisboa. Haverá aspetos a melhorar como há sempre, não há nestas matérias nada perfeito.-----

----- Nós temos um dos excelentes exemplos que contraria uma das questões que o PCP aqui levantou que tem haver que não é pelo facto de estarmos, de descentralizarmos determinadas operações, determinadas funções, determinadas competências que elas não são privatizáveis, esse fantasma que é com a descentralização que se está aqui a tentar privatizar serviços públicos, abrir caminho à

privatização e então a Carris? A Carris veio para a Câmara e nós aqui conseguimos assegurar que ela não é privatizada e, pelo contrário no Estado Central ela estava a ser privatizada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para terminar, Senhora Presidente, com a mesma tolerância que a tem caracterizado, com todos os grupos. -----

----- Dizendo só para terminar, que saudades eu tenho da esquerda que sobre a autonomia do poder local e sobre o seu desenvolvimento tinha a seguir ao 25 de Abril, queria reforçar as competências, quando alguns diziam: não há *know-now* suficiente será desgraça, será o caos. E o que se veio a verificar, felizmente por insistência muito da esquerda portuguesa com grandes responsabilidades o PCP é que, a autonomia do poder local se veio a fortalecer e hoje temos uma autonomia da qual nos podemos orgulhar. E hoje é PCP que viria a sua lógica de abordagem a este tema e aparece como o velho do Restelo, como todos os fantasmas, o PCP e Bloco, avançando todos os fantasmas trazendo para cima da mesa aquilo que será o caos e a desgraça. -----

----- Não me parece que assim seja, estaremos todos muito atentos sobre...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador desculpe, já ultrapassou largamente o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para terminar, Senhora Presidente sobre os diplomas setoriais e cá estaremos no momento em que eles aparecerem para tomarmos posição, assegurando a sustentabilidade do município na sua eficácia e aproximando dos municípios aquilo que é a eficácia de um conjunto de centralização de competências que parecem urgentes no meu ponto de vista. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, vou ter mesmo que lhe tirar a palavra. -----

----- Senhores Deputados, terminamos as intervenções, temos agora dois documentos para votar, a Recomendação n.º 34/01 do PCP que vou pôr à votação, neste momento.” -----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação n.º 034/01**. Votos contra do PS, PSD e 7 IND, abstenções do MPT, votos a favor do PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, PEV e 1 IND. A **Recomendação n.º 034/01** foi **Rejeitada**. -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos então agora pôr à votação a Moção do Bloco de Esquerda. Moção n.º 34/03.”-----

----- Vamos passar à votação **da Moção n.º 034/03**. Votos contra do PS, PSD e 7 IND, abstenções do MPT, votos a favor do PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, PEV e 1 IND. A **Recomendação n.º 034/01** foi **Rejeitada**.-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos agora, passar aos pontos seguintes.-----

----- Senhores Deputados, temos os pontos de repartição de encargos, queria chamar a vossa atenção para alguns pormenores, Declaração de Voto do CDS-PP, relativamente às votações que fizemos sobre descentralização, Declaração de Voto, o Senhor Deputado Rui Costa sobre, também, as estas votações, mais ninguém faz menção, muito bem.-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, a seguinte Declaração de Voto: ---

----- “**DECLARAÇÃO de VOTO**-----

----- *A Constituição da República Portuguesa consagra expressamente os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização.*-----

----- *Apesar de já terem decorrido 40 anos desde a implementação no nosso país do poder autárquico democrático e do desígnio da descentralização ter sido constitucionalmente reforçado, nomeadamente com a revisão constitucional de 1997, o certo é que o nosso país, durante muitos e longos anos, foi um dos mais centralizadores.*-----

----- *O CDS-PP não tem dúvidas de que as autarquias locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações, essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e dignificação de equipamentos educativos e a habitação social.*-----

----- *O anterior Governo desenvolveu e implementou uma profunda reforma, nomeadamente no que se refere às atribuições e competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*-----

----- *Por outro lado, no que se refere a áreas como a educação, saúde, segurança social, cultura e transportes, foram aprovados diversos diplomas no sentido de efetivar a descentralização destas funções sociais.*-----

----- *Aquela profunda reforma necessitava de ser aprofundada, tendo o atual Governo, desde o início desta legislatura, assumido o compromisso de a concretizar. -*

----- *No entanto, o processo de descentralização, conduzido pelo atual Governo, tem-se traduzido numa grande trapalhada, com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências.*-----

----- *Da experiência conhecida através da Reforma Administrativa em Lisboa, a transferência de competências para as freguesias, que é de salutar não teve,*

*simultaneamente e em algumas áreas essenciais no funcionamento da Cidade, o devido acompanhamento de meios técnicos e humanos, representando constrangimentos no regular exercício e funcionamento dos órgãos e na prestação de um melhor serviço aos munícipes.*-----

*----- Assim, o processo de descentralização em curso não se pode efetivar sem ter em conta esta realidade local de Lisboa e, acima de tudo sem que se encontre, previamente, soluções para uma boa execução das competências atualmente a si atribuídas.*-----

*----- O processo de descentralização, conforme é reconhecido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, envolve três peças fundamentais e complementares entre si: a lei-quadro, os diplomas setoriais e a Lei das Finanças Locais, que deveriam ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente.*-----

*----- No passado dia 18 de julho, a Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PS e PSD, a lei-quadro da descentralização, bem como as alterações à Lei das Finanças Locais.*-----

*----- Aqueles diplomas, conforme o CDS alertou, foram aprovados de forma apressada e irresponsável, apenas como resultado de um acordo estabelecido entre PSD e PS.*-----

*----- A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto -, que entrou em vigor no passado dia 17 de agosto, prevê que a transferência de competências possa ser feita de forma gradual, até janeiro de 2021, e depende da prévia aprovação, pelo Governo, de decretos-lei sectoriais relativamente a cada área a transferir.*-----

*----- A alínea a), do n.º 2, do art.º 4.º da referida Lei-quadro, estipula que as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido, até ao dia 15 de setembro de 2018.*-----

*----- No entanto, foi já tornado público que tais decretos sectoriais ainda não foram aprovados pelo Governo e que o prazo de 15 de setembro, estipulado na lei, irá ser prorrogado.*-----

*----- É fundamental que a descentralização a efetivar seja uma verdadeira descentralização de poder de decisão e não uma mera transformação das Câmaras Municipais em serviços de manutenção local ou tarefas de direções gerais e de institutos públicos.*-----

*----- Assim, o CDS considera que:*-----

*----- O Governo deve assegurar e garantir todos os meios, técnicos, com pessoal e de financiamento ao cumprimento das novas competências pelo poder local;*-----

*----- O Governo deve prestar todos os esclarecimentos e remeter às autarquias locais e às entidades intermunicipais todas as informações necessárias ao exercício de tais funções e competências;*-----

----- Enquanto não se verificarem as condições estabelecidas nos pontos anteriores, as autarquias locais devem rejeitar o exercício de qualquer nova competência. -----

----- Lisboa, 11 de setembro de 2018 -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Maria Luísa Aldim” -----

----- (O Senhor Deputados Municipal Rui Costa, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto.)-----

----- **PONTO 4. APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE REPARTIÇÕES DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS ABAIXO INDICADAS (GRELHA-BASE - 34 MINUTOS):** -----

----- **PONTO 4.1 – PROPOSTA 558/CM/2018 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À EMPREITADA N.º 6/DMPO/DPCE/17 - BENEFICIACÃO GERAL E ESPAÇOS EXTERIORES DA ESCOLA N.º 117 LUÍSA NETO JORGE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NOS ARTIGOS 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO;**-----

----- (A Proposta n.º 558/CM/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- **4.2 - PROPOSTA 565/CM/2018 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA IVECO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO VIGENTE, NOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 565/CM/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- **4.3 - PROPOSTA 566/CM/2018 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA MERCEDES BENZ, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO VIGENTE, NOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;**-----

----- (A Proposta n.º 566/CM/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

**4.4 - PROPOSTA 567/CM/2018 – PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ-HL-2015 CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP), NO ÂMBITO DO LOTE 11 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO, BEM COMO AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DOS CONTRATOS, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1, 2 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO, ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL.**

----- (A Proposta n.º 567/CM/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- O ponto seguinte, “Repartição de Encargos”, queria chamar a vossa atenção são questões pequenas, mas convém sublinha-las. -----

----- A Proposta n.º 558/CM/2018 e a Proposta n.º 567/CM/2018, faltava-lhe a Declaração de Fundos Disponíveis já, mandámos pedi-la à Câmara vai enviá-la, não está no dossiê mas, vai passar a estar. -----

----- E a Proposta n.º 567/CM/2018, fala-se do ponto sete da parte deliberativa, mas na realidade devia ser Ponto seis, uma vez que não há nenhum Ponto seis, houve um salto numeração e um pequeno erro material que eu estou assinalar. -----

----- Pergunto se sobre estes pontos, Proposta n.º 558/CM/2018, “Repetição de Encargos dos Espaços Exteriores da Escola Luísa Neto Jorge”, a Proposta n.º 565/CM/2018, a “repartição de Encargos de Peças para a Frota Municipal para as Viaturas da Marca IVECO”, a Proposta n.º 556/CM/2018 a mesma coisa para “as Viaturas da Marca Mercedes-Benz” e a Proposta n.º 567/CM/2018 para “Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza para Edifícios Instalações e Eventos do Município de Lisboa”, pergunto se podemos pôr à votação, se alguém quer usar da palavra. -----

----- Não há pedidos falar, temos que voltar votar as propostas uma a uma, portanto, a Proposta n.º 558/CM/2018.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 558/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 9 IND. **A Proposta n.º 558/CM/2018, foi aprovada por Maioria.**-----



----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “A Proposta n.º 565CM/2018. Eu já disse o que era, são os veículos da marca IVECO.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 565/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 9 IND. **A Proposta n.º 565/CM/2018, foi aprovada por Maioria.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “A Proposta n.º 566CM/2018, a mesma coisa para os veículos da marca Mercedes Benz.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 566/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 9 IND. **A Proposta n.º 566/CM/2018, foi aprovada por Maioria.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “A Proposta n.º 567CM/2018, que passa a ser o Ponto seis e não o Ponto sete, portanto, para os Serviços de Higiene e Limpeza que há pouco referi, pedindo se também, nesta proposta que se possa fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços efetivamente prestados.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 567/CM/2018**. Votos contra do PCP,PEV e MPT, abstenções do CDS-PP, BE e PPM, votos a favor do PS, PSD, PAN, PEV e 9 IND. **A Proposta n.º 567/CM/2018, foi aprovada por Maioria.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Elas são, portanto, todas aprovadas, embora com votações diferenciadas, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.-----

----- Senhores Deputados, deveremos ter uma Conferência Representante na segunda-feira, seguirá a ordem de trabalhos. -----

----- A próxima semana é uma sessão ordinária com PAOD e informação escrita da Municipal de Lisboa, é isto e, portanto, vamos até para a semana e um bom regresso ao período intenso da nossa atividade.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----A PRESIDENTE -----